

Littera

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS

PPGLetras | UFMA | V. 15 | N. 29 | 2024 | ISSN 2177-8868

DOSSIÊ

Linguística e Literatura
na formação de professores:

teorias e práticas
construídas em Letras

Organizadores:

JOSÉ NERES

KÁTIA CILENE FRANÇA

MARIA ARACY BONFIM

REVISTA LITTERA – ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS

PPGLetras | UFMA | V. 15 | N. 29 | 2024 | ISSN 2177-8868
Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão

REITOR

Prof. Dr. Fernando Carvalho

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha

COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rocha Silva

EQUIPE EDITORIAL

Editora Científica: Prof.^a Dr.^a Maria Aracy Bonfim (UFMA)

Organizadores do Volume

Prof. Dr. José Neres (Pitágoras)

Prof.^a Dr.^a Kátia Cilene França (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Maria Aracy Bonfim (UFMA)

Comissão Editorial

Prof.^a Dr.^a Ilza do Socorro Galvão Cutrim (UFMA)

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante (UFMA)

Prof. Dr. João da Silva Araújo Júnior (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Márcia Manir Miguel Feitosa (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Maria Aracy Bonfim (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Mônica da Silva Cruz (UFMA)

Prof. Dr. Rafael Campos Quevedo (UFMA)

Ficha técnica

ISSN: 2177-8868

Periodicidade: semestral v. 15, n.º 29 – 2024

LITTERA ONLINE – ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS

Departamento de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado Profissional

Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas

Avenida dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga. CEP: 65085-580 São Luís – MA

Endereço para correspondência:

Revista Littera a/c Maria Aracy Bonfim

E-mail: revista.litteraonline@ufma.br

***LITTERA ONLINE* é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, e está sob licença Creative Commons Atribuição – Uso não-comercial – NoDerivative Works 3.0 Brasil.**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida, seja por quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito da Comissão Editorial. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação

José Neres

Kátia Cilene França

Maria Aracy Bonfim / p. 5

Letras ~ UFMA ~ 70 anos

ARTIGOS

Revista *Littera* em foco: linha do tempo e diálogos para o nascimento e a continuidade

Kátia Cilene Ferreira França

Aline Kananda Matias Silva

Rafaela Freitas Silva / p. 6

“A memória de nós”: a pesquisa do Grupo em Lírica Brasileira Contemporânea no contexto do curso de Letras da UFMA

Gabriela Santana de Oliveira

Rafael Campos Quevedo

Fernanda Castro de Souza Abreu / p. 26

ENSAIO

Setenta anos do curso de Letras da UFMA: entre margens, possibilidades e rupturas

Danielle Ferreira Costa / p. 44

Seção Linguística

ARTIGOS

Da gramática à gramaticalização: o ponto onde a Linguística toca a leitura do texto literário

Maria Regina Coelho Costa Moraes

Sonia Maria Correa Pereira Mugschl / p. 49

A produção do gênero artigo de opinião na escola: desenvolvendo as capacidades de linguagem

Paulo da Silva Lima

Alex de Castro da Costa / p. 61

Marcas da língua inglesa em nomes próprios adotados no Brasil: breves considerações sob um olhar bakhtiniano

Luciana Rocha Cavalcante

Suzana Maria Lucas Santos / p. 82

Seção Literária

ARTIGOS

Um diálogo literário entre a comédia de Martins Pena e *O Riso Redentor*, de Peter Berger

Luzilene Nunes de Sousa

José Henrique de Paula Borralho / p. 100

Vozes insubmissas: uma subversão dos papéis sociais da mulher nos contos de Margarida Montejano

Gabriela Lages Veloso

Rita de Cássia Oliveira / p. 115

O mito de Apolo e Dafne em confluência com os aspectos da poesia árcade no soneto XIII, de Cláudio Manuel da Costa

Isabella do Amaral Martins

Millena Chaves Fortes

Thaís Viégas de Pinho / p. 131

Resenhas

Um mar de vidro e de emoções

José Neres / p. 139

***Sóis e liberdade: Halodomira*, de Carvalho Marques**

Luciana Gonçalves Barros

Maria Aracy Bonfim / p. 143

APRESENTAÇÃO

Esta edição da Littera demarca a vivência e a experiência de um curso de graduação que alcançou setenta anos em 2023. O curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão, ao qual se vincula este periódico desde seu lançamento, vem formando centenas de profissionais e travando, apesar dos mais variados tipos de dificuldades, um combate genuíno, um bom combate.

Sete décadas formando professores, investindo na produção e divulgação de pesquisas científicas, contribuindo para o fortalecimento da universidade e da pós-graduação. Alguns dos trabalhos voltados a pesquisas desenvolvidas na UFMA aparecem nesta edição de modo a dar conta à comunidade acadêmica do envolvimento e da persistente vocação a desenvolver sistemas linguísticos, análises literárias e criação literária como se vê nas seções desta edição.

Ainda nesta edição vemos estudos linguísticos e literários mobilizados na formação de professores de línguas voltados para a discussão sobre as diferentes abordagens teóricas e sobre práticas de ensino que acontecem no curso de Letras, enquanto espaço institucional e social empenhado em formar profissionais para atuarem como professores que circulam entre diferentes modos de estudar a linguagem e suas manifestações; professores que veem o fazer docente como uma atividade dinâmica e cheia de desafios sobre o sentido de aprender e ensinar, sobre aprender para ensinar, sobre aprender ao ensinar.

O curso de Letras com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é terreno fértil para uma investigação desses desafios, para debate sobre teorias linguísticas, teorias literárias, formação de professor, sobre metodologias de ensino em diferentes níveis da educação.

Vida longa ao curso de Letras e que siga bom o combate.

Boa leitura!

São Luís – Maranhão, março de 2024

José Neres
Kátia Cilene Ferreira França
Maria Aracy Bonfim

Revista *Littera* em foco: linha do tempo e diálogos para o nascimento e a continuidade

Kátia Cilene Ferreira França¹

Aline Kananda Matias Silva²

Rafaela Freitas Silva³

Resumo: O trabalho aqui apresentado tem como objetivo traçar o percurso de nascimento até os dias atuais da revista *Littera* e sua relação com o curso de Letras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e com a história dos periódicos brasileiros enquanto canais de divulgação da produção científica brasileira. Compreendemos as revistas como enunciados sócio-historicamente situados, que nascem e se mantêm em meio a uma série de tensões referentes à produção e difusão do conhecimento científico da universidade. Nesse sentido, interrogamos: Como se deu o nascimento da revista *Littera* em meio a história dos periódicos nacionais? Como esse nascimento e sua continuidade até os dias atuais dialogam com a história e os avanços do curso de Letras, da UFMA? Para responder essa questão fizemos um levantamento bibliográfico sobre a história dos periódicos, levantamento documental da revista *Littera* e entrevista com editores que estiveram à frente da revista desde sua primeira edição até os dias atuais.

Palavras-chave: Periódicos Científicos; *Littera*; Letras.

¹ Tem graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (2001), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2009) e doutorado em Estudos da Linguagem, área de concentração em estudos da Linguística Teórica e Descritiva, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Foi professora de Língua Portuguesa, na Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, da UFMA Campus São Bernardo. Atualmente é professora de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras (DELER), da UFMA- Campus São Luís. Professora no Programa de Pós-graduação em Letras, da UFMA- Campus Bacabal. Líder do Grupo de Estudos Escrita e Produção de Saberes (GEEPS), da UFMA. Membro do Grupo de Pesquisa em Estudo do Texto e do Discurso (GETED), da UFRN. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em escrita acadêmica, leitura e escrita na escola de educação básica e na universidade, formação de professores de Língua Portuguesa. E-mail: katia.franca@ufma.br.

² Graduada em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Bernardo (2020). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal (PPGLB - UFMA), integrante do Grupo de Estudo, Escrita e Produção de Saberes (GEEPS-UFMA), pesquisadora e bolsista FAPEMA. Atuou como bolsista no Programa de Residência Pedagógica (CAPES), entre os anos de 2018 - 2019. Foi voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvendo uma investigação sobre a história das revistas científicas atrelada às noções da Análise do Discurso de Linha Francesa, com relatório final concluído (2019 - 2020). Atualmente, desenvolve uma pesquisa relacionada à Divulgação Científica (DC) em revistas, fundamentada na Análise do Discurso Dialógica.

³ Graduada em Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Atualmente é integrante do Grupo de Estudo Escrita e Produção de Saberes (GEEPS), coordenado pela professora Dr^a Kátia Cilene Ferreira França. Participou como voluntária do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2018-2019) e como bolsista PIBID em 2020-2022. Ex-bolsista do projeto Foco Acadêmico (2019-2020), com a temática: Multiletramentos nas aulas de Língua Portuguesa: gêneros discursivos impressos e digitais, coordenado pela professora Dr^a Eliane Pereira dos Santos. Ex-voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2020-2021). Ex-bolsista (CNPq) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2021-2022). Pós-graduanda em Libras pela Faculdade Serra Geral.

Abstract: The present essay aims to trace the path from birth to the present day of the *Littera* magazine and its relationship with the Language course at the Federal University of Maranhão (UFMA), and with the history of Brazilian periodicals as dissemination channels of Brazilian scientific production. We understand the magazines as socio-historically situated statements, which are born and maintained amidst a series of tensions relating to the production and dissemination of scientific knowledge at the university. In this sense, we ask: How did *Littera* magazine come about in the midst of the history of national periodicals? How does this birth and its continuity to the present day dialogue with the history and advances of the Language course at UFMA? To answer this question, we carried out a bibliographical survey on the history of the periodicals, a documentary survey of the *Littera* magazine and interviews with editors who have been in charge of the magazine since its first edition until the present day.

Keywords: Scientific Journals; *Littera*; Letters.

INTRODUÇÃO

O curso de Letras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado em abril de 1953, a partir de um decreto. Neste ano de 2023, acontece o aniversário de 70 anos e ao longo desse tempo uma narrativa de formação de professores foi se desenhando pautada no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Dentre os vários capítulos, que compõem essa narrativa, está a criação, na década de 1990, da *Littera*, uma revista com a finalidade de socializar pesquisas sobre língua e literatura, desenvolvidas por professores-pesquisadores da UFMA, e que permanece até os dias atuais empenhada com a disseminação da produção científica na área de Letras.

A revista *Littera* é nosso objeto de investigação, nossa proposta é traçar o percurso de nascimento até os dias atuais da revista *Littera*, sua relação com os periódicos brasileiros na área de Letras e com a história do curso de Letras, da UFMA. Importa-nos traçar a linha do tempo considerando as tensões e negociações de diferentes naturezas mobilizadas para o nascimento, a circulação e a continuidade da revista *Littera*, que tem sua primeira edição publicada em 1994, seguindo o fluxo nacional de criação de periódicos, e assim responde ao consenso da comunidade científica sobre os periódicos como suporte e espaço para socialização rápida e eficiente das pesquisas e como forma de atender às necessidades comunicativas do campo acadêmico.

A busca por levantar dados para traçar a linha do tempo da *Littera* nos fez percorrer caminhos que envolveram: o estudo bibliográfico de trabalhos sobre a história dos periódicos; o levantamento documental de todas as edições da *Littera*; e entrevistas com editores, no sentido de entender as tensões e os diálogos que fizeram e fazem a revista acontecer como uma atividade responsiva e responsável.

A construção deste artigo leva em conta duas pesquisas desenvolvidas no Programa de Iniciação Científica nos anos 2020 e 2021: uma voltada para a linha do tempo dos periódicos científicos no Brasil; outra, para a história dos periódicos da área de Letras, da UFMA. Fizemos um recorte dos resultados das pesquisas e revisitamos os dados referentes à revista *Littera*, nosso objeto de investigação.

Considerações Sobre os Periódicos Científicos

Durante muito tempo, a comunicação entre os cientistas acontecia por meio de correspondências pessoais e publicação de livros, no entanto, com o advento da ciência moderna esses meios de comunicação tornaram-se inadequados para difusão das novas informações científicas. Uma vez que, como aponta Targino (1998) os livros têm como obstáculo a demora para edição e sua posterior publicação, já a correspondência pessoal não consegue disseminar de forma rápida o conhecimento, além do tempo gasto em sua construção e também pelo fato de ser direcionada apenas a uma pessoa, o que inviabiliza o debate das ideias.

Diante disso, surge a necessidade de uma comunicação mais rápida e eficiente, permitindo uma troca rápida de informações e ideias entre os cientistas. Nesse contexto, conforme aponta Mueller (2000, p. 73-74) “Isso provocou a necessidade de um novo meio de comunicação, de alcance mais amplo que a comunicação oral e a correspondência pessoal, bem mais rápido que os livros e tratados: o periódico científico”. Assim, surgem os periódicos científicos, a partir da necessidade de uma comunicação mais rápida e sistemática entre pessoas interessadas no conhecimento científico.

O periódico científico, conforme Packer (2011) é um tipo de publicação seriada ou periódica de números (ou fascículos) que acontecem por tempo indeterminado. Ou seja, é toda publicação que se edita com certa regularidade, que pode ser semanal, mensal, anual etc. Os números do periódico são comumente organizados em volumes, que são

identificados por um nome ou título, em cada número os periódicos publicam artigos em que apresentam relatos e resultados de pesquisas científicas e outros tipos de textos.

No Brasil, de acordo com Freitas (2006), a divulgação e a comunicação da ciência instalam-se com a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, a partir da criação de uma imprensa no país, de instituições científicas, da busca por uma atmosfera europeia e alinhada com a presença da família real em terras brasileira, que significou um investimento científico e artístico. Esse cenário propiciou a criação dos primeiros periódicos, como importantes formadores da cultura científica, e meio de divulgar e fazer circular trabalhos desenvolvidos por estudiosos brasileiros. Nesse cenário, entre os anos de 1813 e 1814, é registrado o primeiro periódico nacional denominado *O Patriota*, que era destinado a publicar textos da área de ciências, de história e literatura.

O Patriota traz um número expressivo de artigos sobre Literatura e Política, o que sinaliza para uma concepção de ciência ligada à política, a saberes úteis para desenvolvimento nacional, para a ideia de crescimento econômico, cultural e político do Brasil. Ao longo do século XIX, aconteceu investimento nas atividades de divulgação em todo o mundo, ao mesmo tempo havia baixa quantidade de instituições de nível superior e as pesquisas consideradas científicas eram realizadas por poucas pessoas.

No Brasil, os decretos de criação e expansão de universidades datam do início do século XX, com a finalidade de promover o ensino, o progresso da ciência por meio da pesquisa e a divulgação das ciências. Nesse período, os cursos de Letras alcançaram um estatuto de área universitária, voltado para a formação profissional específica. No Maranhão, o curso de Letras foi criado através do Decreto 32.606/53, de 23 de abril de 1953, antes, o curso era parte da Faculdade de Filosofia de São Luís.

A criação de universidades e cursos com formação profissional específica geraram respostas no que se refere ao surgimento de periódicos científicos e sua proliferação na década de 90. As revistas tornaram-se a materialidade do trabalho desenvolvido nas áreas de conhecimento, como é o caso de Letras; dos diálogos com pesquisadores de diferentes instituições; da disseminação do conhecimento; da abertura de portas para a criação de pós-graduação *stricto sensu*.

As universidades e pesquisadores, destacam Rodrigues e Fachin (2010, p. 36), são os principais interessados nos periódicos, pois “são ferramentas imprescindíveis para discussões acadêmicas e tomadas de decisão [...]”, são um meio de realizar a difusão do

conhecimento científico, na sua maioria, de forma gratuita, que possibilita o acesso aos resultados dos mais variados tipos de pesquisas.

O aumento de revista trouxe as pressões institucionais por maior produção e o profissionalismo editorial para garantir a qualidade da produção e da distribuição dos periódicos; o cuidado com a definição e manutenção de uma periodicidade de novas edições, com a definição de elementos que vão da padronização das normas para publicação ao projeto gráfico do periódico.

Dos primeiros periódicos científicos até os dias atuais muita coisa mudou, com o passar do tempo os periódicos foram se especializando de forma contínua a fim de satisfazer as necessidades de divulgação e comunicação entre os pesquisadores, conforme o avanço da ciência e das tecnologias digitais. Os periódicos científicos foram marcados por acontecimentos históricos relacionados às tecnologias tanto das publicações impressas como das digitais.

Com o desenvolvimento da tecnologia de comunicação, especialmente computadores e redes eletrônicas, as formas de comunicação disponíveis à comunidade científica vêm se modificando, ampliando e diversificando, tornando-se cada vez mais eficientes, rápidas e abrangentes, vencendo barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras (MUELLER, 2000, p. 20).

As revistas que circulavam a partir do papel impresso com alto custo, pouca diversidade de autores de diferentes instituições e número de leitores restrito, foi migrando para o espaço digital e redefinindo-se: o papel cedeu lugar às telas de computadores e de celulares; a escrita das pesquisas envolve autores de instituições nacionais e internacionais, o número de leitores multiplicou-se e pluralizou-se. Os periódicos científicos adaptaram-se ao contexto digital, a fim de um melhor desenvolvimento e disseminação da comunicação científica. Com o formato digital, vem a necessidade de tornar a produção científica acessível e livre, um bem público. O Acesso livre tornou-se um movimento organizado, é o resultado:

(1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos preços de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso. O mote do movimento mundial em favor do Acesso Livre a resultados de pesquisa, portanto, é a disseminação

ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos (BAPTISTA et al 2007, p. 2).

O avanço na quantidade de periódicos cria uma demanda: a avaliação da qualidade do conhecimento veiculado nas revistas. No Brasil, no final da década de 1990, surge o sistema de avaliação Qualis CAPES, que estabelece critérios de verificação e classificação das revistas. Os critérios levam em conta elementos como periodicidade, sistema de avaliação por pares, corpo editorial, indexação, normalização. A classificação varia segundo os indicativos de qualidade envolvendo letras e notas sendo em ordem decrescente: A1 (o maior peso); A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4; B5; C (peso zero). É importante dizer que essa classificação foi pensada em diálogo estreito com a produção científica dos cursos de pós-graduação brasileiros, ou seja, a publicação de um artigo em um periódico funciona como uma espécie de espelho sobre as pesquisas realizadas, mas também refrata sentidos sobre os desafios que fazem uma revista surgir e permanecer.

Alcançar uma boa avaliação é uma luta árdua dos editores das revistas. Nas instituições de ensino superior, a função de editor é realizada voluntariamente por professores que, como aponta Werlang e Blattmann (2002), precisam lidar com tensões de diferentes naturezas, desafios que vão da busca por capacitação na área editorial ao aporte institucional em termos financeiros, humanos, físicos e tecnológicos recebidos pelos editores, necessários ao atendimento das boas práticas editoriais.

REVISTA *LITTERA*: a linha do tempo pela narrativa de seus idealizadores e continuadores

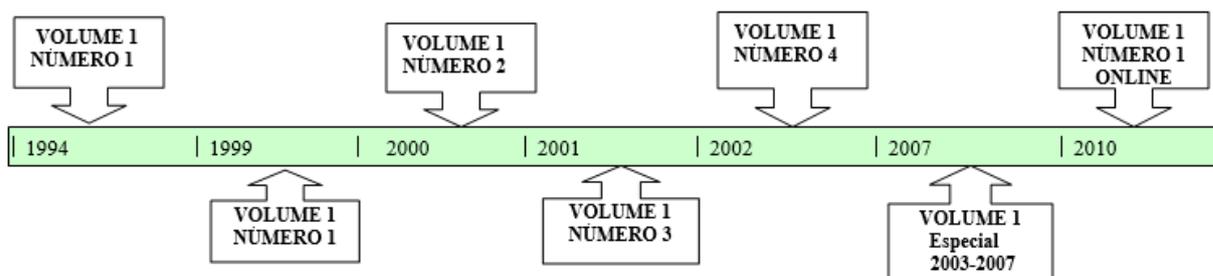
A busca por traçar a linha do tempo da *Littera* nos mostrou lacunas no que se refere aos registros escritos sobre o nascimento e a continuidade da revista, que hoje circulam apenas em formato digital; às fases de parada e retomada pelas quais a *Littera* passou; e ainda ao acesso às edições impressas do periódico. A falta de material envolve inclusive a indisponibilidade das edições da revista na Biblioteca Central da UFMA, espaço no qual só encontramos duas edições impressas: a de 1999 e a de 2000.

Essas lacunas direcionaram nossos passos de pesquisa para entrevistas com os professores do Departamento de Letras, da UFMA que fizeram nascer as várias edições da *Littera* desde 1994 até os dias atuais.

Organizamos questões no sentido de recuperar a história da revista a partir da narrativa daqueles que atuaram diretamente para sua criação e continuidade. Alguns professores nos responderam por escrito, outros conseguimos entrevistar virtualmente e ouvi-los contar sobre os desafios que envolvem colocar um periódico em circulação. Essas entrevistas nos possibilitaram o acesso a todas as edições impressas da *Littera*, que fazem parte do acervo pessoal dos entrevistados.

No sentido de organizar os dados coletados, montamos esquemas de apresentação que nos ajudam a contar a história da *Littera* e sua relação com o curso de Letras da UFMA, com a história dos periódicos científicos nacionais e com criação do mestrado em Letras, da UFMA.

Figura 1- Fases da *Littera*



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

O nascimento

A *Littera*, Revista de Estudos Linguísticos e Literários, nasce em 1994 com a intenção de lançar duas edições por ano, pela editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA). O primeiro número contou com oito artigos, sendo: um escrito em francês, um em inglês, e seis em Português. Todas as produções são de autoria dos professores do curso de Letras, e a maior parte dos artigos voltam-se para questões literárias, entretanto no editorial lemos que a proposta é torná-la “[...] um espaço expressivo a ser ocupados por estudiosos da língua e da literatura (...) que eles lancem suas produções através de perspectivas mais novas, provoquem discussões e apontam caminhos, a incentivar, assim a leitura de cada exemplar” (LITTERA, 1994, p. 4). O

editorial funciona ainda como um convite à publicação de professores e alunos, no sentido de fortalecer a revista e torná-la “[...] instrumento de comunicação entre operários e amantes das letras” (LITTERA, 1994, p. 4).

O Conselho Editorial foi formado por professores do Departamento de Letras, então Centro de Estudos Básicos. Fizeram parte do grupo Alexandre de Jesus Botão Melo, Ceres Costa Fernandes, Jean Moses Camarão, Maria Elza de Sousa Bello, Eliane Barros Murad, Maria Helena Araújo Castro e Maria Lucia dos Santos Guimarães, dentre os quais destacamos os cinco primeiros nomes que também registram sua participação como autores de artigos dessa primeira edição.

Desse grupo, conseguimos uma entrevista com a professora Ceres Fernandes, que respondeu nossas questões por escrito. A professora, que em 1994 também ocupava o cargo de Pró-reitora de Ensino, frisou que não havia um editor da revista, a produção foi coletiva com edição realizada pela EDUFMA: “foi uma aspiração coletiva, que nasceu a partir de reuniões ordinárias do Departamento de Letras” e a escolha do título considerou o latim e sua relação com os estudos na área de língua e literatura: “Littera, letra em latim, de onde deriva a palavra literatura, tem tudo a ver com o Curso de Letras”. A proposta do grupo foi a de lançar edições semestrais, mas apenas um número foi lançado.

A revista *Littera*, enquanto projeto coletivo, dialoga com o fluxo nacional das universidades na década de 90 quanto à criação de periódicos enquanto um canal formal dos resultados de estudos e pesquisas da área de Letras, voltado para as necessidades comunicativas do campo científico, cujos leitores são cientistas e pesquisadores com interesses comuns.

Esse fluxo nacional alinhado ainda, como apontam Nascimento, Fernandes e Mendonça (2012), com a ideia de educação científica ligada ao desenvolvimento do país, verbalizada por classes de políticos, cientistas e professores, independentemente da perspectiva ideológica. O curso de licenciatura em Letras, que forma professores de língua e literatura, ao lançar a *Littera* deixa ver seu empenho com a produção de conhecimento e a educação científica de futuros professores.

O Ministério da Educação (MEC) incentiva a criação de periódicos com o objetivo de fortalecer a pós-graduação no Brasil, ou seja, o nascimento de revistas acontecia atrelado a programas de mestrado e doutorado. No caso da *Littera*, a realidade foi diferente, como nos conta a professora Ceres Fernandes, “Os mestrados só eram feitos

fora do Maranhão. Era muito difícil a saída para outros Estados, ficar anos fora de casa era impraticável para professores casados. (...) Acho até que foi o inverso que se deu”. Os professores do Departamento de Letras (DELER) não podiam sair do Maranhão, logo não tinham como organizar um programa de mestrado, mas essa realidade não os impediu de criar uma revista com a produção científica desenvolvida pelos professores. A *Littera* anos mais tarde foi um elemento importante para o nascimento do primeiro Programa de Pós-graduação em Letras, da UFMA.

A pausa e o re (nascimento)

O lançamento da *Littera*, no primeiro semestre de 1994, foi importante, mas o plano das edições semestrais não aconteceu, ao contrário, houve uma longa pausa que durou cinco anos. Essa edição de estreia serviu como porta de entrada para consolidação e modelo para as publicações que seriam feitas futuramente.

Para compreender esse (re)nascimento da *Littera* em 1999, conversamos com os docentes do Departamento de Letras (DELER): Márcia Manir, Conceição Ramos e José Mendes, que formavam o grupo de trabalho que escreveu o projeto da revista e trabalhou para que o periódico se materializasse.

Em 1999, um grupo de professores do DELER, elaborou um projeto de criação de um periódico com publicação anual. Trata-se de uma nova revista que recupera o nome *Littera*, um projeto que, como se lê na apresentação da primeira edição, nasceu da parceria da UFMA com outras IES públicas e privadas e contou com a participação de uma equipe formada por professores, técnicos, administrativos e alunos, como também com a colaboração da administração superior da UFMA. A revista de 1999 é apresentada como “[...] primeiro número (...) fruto do trabalho de pessoas abnegadas que buscam a divulgação do conhecimento e do saber” (BERNIZ, 1999, p. 2).

Ainda sobre o nome da revista, recebemos da professora Conceição Ramos a explicação de que o grupo que estava conduzindo o trabalho, decidiu preservar o nome *Littera*, mas criar uma nova revista, por dois motivos principais: o primeiro refere-se ao fato da revista de 1994 chamar-se *Littera – Revista Literária*, e a nova proposta estava em formar um periódico de estudos linguísticos e literários; o segundo deve-se ao lapso de tempo entre 1994 e 1999.

A entrevista realizada com a professora Márcia Manir foi fundamental para que tivéssemos acesso tanto à informação sobre a edição de 1994 da *Littera* quanto a todas as edições impressas da revista. A professora publicou um artigo denominado **Paisagem com mulher e mar ao fundo, de Teolinda Gersão**: uma obra instigante na edição de estreia em 1994, por esse motivo tinha um exemplar em sua biblioteca particular.

A professora Márcia Manir contou-nos que ela, juntamente com os docentes Terezinha Baldez, Conceição Ramos, José Mendes e Fátima Sopas, fundaram o Núcleo de Estudos em Linguística e Literatura (NELL), ligado ao Curso de Letras. O NELL, a partir da vontade dos professores e do trabalho árduo com a produção de conhecimentos, decidiu criar uma revista científica com trabalhos sobre questões envolvendo língua e literatura. O núcleo, diz a professora, “[...] foi muito atuante e trabalhou muito com produção de conhecimentos. Organizamos eventos, atividades de extensão, curso de especialização em Linguística Aplicada, a revista”. Os professores entendiam a importância do periódico para a projeção do curso de Letras, para a criação de um Mestrado para funcionar como revista da pós-graduação.

A professora Conceição Ramos, a partir da entrevista, falou sobre a importância da revista para o curso de Letras, em suas palavras: “Quando o departamento tem uma revista e consegue mostrar sua produção, ele mostra maturidade. A revista dá visibilidade ao departamento e à instituição no processo de divulgação do conhecimento. A revista é uma vitrine do curso”.

Esse espírito de trabalho coletivo para fazer nascer a revista reuniu os professores – Conceição de Maria de Araújo Ramos, Márcia Manir Miguel Feitosa, Marco Vinício Magalhaes Catunda, Maria da Graça Pereira Guimaraes Corrêa, Maria Elza de Sousa Bello, Teresinha de Jesus Baldez e Silva e Verlucé Lima dos Santos – que escreveram o projeto da revista, buscaram financiamento e formaram o Conselho Editorial, responsável por todo o funcionamento da *Littera*. Como nos disse o professor José Mendes, “O conselho fazia tudo”, desde organização acadêmica até as muitas conversas para conseguir financiamento e o grande trabalho de divulgação da revista.

A edição de 1999 é lançada com dez trabalhos envolvendo estudos linguísticos e literários sendo: seis de autoria de professores da UFMA, um escrito por um professor da Faculdade Santa Terezinha (CEST), e três produzidos por professores da Universidade Estadual do Maranhão, ou seja, a maior parte dos artigos eram de autores da UFMA. Fato

que, como diz a professora Márcia Manir, caracteriza esse número como um modo de “endogenia acadêmica”, o que não promove uma boa avaliação da revista, mas naquele momento o investimento era lançar a revista, depois essa realidade foi se modificando como relata a professora: “Ao longo do tempo, a revista foi construindo um bom conselho editorial e consultivo, recebendo professores de outras instituições, pois era importante ter pesquisadores de fora para fazer parte do conselho da revista”.

A cada edição, destaca a professora Márcia Manir, havia novas aprendizagens, o grupo de professores que assumiu a revista tinha vontade de fazer a revista continuar, tinha disposição para o trabalho. Essa vontade encontrava obstáculos dada a falta de conhecimentos específicos do mercado editorial. O Conselho era formado por professores que não eram editores profissionais. O lançamento da segunda edição no ano seguinte mostra a força do grupo e as aprendizagens ao longo do caminho.

A edição de 2000 apresenta novidades: a) o lugar delimitados das professoras Márcia Manir e Conceição Ramos como editoras da revista; b) a inserção dos nomes Deane Maria Fonseca de Castro e Costa e José de Ribamar Mendes Bezerra no Conselho Editorial; c) a criação de um Conselho Consultivo formado por professores de diferentes instituições (Cidinho Marques – YAZIGI, José de Sousa Breves Filho (UEMA), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Liliam Doussou Romero (FAMA) e as normas para publicação de trabalhos. Essas mudanças deixam ver as aprendizagens do grupo sobre o funcionamento dos periódicos, sobre o que agrega melhor avaliação da revista.

Esse lançamento mostra a continuidade e a força que a revista alcança no espaço acadêmico, como podemos observar no texto de **Apresentação** dessa edição “A LITTERA não só oportuniza a publicação de trabalhos, mas, sobretudo, incentiva a comunidade acadêmica a produzir cada vez mais, já que assegura o espaço para a divulgação de seus estudos e, conseqüentemente, a socialização do saber” (COSTA, 2000, p 3).

Neste volume, vemos a expansão do número de artigos publicados, autores de diferentes IES, e o diálogo interdisciplinar nas pesquisas publicadas. São dezesseis artigos que abordam questões sobre língua, literatura, ensino, tradução e filosofia, sendo dois deles escritos em língua estrangeira. Após os artigos, encontramos um espaço destinado àqueles com interesse em publicar, trata-se da **Normas para apresentação dos trabalhos à Revista Littera**, nas quais encontramos aspectos estruturais sobre a formatação do texto

mas também a informação de que os trabalhos enviados serão “submetidos à apreciação dos Conselhos Editorial e Consultivo ou a especialistas da área, por eles indicados” (NORMAS, 2000, p.227).

A revista foi aos poucos sendo divulgada e começou a receber cada vez mais publicações de outras instituições, como: artigos, recortes de monografias, entre outras produções. A revista foi desenvolvendo e criando sua própria política de organização, publicação e divulgação. Como nos conta a professora Márcia Manir (2021), os artigos começaram a ser recebidos por *e-mail* e avaliados, nas primeiras edições não havia avaliação às cegas – segundo a qual os avaliadores recebem artigos sem informações autorias e constroem um parecer com base no conteúdo do trabalho e nos critérios da revista – era uma avaliação simples. A partir de 2000, as avaliações ficaram mais rigorosas.

A professora Conceição Ramos conta sobre a campanha de divulgação da revista que o grupo realizou: “Era um trabalho de formiguinha”. Os conselheiros enviaram *e-mail* para as universidades, carregaram a revista nas viagens para participação em bancas de avaliação, apresentaram a *Littera* e convidaram pesquisadores para colaborarem com o envio de trabalhos. Além dessa estratégia, uma parte da tiragem da revista era enviada pelos Correios para IES.

Em 2001, uma nova edição é publicada seguindo a proposta de uma revista por ano. Não há mudanças no que se refere ao nome das editoras, nem ao grupo do Conselho Editorial. O conselho consultivo apresenta um novo membro da Universidade Federal do Ceará, a professora Maria do Socorro Silva de Aragão, a quem é dado papel de destaque na **Apresentação** da revista, o trabalho da professora voltado para pesquisas dialetais e sociolinguísticas é o texto de abertura. Vemos a abertura de espaço para as relações com pesquisadores fora do Maranhão.

Uma novidade desse número está na publicação de artigos voltados para o resultado de estudos sociolinguísticos, desenvolvidos por vários membros do Conselho Editorial, fato que sinaliza para o trabalho coletivo, que motivava e sustentava a revista. Na **Apresentação**, encontramos outra novidade: pequenos resumos de cada um dos trabalhos. Nesse número consta publicação de uma resenha. São oito artigos e uma resenha. A avaliação de cada trabalho passou a ser realizada às cegas e por dois pareceristas.

Em 2002, é publicado um novo número da *Littera*. As professoras Márcia Manir e Conceição Ramos continuam como editoras; o Conselho Editorial apresenta alterações de membros, formado por Conceição de Maria de Araujo Ramos, Márcia Manir Miguel Feitosa, Marco Vinicio Magalhaes Catunda, Maria de Fátima Sopas Rocha, Maria Helena Braga de Carvalho, Maria Elza de Sousa Bello, Teresinha de Jesus Baldez e Silva e Veraluce Lima dos Santos; o Conselho Consultivo é formado pelos pesquisadores de IES públicas e de significativa projeção nacional, são eles: José de Sousa Breves Filho (UEMA), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC) e Maria Helena Nery Garcez (USP).

O professor José Mendes contou que não participou dos conselhos, não se envolveu com a parte acadêmica, porque estava implicado com a busca de recursos, que demandava muita conversa com a administração superior. A professora Conceição Ramos frisou o empenho do grupo, que acumulava muitas atividades com o ensino e a pesquisa, “a carga de trabalho era grande”.

A edição de 2002, seguindo a periodicidade anual, é publicada com doze trabalhos, assinados por professores de diferentes IES e ainda por alunos egressos do curso de Letras, que publicaram um recorte de seus trabalhos de conclusão de curso na graduação. Neste volume, encontramos, mais uma vez, as normas para publicação na revista, como fechamento do número e as instruções para futuros autores.

A carga de trabalho, as muitas demandas e as dificuldades afetaram o grupo empenhado em lançar um novo volume a cada ano. Sustentar uma revista não é fácil, são muitos os desafios e as tensões. Houve uma parada de publicação da *Littera* no período de 2003 a 2007.

Em 2007, aconteceu a retomada de publicações da *Littera* com várias mudanças no grupo de trabalho, alguns membros se afastaram e novos apareceram. A publicação recebeu o nome de Edição Especial 2003 -2007. A equipe ficou organizada da seguinte forma: As professoras Márcia Manir e Veraluce Lima dos Santos como editoras; o conselho editorial constituído por José Ribamar Mendes Bezerra, Márcia Manir Miguel Feitosa, Marcos Vinicio Magalhaes Catunda, Maria da Graça Lima Magalhães, Maria de Fátima Sopas, Maria Elza de Sousa Bello, Marize Barros Rocha Aranha, Teresinha de Jesus Baldez e Silva e Veraluce Lima dos Santos; o Conselho Consultivo formado por Hippolyte Brice Sogbossi (UFS), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lilian Romero

(FAMA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC) e Maria Helena Nery Garcez (USP), Rosinda de Castro Guerra Ramos (PUC-SP). Esta edição contou com a presença de três consultores especiais: Almir Ferreira da Silva Júnior (UFMA), Ceres Costa Fernandes Vaz dos Santos (Academia Maranhense de Letras) e Ilza do Socorro Galvão Cutrim (CEFET-MA)

A Edição Especial 2003-2007 é publicada com dez trabalhos: oito assinados por professores do DELER ou egressos do curso de Letras da UFMA e dois produzidos por pesquisadores externos. A retomada nos possibilita observar a quebra no avanço demorado e árduo, que a revista havia conseguido, no que se refere a uma revista mais aberta aos diálogos com pesquisadores externos à UFMA. Por outro lado, esse retorno materializa a força do trabalho coletivo de um grupo do Departamento de Letras que acredita na importância da *Littera* trabalha para sua continuidade, mesmo diante de muitas dificuldades de diferentes naturezas.

Em 2008, a revista não foi lançada, nem em 2009. Esse período foi marcado pela reestruturação da equipe responsável pela *Littera*, pela mudança do formato impresso para o digital. A redefinição do suporte alinhava-se com as orientações nacionais para circulação e avaliação dos periódicos em estratos que vão do A1 (maior peso) ao C (peso zero).

A Littera Online

As inovações tecnológicas do Século XXI, o mundo digital e toda sua potencialidade de alcance de incontáveis leitores em todo mundo, de redefinição dos suportes de leitura (do papel para as telas) provocou impacto direto nos custos da revista, por outro lado exigiu dos editores conhecimento sobre o universo digital. Considerando que os editores de periódicos científicos, como a *Littera*, são professores da IES movidos pelo compromisso com a produção e a divulgação do conhecimento e com grande carga de trabalho, as adaptações e os aprendizados exigiram tempo.

Em 2010, a revista volta a circular como um periódico digital e recebe a denominação de *Littera Online*, com periodicidade semestral. No site da revista, encontramos um arquivo com todas as digitais, que podem ser consultados no endereço <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/index>, mas os números impressos

não fazem parte dessa memória, essa lacuna é uma das grandes motivações da pesquisa que desenvolvemos e materializamos neste artigo.

A primeira edição online está formada por dez artigos que exploram questões sobre língua e literatura, mas não traz a identificação do editor nem dos membros do conselho editorial. A partir da entrevista com a editora atual da *Littera*, a professora Maria Aracy Bonfim, conseguimos recuperar informações relevantes sobre a editora em 2010, a professora Mônica da Silva Cruz.

A partir de questões que enviamos por *e-mail*, a professora Mônica Cruz, nos contou que foi editora da revista de 2009, quando aconteceu a migração para o formato *online*, e permaneceu até 2013. As publicações eram semestrais, a submissão dos trabalhos realizada por *e-mail* institucional e a avaliação às cegas também era virtual. Os trabalhos eram enviados, via *e-mail*, para os avaliadores. Sobre a equipe de trabalho da *Littera*, a professora escreveu: “Em minha época, contava muito com a participação da Profa. Ilza Cutrim, do DELER, também. E um professor substituto. O trabalho de gerenciamento geral era cuidado por mim. Os dois professores auxiliavam nos convites aos professores para avaliação dos textos”. A equipe era pequena e desproporcional ao volume de trabalho. A editora nos contou que o maior desafio para manter a revista está em “Encontrar tempo para gerenciar os trabalhos que a Revista exige”.

Em 2010 e 2011, os lançamentos foram semestrais e não trazem a ficha técnica com os dados da editora e do conselho. Em 2012 e 2013, as publicações foram anuais, com a presença de uma ficha técnica na qual consta o nome Mônica da Silva Cruz, sem identificação da função exercida. A novidade nesses números é a publicação de entrevistas, além de artigos e resenhas.

Em 2014, o professor Rafael Campos Quevedo assume a função de editor. Esse número composto de doze artigos e um documento com a ficha técnica na qual encontramos a identificação da comissão editorial e dos pareceristas. A comissão é composta pelos professores do Departamento de Letras da UFMA: José Dino Costa Cavalcante; Luís Rodolfo Cabral; Ilza Galvão Cutrim; Márcia Manir Miguel Feitosa; Mônica Cruz; Teresinha de Jesus Baldez e Silva, e Maria Aracy Bonfim. Os pareceristas são avaliadores de diferentes IES como vemos na lista: José Rodrigues de Paiva (UFPE), Érico Braga Barbosa Lima (PUC-RJ), Fernando Fabio Fiorese Furtado (UFJF), João da Silva Araújo Junior (UFMA), João Vianney Cavalcanti Nuto (UnB), Luciano da Silva

Façanha (UFMA), Ricardo André Ferreira Martins (UNICENTRO), Edmilson Moreira Rodrigues (UFMA), José Ribamar Neres Costa (UFMA), Luís Inácio Oliveira (UFMA), Susana Souto Silva (UFAL), Fernanda Coutinho (UFC), Goiandira de Fatima Ortiz de Camargo (UFG), Maria Elvira Brito Campos (UFPI), Cacilda Bonfim e Silva (IFMA).

As edições mantêm a periodicidade semestral durante o período de 2014 a 2018. A comissão editorial a partir de 2015 continua a ser formada por professores do DELER, mas a cada edição acontece a redução dos membros. Em 2016, as edições começaram a apresentar temáticas para a submissão de trabalhos, realidade que se mantém até os dias atuais. Neste ano, é fundado o Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras) e o nome da coordenadora do mestrado, Veraluce da Silva Lima, aparece na ficha técnica. A *Littera Online* passa ao status de revista do PPGLetras, da UFMA.

Até 2017, as edições da *Littera Online* foram lançadas sem capa. Em 2017, constituem parte do projeto gráfico da revista comissão editorial não aparece na ficha técnica, em seu lugar lemos o item “Organizadores” formado por Cristiane Navarrete Tolomei e Rafael Campos Quevedo. Em 2018, a comissão editorial aparece formada por duas professoras do DELER. O grupo de pareceristas vai se modificando a cada número, mas continua a mobilizar avaliadores de diferentes IES. Em 2018, são lançadas três edições da *Littera*, duas regulares e uma especial.

Perguntamos ao professor Rafael sobre a equipe de trabalho da revista, ele nos respondeu “Não havia equipe. Eu mesmo me encarregava do recebimento dos textos, contato com os avaliadores, preparação dos arquivos, capa etc”. Como consequência, o professor nos disse que o maior desafio para manter a *Littera* é de ordem operacional: “O volume de trabalho que o gerenciamento de uma revista requer é muito grande e conciliar essa atividade com o trabalho docente é algo bastante complicado”.

Em 2019, a professora Maria Aracy Bonfim assume a função de editora, e o professor Rafael Quevedo torna-se coordenador da PPGLetras. Essa edição com doze artigos é organizada por Émilie Audigier (UFMA) e Marlova Aseff (PNPD/PGET/UFSC), com a temática **Tradução literária: leituras e criação**. Na ficha técnica consta o nome do coordenador do PPG Letras e os nomes de professores de diferentes IES do Brasil como pareceristas da edição. Todos os volumes lançados a partir de 2019 apresentam organizadores trabalhando junto com a editora, mas como destacou

a professora Maria Aracy Bonfim⁴ “não há uma equipe de trabalho estabelecida, a equipe sou eu”. Cuidar da editoração é um trabalho classificado pela professora como difícil e que exige muito cuidado, pois alguns erros causam imensos problemas: “É preciso muito cuidado com o processo de distribuição dos trabalhos para os pareceristas, com a avaliação às cegas. É difícil, mas é muito importante”, diz ainda que tem se empenhado para elevar a qualidade das publicações na revista. A professora pontua o valor da revista para a divulgação dos trabalhos científicos escritos pelos estudantes da pós-graduação pelos professores: “Ela tem uma importância para fortalecer tanto os estudos linguísticos quanto literários”

Todo o trabalho árduo, sem retorno financeiro, feito por quem acredita no papel da universidade em divulgar a produção científica para muitos e diferentes interlocutores é uma resposta da universidade para a sociedade. A *Littera* hoje é identificada pelo ISSN 2177-8868 e avaliada como um periódico Qualis B2 (Quadriênio 2017-2020), essa é uma grande conquista diante de todos os desafios implicados na continuidade de uma revista científica.

No ano de 2023, um volume foi lançado e mais duas chamadas estão abertas para recebimento de trabalhos, ou seja, a *Littera* resiste a partir do trabalho, especialmente, de seus editores. No lançamento do número de 1999, lemos que a revista “é fruto do trabalho de pessoas abnegadas que buscam a divulgação do conhecimento e do saber” esse espírito de abnegação, resistência e compromisso como a ciência continua alimentando a *Littera*.

Considerações finais

Ao traçar o percurso de nascimento até os dias atuais da revista *Littera* e sua relação com o curso de Letras, da Universidade Federal do Maranhão, e com a história dos periódicos brasileiros enquanto canais de divulgação da produção científica brasileira, observamos como o Departamento de Letras, da UFMA, empenhou-se em dialogar com os acontecimentos sociais e históricos que movimentavam o campo

⁴ Vale ressaltar que a partir de 2021 a revista passou a contar com estagiárias voluntárias, que auxiliam no processo editorial, contando apenas com declaração para pontos de horas curriculares, atualmente são graduandas em Letras na UFMA: Andiará Costa Lima de Souza, Natália Leitão Barros da Silva e Vitória Regina de Alencar Araújo.

acadêmico. O curso de Letras criado em 1953 foi se desenvolvendo e a *Littera* é demonstração desse avanço e do investimento de professores do DELER, ora realizado coletivamente por grupos de trabalho mais coesos, ora uma tarefa mais solitária do editor. Em qualquer um dos casos um trabalho sério e de compromisso com o curso de Letras, com produção e difusão científica, com a UFMA.

Essa realidade nos faz refletir sobre o processo complexo de criação e continuidade de um periódico, sobre os desafios enfrentados para a disseminação científica impressa e digital, sobre a necessidade de políticas públicas de apoio à editoração e publicação científica, especialmente quando observamos as muitas exigências para que uma revista seja bem avaliada e chegue a estratos Qualis de maior peso. Essas reflexões ajudam a reconhecer o valor das revistas a partir daqueles que a fazem acontecer e, ao mesmo tempo, ajudam a questionar as pressões para adequação ao sistema de avaliação que se volta para o produto que circula em detrimento do processo que faz uma revista existir.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Ana Alice. COSTA, Sely Maria de Souza. KURAMOTO, Hélio. RODRIGUES, Eloy. **Comunicação científica: o papel da *open archives initiative* no contexto do acesso livre**. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2007.

BERNIZ, Pedro Jafar. Apresentação. **LITTERA**: revista de estudos linguísticos e literários. São Luís: EDUFMA, 1999.

BEZERRA, José de Ribamar Mendes. **Entrevista concedida pelo ex-membro do Conselho Editorial da Revista *Littera***, São Luís. São Bernardo, 9 jul, 2021.

BONFIM, Maria Aracy. **Entrevista concedida pela professora da Universidade Federal do Maranhão, editora-chefe da Revista *Littera***, São Luís. São Bernardo, 4 jun, 2021.

COSTA, Silvia Cristina Duailibi. Apresentação. **LITTERA**: revista de estudos linguísticos e literários. São Luís: EDUFMA, 2000.

CRUZ, Mônica da Silva. **Entrevista concedida pela ex- editora da Revista *Littera***, São Luís. São Bernardo, 15 jul, 2021.

EDITORIAL. **Littera**: revista literária. São Luís: EDUFMA, p.4. jan/junho, 1994.

FEITOSA, Márcia Manir Miguel. **Entrevista concedida pela ex-editora da Revista Littera**, São Luís. São Bernardo, 8 jun, 2021.

FERNANDES, Ceres Costa. **Entrevista concedida por membro do Conselho Editorial da Revista Littera 1994**, São Luís. São Bernardo, 2 jul, 2021.

FREITAS, M. H. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. In: **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **O periódico científico**. In: Campello, Bernadete Santos; Cendón, Beatriz Valadares; Kremer, Jeannette Marguerite (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

NASCIMENTO, F. do; FERNANDES, H. L.; MENDONÇA, V. M. de. O ensino de ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 39, p. 225–249, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i39.8639728. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639728>. Acesso em: 16 out. 2023.

Normas para apresentação dos trabalhos à Revista *Littera*. **LITTERA**: revista de estudos linguísticos e literários. São Luís: EDUFMA, 2000.

PACKER, Abel Laerte. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 26-61, março/maio 2011.

QUEVEDO, Rafael Campos. **Entrevista concedida por ex-editor da Revista Littera**, São Luís. São Bernardo, 3 jun, 2021.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. **Entrevista concedida por ex-editora da Revista Littera**, São Luís. São Bernardo, 9 jul, 2021.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. **Transformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-45, jan./abr., 2010.

SILVA, Aline Kananda Matias. **Um estudo sobre a linha do tempo das revistas acadêmicas no Brasil: história e análise do discurso**. Relatório PIBIC 2019-2020. Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2020.

SILVA, Rafaela Freitas. **Um estudo sobre a expansão de periódicos brasileiros: história e análise de discurso em diálogo**. Relatório PIBIC 2020-2021. Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2021.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro da pós-graduação. 1998. 387 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

WERLANG, E.; BLATTMANN, U. Aporte institucional das Instituições de Ensino Superior aos Editores de Periódicos Científicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26694>. Acesso em: 16 out. 2023.

“A memória de nós”: a pesquisa do Grupo em Lírica Brasileira Contemporânea no contexto do curso de Letras da UFMA

Gabriela Santana de Oliveira⁵

Rafael Campos Quevedo⁶

Fernanda Castro de Souza Abreu⁷

RESUMO: A primeira parte deste texto apresenta uma breve reflexão sobre o percurso do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lírica Brasileira Contemporânea no contexto dos Estudos Literários desenvolvidos na Universidade Federal do Maranhão de 2014 até 2023. Em seguida, apresentamos e comentamos uma seleção de sete poemas, cada qual pertencente a uma década (dos anos de 1960 ao ano de 2023), que têm em comum a temática do tempo em sua dupla face: a inevitável efemeridade da vida e o esforço em, por meio da arte, alcançar alguma perduração no tempo. Em outro campo de atuação, a pesquisa acadêmica de obras contemporâneas também lida com o desafio de apreender uma produção em constante devir e, sobre ela, produzir uma memória, ainda que não perene, pelo menos duradoura, dessa produção poética. Com um propósito mais memorialístico do que analítico, estas considerações se pretendem parte das celebrações aos 70 anos do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia Contemporânea Brasileira. Estudos Literários na UFMA. Efemeridade do tempo. Perenidade da obra.

⁵ Doutoranda em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Estudos teóricos e críticos em Literatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); especialista em Recursos Gramaticais para Revisão Textual pela Faculdade Unyleya; graduada em Letras/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Administração pela Universidade Ceuma (UNICEUMA). Atua nas áreas de Línguas e Literaturas Portuguesa e Inglesa. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Lírica Contemporânea de Língua Portuguesa da UFMA e ao Grupo de Pesquisa Poesia e contemporaneidade da UFF. E-mail: gabrielasantana1611@gmail.com

⁶ Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especializado em Literatura Brasileira (UNIVERSO) e graduado em Filosofia e Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atua na área de Literatura Portuguesa e Brasileira. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lírica Contemporânea de Língua Portuguesa e o Grupo de Estudos Girardianos da UFMA. É Professor associado do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMA (PGLetras-UFMA). Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento (2021) sobre a obra de Salgado Maranhão na Universidade Federal Fluminense (UFF) com bolsa CNPQ pós-doutorado sênior. E-mail: rafael.quevedo@ufma.br

⁷ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Graduada em Letras com habilitação em português / espanhol pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Integrante e ex-bolsista (FAPEMA) do Grupo de estudo e pesquisa em Lírica Contemporânea de Língua Portuguesa coordenado pelo professor Dr. Rafael Campos Quevedo. Possuiu projetos de pesquisa voltados aos lugares-comuns na poesia de língua portuguesa ontem e hoje (2017) e à investigação tópica da inspiração poética na Lírica contemporânea de língua portuguesa (2018). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA - Campus Itapecuru-Mirim)

ABSTRACT: The first part of this text presents a brief reflection about the journey of the Grupo de Estudos e Pesquisa em Lírica Brasileira Contemporânea (Contemporary Brazilian Lyric Study and Research Group) in the context of the Literary Studies, developed at Universidade Federal do Maranhão since 2014 until 2023. Then, we present and comment a selection of seven poems, each representing a decade, from the 1960s to 2023, having in common the time topic and two aspects of it: the inevitable life ephemerality and the effort, through art, to endure in time. In another action context, the academic research of contemporary works also deals with the challenge of grasping a production which is ever-changing and making, not a perennial, but at least a long-lasting memory of this poetic work. Having more of a memorial purpose instead of an analytical one, these considerations intend to be part of the 70th Anniversary of Letras undergraduate course at Universidade Federal do Maranhão.

KEYWORDS: Contemporary Brazilian Poetry. Literary Studies at UFMA. Time ephemerality. Work perpetuity.

Lírico é o que existe de mais fugaz; no momento em que se torna perceptível o definido, o objetivo, finaliza-se a poesia mais fugaz, a canção.

Emil Staiger

A tão humana perplexidade diante da fugacidade do tempo tornou-se tema da poesia desde os primeiros registros da épica e da lírica arcaicas gregas (ACHCAR, 1994, 59-61) e, desde então, nunca deixou de se fazer presente no rol das inquietações do sentir-poético. De igual modo, o empenho em, de alguma maneira, tentar vencer a finitude, senão de maneira absoluta, ao menos buscando formas vicárias de perpetuação no tempo e na memória dos pósteros, também se firmou como *topos* poético de longa tradição. Em alguma medida, tudo se passa como se toda obra de arte, diante da efemeridade do tempo, se pusesse a repetir o pedido de Fausto diante do instante que passa: “Oh, para! És tão formoso!”⁸ (GOETHE, 2020, p. 169).

Salvas as devidas e consideráveis diferenças, àquele que se dedica ao estudo do contemporâneo não é incomum a impressão de lidar com um objeto movediço, em constante devir, assim como, por outro lado, a de estar a contribuir para a construção de uma memória, de algum modo estabilizadora dessa fluidez.

⁸ *Verweile doch! Du bist so schön!*

Foi com base nessa dupla disposição para com o tempo que pensamos este texto que vem a propósito das celebrações referentes aos 70 anos de existência do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Pretendemos trazer aos leitores deste dossiê da *Littera online* um apanhado da trajetória do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lírica Brasileira Contemporânea traçado a partir das contribuições dadas e dos desafios ainda vividos no âmbito dos estudos literários, tanto de graduação quanto da pós-graduação, em nossa Instituição. Na segunda parte destas considerações, comentaremos um *corpus* de sete poemas (publicados ao longo das sete décadas de existência do curso de Letras) cuja característica comum consiste justamente em apresentar figurações poéticas da fuga do tempo e da busca da eternização pela arte. Na primeira parte, tentaremos nos afastar de um modo de apresentação da história do Grupo à maneira de um relatório, muito embora precisemos, em nome da clareza da reflexão, aludir a alguns eventos significativos. Com relação ao segundo momento, evitaremos análises exaustivas ou muito pormenorizadas dos poemas escolhidos, já que não é este o objetivo central deste texto.

Os estudos acerca do gênero lírico certamente não estão entre os de maior adesão por parte do público acadêmico e causas as mais variadas poderiam explicar o menor prestígio dessa modalidade de pesquisa entre discentes e docentes de instituições brasileiras. Em conferência proferida em 2012, Paulo Franchetti, partindo dessa percepção, afirmava, naquela altura, o quão ainda mais estreito eram os círculos dos que se dedicavam às investigações da lírica contemporânea:

Mas o que mais causa espécie é que mesmo em boas universidades tenho encontrado cada vez mais colegas que não hesitam em dizer, quando a situação se apresenta, “não entendo de poesia” (embora poucos tenham a coragem de dizer o que se percebe: que não gostam de poesia). O não entendimento ou o desinteresse também pode manifestar-se por meio das glosas usuais e defensivas: “não sou especialista e por isso não posso julgar”, “embora não saiba muito de poesia, gosto de ler isto”.

A minha reação primeira sempre foi de desconcerto perante tal estado de coisas, porque não são leigos ou estudantes os que dizem isso, mas intelectuais com experiência de estudo e de ensino, doutores em literatura, formados nas melhores universidades, muitos com trânsito e experiência internacional.

É certo que dificilmente na universidade alguém diz algo como “não entendo de poesia” se o assunto é *Os Lusíadas* ou a *Odisseia*. E também diminui o contingente dos constrangidos, se o tema é a poesia modernista, por exemplo. Ou seja, parece que quanto mais historizado

o objeto, menor o desconforto. E, conseqüentemente, maior é esse desconforto à medida que o objeto se avizinha do presente. (FRANCHETTI, 2021, p. 167)

Tais palavras do experiente professor da Unicamp, hoje aposentado, poderiam ser adaptadas ao contexto dos estudos em literatura da UFMA, no ano de 2014, com a considerável ressalva de, por se tratar de um departamento com pouquíssimos pesquisadores em Literatura naquela altura, as dificuldades para se dar conta de trabalhos que envolvessem grande parte dos principais gêneros, estilos e metodologias do campo em questão, eram bastante grandes. De modo que, ainda que houvesse alguma tácita restrição com relação ao apreço pelo gênero lírico, o problema da limitação quantitativa era inquestionavelmente preponderante.

Foi nessa conjuntura de ausência de pesquisas em poesia que iniciamos o projeto do Grupo de Estudos que, já em seu primeiro ano, foi contemplado pelo edital de incentivo a novos projetos da agência de fomento do Estado do Maranhão, a FAPEMA. Naquele mesmo ano (ou talvez no final do anterior), demos um importante passo para o incentivo dos estudos em poesia contemporânea na UFMA: a incorporação da disciplina Poesia III ao rol das matérias obrigatórias no currículo da graduação com uma ementa que contempla a produção poética de língua portuguesa dos séculos XX e XXI.

No ano de 2018, com as pesquisas do Grupo já consolidadas em nível de Iniciação Científica e trabalhos da graduação, levamos para a ainda “jovem” pós-graduação em Letras da UFMA a proposta de criação de uma linha de pesquisa dedicada exclusivamente aos Estudos Literários, de modo que os trabalhos em Literatura pudessem ser acolhidos em uma linha específica, uma vez que as duas existentes pertenciam às áreas da Linguística e da Análise do Discurso. A proposta foi aprovada e, com ela, a criação de uma disciplina em Tópicos em lírica tradicional, moderna e contemporânea que passou a integrar a grade curricular do Mestrado em Letras da UFMA.

A essas realizações acrescentaríamos, ainda, os eventos que promovemos, dos quais foram gerados importantes produtos tanto do ponto de vista da produtividade acadêmica quanto das trocas de experiências e afetos entre os membros do grupo e os convidados, entre os quais se incluem pesquisadores de referência para nossas investigações e também poetas cujas obras foram objeto de nossos trabalhos. Entre esses

últimos convém mencionar os seguintes nomes: Carlos Felipe Moisés, Geraldo Carneiro, Paulo Henriques Britto e Salgado Maranhão.

Não resta dúvida de que o empenho persistente, prazeroso, sobretudo, mas em alguns momentos sofrível, no labor da pesquisa e nas vivências a que aludimos no parágrafo anterior, coloca-nos a fundo no processo mesmo de aperfeiçoamento profissional-acadêmico, mas também no da ordem do humano. A pouco tempo de completarmos dez anos de atuação, a memória (duradoura?) do que construímos está nos registros curriculares, nos anais de eventos, nos artigos e livros publicados; mas está, ainda, no modo de ver a tradição literária, de se acercar do poema, objeto opaco e translúcido, misto de esfinge e “claro enigma”; está, também, nos torneios sintáticos de nossa escrita, no detalhe estilístico, na expressão idiomática, espécie de *koiné* compartilhada por nós membros mas que, apesar disso, não suprime as idiossincrasias e o traço autoral e singular de cada um. Ao saber horaciano prescrito a Leucônoe na Ode 3.30 concilia-se a otimista aposta no nebuloso porvir. De certo modo, aprendemos com o poeta latino de que tanto nos servimos⁹ em nossa trajetória de pesquisadores de poesia, pois soubemos colher a hora em seu instante fugaz. Por outro lado, o da aposta na perenidade futura, seria de todo insensato pensar que o trabalho continuado pelos antigos membros para novos e mais jovens públicos não representaria algum grau de insubordinação à finitude?

Isso posto, daremos início à segunda parte destas considerações, dedicada à apreciação de poemas de autores brasileiros que versaram sobre o tempo a partir das questões que mobilizamos até aqui.

O primeiro poema, representando a década de 1960, é do piauiense Mario Faustino:

Carpe diem

Que faço deste dia, que me adora?
Pegá-lo pela cauda, antes da hora
Vermelha de furtrar-se ao meu festim?

⁹ Referimo-nos aqui a dois poemas clássicos de autoria de Horácio: a Ode 3.30 cujo arremate traz o célebre verso que consagrou o *topos* do *carpe diem* cuja mensagem consiste em aproveitar o instante presente sem querer saber o que o futuro nos reserva. Já a Ode 1.11 inicia-se com a expressão *exegi monumentum* e seu teor pode ser sintetizado na ideia segundo a qual seria possível, por meio da arte, vencer parcialmente a morte, já que o poeta seria lembrado por futuras gerações de leitores. Sobre essas duas tópicas poéticas e uma possível relação conciliatória entre ambas as mensagens, cf. Antonio Cicero: <http://antoniocicero.blogspot.com/search/label/Carpe%20diem> (acessado em 14 de outubro de 2023).

Ou colocá-lo em música, em palavra,
Ou gravá-lo na pedra, que o sol lavra?
Força é guardá-lo em mim, que um dia assim
Tremenda noite deixa se ela ao leito
Da noite precedente o leva, feito
Escravo dessa fêmea a quem fugira
Por mim, por minha voz e minha lira.

(Mas já de sombras vejo que se cobre
Tão surdo ao sonho de ficar — tão nobre.
Já nele a luz da lua — a morte — mora,
De traição foi feito: vai-se embora.) (FAUSTINO, 2009, p.195)

A reflexão sobre a efemeridade do dia (aqui uma evidente metonímia da vida) não poderia interpelar-nos de forma mais pujante do que nessa, escrita por um poeta falecido tão abruptamente, aos 32 anos de idade. A precoce partida do autor parece ironicamente achar-se inscrita em seu sobrenome, como a indicar uma curta ventura, uma felicidade diminuta.

O poema foi publicado postumamente, em 1966, o que contribuiu para assinalar com ainda mais eloquência a mensagem que o poeta tomou dos clássicos (Alceu, Simônides, Horácio etc.) e a recriou nesse admirável soneto decassílabo em construção estrófica atípica: uma estrofe de dez versos seguida de um quarteto. A disposição rímica em AABCCBDDEE FFAA revela, no entanto, a arquitetura do poema: trata-se de um soneto invertido em que somente aquela que seria a primeira quadra (na disposição convencional, italiana) está destacada do bloco monostrófico. O motivo do desprendimento dessa última estrofe do bloco anterior pode ser explicado pelo conteúdo que carrega: sendo ela a de teor mais taciturno, à maneira de um *memento mori*, representa uma ruptura, como a morte é um corte com a vida. A propósito da seleção imagética do poema, destacamos a menção à “cauda”, que comparece no segundo verso, e que não tem precedente, pelo que sabemos, em recriações anteriores do *carpe diem*. Trata-se de uma imagem surpreendente, sobretudo se lida sobre o pano de fundo da causa da morte de Mario Faustino: o desastre aéreo de um voo da Varig em 1962.

Convém ainda notar que, entre as rasuras empreendidas por Faustino no esquema clássico do *topos* estaria uma importante: à modulação injuntiva com que o discurso aparece em Horácio (com verbos no imperativo como: “sê sábia”, “decanta o vinho”, “não indagues” etc.) preferiu o poeta piauiense o diapasão da dúvida. A pergunta sobre o que fazer com a hora (leia-se, a vida) fluida, o sujeito poético indaga, interroga-se. As

alternativas assaltam-no e entre elas a opção da fixação por meio da arte (a “lira”, a “música”, a “palavra”).

Passando para a década de 1970, a poeta paulista Hilda Hilst publica o festejado volume de poesia *Júbilo, memória, noviciado da paixão*, de onde retiramos o trecho que se segue:

Nós dois passamos. E os amigos
E toda minha seiva, meu suplício
De jamais te ver, teu desamor também
Há de passar. Sou apenas poeta

E tu, lúcido, fazedor da palavra,
Inconsentido, nítido

Nós dois passamos porque assim é sempre.
E singular e raro este tempo inventivo
Circundando a palavra. Trevo escuro

Desmemoriado, coincido e ardente
No meu tempo de vida tão maduro.
(HILST, 2018, p.21)

O poema acima está incluído na seção intitulada “Dez chamamentos ao amigo”, que abre o livro. Esses “chamamentos” estabelecem uma relação intertextual com a cantiga de amigo, gênero da lírica medieval galego-portuguesa, marcadamente em dois aspectos: a expressão da *coita* amorosa e a estrutura (pseudo)dialogal. Embora apresente flexibilidade temática maior que as cantigas de amor¹⁰, ainda assim, via de regra, nas cantigas de amigo o conteúdo gira em torno do sofrimento da donzela que diante da ausência de seu amado, lamenta essa perda e canta a espera por sua volta. No texto de Hilst, o insistente chamamento ao amigo é construído por um eu que se endereça a um tu ausente, que não lhe responde, por isso mesmo, trata-se de um pseudodiálogo, já que não há respostas do interlocutor. Em uma possível chave de leitura, é lícito considerar que esse amante indiferente é o próprio tempo. Nesse ponto, vale dizer que a questão da temporalidade atravessa todo o poema, ora mencionada de forma explícita ou através de metáforas como a seguinte:

Olhei-me a mim, como se tu me olhasses.

¹⁰ A retórica do amor infeliz, motivo central da poesia trovadoresca, encontra nas cantigas de amor uma estrutura fixa onde predomina a figura de um trovador que se dirige à sua amada inacessível. Nas cantigas de amigo, por outro lado, a interlocução compreende as queixas da moça ora à mãe, ao amado, às amigas ou até mesmo à natureza.

E era como se a água
Desejasse

Escapar de sua casa que é o rio
E deslizando apenas, nem tocar a margem.

Te olhei. E há tanto tempo
Entendo que sou terra. Há tanto tempo
Espero
Que o teu corpo de água mais fraterno
Se estenda sobre o meu.
(HILST, 2018, p. 17)

Nos versos acima prevalece a ideia da fluidez, reforçada pelo uso reiterado do verbo “passar” no primeiro trecho e no segundo, pelo constante mover-se das águas. Nesse segundo momento, cumpre observar que o eu se reconhece como terra, elemento que, em oposição ao fluir das águas, caracteriza-se pela fixidez. Contudo, essa fixidez não é absoluta, uma vez que banhar a terra também significa modificar seus contornos, corroê-la. No primeiro trecho, a identificação do eu coloca ainda em jogo os polos do perene e do transitório, representando o eu a poesia, e o tu o tempo.

O poder imortalizador da poesia cristalizado no *topos* horaciano do *Exegi monumentum*, na releitura de Hilst, passa por um processo de rebaixamento, porém, não de aniquilação. A dessacralização do poeta (“sou apenas poeta”), lugar-comum na modernidade, atestada ironicamente por Baudelaire na imagem do poeta que, ao atravessar a rua, deixa cair sua auréola no lama, não tira da poesia a capacidade de contrariar a efemeridade da vida em um agora (“tempo inventivo”) materializado no texto poético, espaço/tempo do que é “singular e raro”.

A experiência do homem no tempo, o saber-se mortal, a vontade de permanência, desde épocas longínquas até hoje continuam a fornecer matéria para as especulações poéticas. O livro *Escavações* de outra poeta paulista, Neide Archanjo, publicado em 1980, dá testemunho da intrincada articulação entre tempo, memória e poesia:

Tudo nasce e torna a renascer
uma segunda vez.
Agora o gesto infinito
(suas esporas e primores)
resguardado na infância
volta
anterior e primevo
ocupando meu ser

como a semente ocupa a terra
antes da árvore.
Importa o que foi
o que agora é?
Esta hora este tempo este lugar
são bojo
inventário
memória
invenção deste fogo
casto esfregar de pedra contra pedra.
O meu olhar percorre
o ponto luminoso
que circunda as coisas
e acorda-as pelo nome.
Quem senão o poeta
para acordar o coração das coisas
e chamar os mortos? (ARCHANJO, 1980, p. 29)

Nota-se em Archanjo que as evocações tanto servem para revelar o corpo dos acontecimentos, em reminiscências da infância, de episódios e pessoas, quanto servem para sugerir, por meio desses acontecimentos, novos desdobramentos e possibilidades que brotam do encontro entre o passado e o agora. A reflexão sobre a memória configura-se como alteridade, uma vez que o gesto inaugural da infância, antes resguardado, volta agora como outro. Aqui o fundo memorial é apresentado como lugar privilegiado que estimula ([com] “suas esporas”) e donde o poeta extrai matéria de excelência (“primores”) para seu fazer. O título do livro – *Escavações* – já nos sugere esse gesto de escavar na/da profundidade do eu pessoal (“infância”) a substância do ser poeta. Na apreciação desse livro, Carlos Felipe Moisés (2012, p. 94) declara que, por meio do exercício de rememoração, “a dimensão temporal deixa de ser tema de especulação para tornar-se categoria de ser. As lembranças convocadas pela memória buscam uma plenitude que coincide com sua fixação pela palavra poética.”

O primeiro verso do poema (“Tudo nasce e torna a renascer”) recusa a concepção linear do tempo e aponta para uma perspectiva de circularidade. Ademais, a distribuição espacial dos versos na página aponta para a transformação em um movimento que também é circular (“olhar [...] que circunda”), ou seja, que vai de um lugar a outro, mas retorna. A poeta faz o tempo se deslocar no espaço da página. Em uma visada metapoética, ao perguntar se importa o que foi, Archanjo não nega a presença das marcas

de suas vivências anteriores em seu texto, porém sinaliza que o que deve importar é o agora, a corporeidade do poema, por meio do qual o passado transmutado sobrevive.

Nesse ponto, convém destacar a assertiva de Hans Magnus Enzensberger (2003, p. 20) acerca do encontro dos tempos: “O contato entre diferentes camadas do tempo não conduz ao retorno da mesma coisa, mas a uma interação que, todas as vezes, produz algo novo em ambos os lados.”

Um tipo semelhante de plasmação é o que se vê no poema “O azul e as farpas”, inserido no livro *O beijo da fera*, de 1996, onde Salgado Maranhão reflete sobre a relação tensa entre algo da esfera do corpo, da terra, das origens com elementos do universo da cultura e da tradição, sendo tudo isso atravessado pelo tempo.

Sigo a sangrar, do peito ao vão das unhas,
os dardos do amor: o que há sido e o que há.
Naufragado ao vento de um cais sem mar
o que serei se alia ao que me opunha.
As farpas do desejo - esse tear
das aranhas da dor e sua alcunha
- fazem da luz do dia uma calúnia,
cravam no azul da tarde o zen do azar.
Tento amarrar o tempo e a corda é curta,
tento medir o nada e nada ajusta.
(Meus nervos tocam para os inimigos
que chegam sob o som de uma mazurca.)
Resta a mó do destino - o desabrigo
- a devolver meu pão de volta ao trigo. (MARANHÃO, 2023, p. 123)

Rico em sugestões, o texto abriga motivos clássicos e caros ao lirismo, como a metáfora náutica (“Naufragado ao vento de um cais sem mar”), que diz respeito às dificuldades e incertezas da aventura marinha e serve de alegoria, nesse soneto, à outra aventura: a amorosa. Também comparece uma entidade do panteão grego, amplamente reconhecida como o deus do amor, Eros, que, como sua mãe Afrodite, também representa o desejo. Resultados das flechas que ferem o coração (“os dardos do amor”), o amor e o desejo, as potências de Eros, possuem dupla feição: criadora e destruidora. Eros, então, pode ser tanto uma força geradora de vida, quanto um deus que invade o indivíduo com uma atração contra a qual é inútil lutar. E é assim que, sem poder resistir, o sujeito do poema sangra (“do peito ao vão das unhas”) e faz coisas impensáveis (“serei se alia ao que me opunha”). O amante deseja somente a noite, a hora do encontro amoroso, por isso o elemento diurno é uma calúnia que crava “no azul da tarde o zen do azar”. A aliteração

marcada pela sibilante “z” alimenta a ideia de algo cortante, violento, o que também é reforçado pela presença de signos que remetem à dor, espiritual e física, sanguínea mesmo (“sangrar”, “dor”, “cravam”). No verso “tento amarrar o tempo e a corda é curta”, o sujeito reconhece o fracasso diante do desejo de fixar o momento.

Até aqui, constatou-se no poema a figura de um sujeito poético que, tomado por uma atração inelutável, lança-se em uma busca perigosa e sem nenhuma garantia de sucesso, mas, ainda assim, irresistível. Tudo isso, somado ao mito da tecelagem, atribui ao texto um aspecto metapoético.

As narrativas míticas contam que uma habilidosa tecelã, Aracne, desafiou a deusa Atena e foi transformada em aranha, sendo condenada a tecer para sempre. O constante fiar da teia coloca em evidência o paradoxo entre a fragilidade da aranha e a resistência da teia. Além disso, expõe também a pulsão criadora do poeta (“as farpas do desejo - esse tear das aranhas da dor”). Outro matiz do mito da tecelagem está na representação das fiandeiras, também conhecidas como Moiras, divindades que fiam os dias da vida humana e determinam o destino dos homens, pois a elas cabe cortar o fio dessas vidas. O fiar, portanto, representa nascimento, renovação, transformação, mas também ruptura.

Ao comentar o verso que encerra o poema, Rafael Quevedo (2023, p. 30) destaca como o poeta, de modo inusitado, sugere que “o pão, elemento cultural [seja] ‘devolvido’ ao trigo: a matéria, componente natural”, e, dessa forma, acentua o movimento de retorno, tema caro à lírica salgadiana., Assim, além do passado, representado por meio de mitos e motivos clássicos, se atualizar no texto contemporâneo, também o futuro revisita suas origens neste poema que entre percalços, incertezas e pulsões se constrói como uma espécie de convergência dos tempos.

Da primeira década do século XXI escolhemos o seguinte soneto monostrófico em oito sílabas poéticas de autoria de Antonio Cicero:

A história, que vem a ser?
mera lembrança esgarçada
algo entre ser e não-ser:
noite névoa nuvem nada.
Entre as palavras que a gravam
e os desacertos dos homens
tudo o que há no mundo some:
Babilônia Tebas Acra.
Que o mais impecável verso
breve afunda feito o resto
(embora mais lentamente

que o bronze, porque mais leve)
sabe o poeta e não o ignora
ao querê-lo eterno agora (CICERO, 2002, p. 29).

As duas grandes referências com as quais o soneto dialoga são: a comparação entre Poesia e História feita por Aristóteles na *Poética* e o *topos* horaciano do *exegi monumentum*. Em ambas as direções, o tom é de desacordo. Com relação à primeira referência, opõe-se o eu lírico à asserção do estagirita para quem a História prende-se ao campo dos acontecimentos factuais ao dizer que ela é “noite névoa nuvem nada”. Adiante, rebaixa a eufórica aposta na imortalidade, marca do *topos* clássico, para uma visão bem menos idealizada (“[...] o mais impecável verso/breve afunda feito o resto”) acerca do tema.

Atravessado por agudas sutilezas, a visão menos otimista sobre a História e a Poesia expressa pelo discurso do sujeito poético articula-se no plano verbal do texto, a exemplo da rima “homens” e “some” que configura poeticamente a finitude humana ao incrustar o “some”, de modo anagramático, dentro da palavra “homens”. Recurso semelhante se faz presente na relação entre “palavra” e “gravam” em que a função de registrar os fatos (gravá-los) está implicitamente contida no vocábulo “palavra”.

A aproximação paronomástica entre “breve” e “bronze”, por sua vez, promove a disjunção entre duas noções que, na tradição clássica (pano de fundo do soneto de Cícero), estão intimamente vinculadas: *vita brevis, ars longa e Exegi monumentum aere perennius*. Nesse sentido, o bronze, símbolo da durabilidade é, agora, incluído no campo das coisas breves.

Mas o próprio poema trai o discurso de rebaixamento do idealismo que vinha sendo articulado ao longo do soneto para, em seu último verso, contradizê-lo no lance utópico da criação: o poeta quer o poema “eterno agora”. “Ao querê-lo eterno agora” é uma passagem esteticamente precisa, cujo início em “ao” é reiterado às avessas no fim do verso, em “agora”, e o “querê-lo” praticamente faz ecoar o “eterno”! A urgência da vontade encontra uma formulação muito bem ajustada, portanto. Isso fica mais evidente, ainda, se dermos a devida ênfase ao “agora” justaposto a “eterno”.

Todavia, uma vez que o último verso está sintaticamente ligado ao anterior, a ideia que o antecede é relevante para o teor da resposta utópica, já que o penúltimo verso é todo ele uma afirmação da tomada de consciência do poeta sobre o peso da passagem

do tempo: “sabe o poeta e não o ignora”, onde o “ignora” contém explicitamente a negação no plano semântico (ignorar = não saber) e sugestivamente no plano do significante: “ignora”. Na montagem “paratática” de ideias do campo semântico temporal, “ignora” é uma espécie de palavra-valise poética na qual estariam cunhadas “não” + “ignora” + a hora. Em suma: a passagem do tempo, a história, pesa sobre a consciência do poeta, tal como, também, na de Stephen Dedalus do *Ulisses* de James Joyce: “– A história – disse Stephen – é um pesadelo do qual estou tentando despertar” (JOYCE, 2005, p. 39).

Da década de 2010, escolhemos uma releitura satírica de Horácio escrita em versos dodecassílabos por Paulo Henriques Britto:

Horácio no Baixo
(*Odes I*, 11)

Tentar prever o que o futuro te reserva
não leva a nada. Mãe de santo, mapa astral
e livro de autoajuda é tudo a mesma merda.
O melhor é aceitar o que de bom ou mau
acontecer. O verão que agora inicia
pode ser só mais um, ou pode ser o último –
vá saber. Toma o teu chope, aproveita o dia,
e enquanto ao amanhã, o que vier é lucro. (BRITTO, 2012, p.23)

De forma simples, simpática e acessível, o poema do poeta, tradutor e professor Paulo Henriques Britto dialoga de forma direta com a tradição horaciana ao trazer para seus versos um dos grandes temas da poesia, o já mencionado *carpe diem*. Nesta ocasião o tema da fugacidade da vida é “rebaixado” à coloquialidade dos tempos atuais e novamente entregue à circularidade perene da poesia. A forma “boa-praça” como o poeta reescreve a ode de Horácio, sinalizada logo abaixo do título, trazendo o tema da passagem do tempo para uma linguagem corriqueira dos dias atuais, deixa evidente a clareza da mensagem principal do poema: a importância de viver o presente.

Assim como o poeta latino, o eu lírico contemporâneo adverte, em forma de conselho amigável, e ao mesmo tempo em um tom energético, que tentar prever o futuro não é a saída para se viver melhor, a opção mais assertiva é, segundo a voz do poema, apenas aceitar o agora como ele se apresenta, sem permanecer em estado ansioso por estar submerso em pensamentos a respeito do que está por vir. É necessário, inclusive, que se aceite até o que de mau pode advir, mas não como forma de ser passivo quanto às

adversidades, mas sim por ter em vista que tais problemas não podem ser evitados, sendo esse mais um motivo para não se prender à mãe de santo, a mapa astral ou a livro de autoajuda.

Nota-se que, para dar esses conselhos, o poema de Britto, assim como o poema antigo a que faz referência, faz uso de verbos no imperativo, tal como visto em poemas anteriores aqui comentados. O argumento que se insere como justificativa na argumentação de ambos os poemas é que a vida é fugaz e não há como prever se aquele instante será só mais um ou o último. Dessa forma, provoca o eu lírico contemporâneo, cabe a nós, mortais, aproveitarmos o presente. Ao fazermos essa leitura percebemos a diferença de direcionamento da mensagem deste poema em relação ao poema horaciano: se, em Horácio, o emissor se dirige à Lecônoe, em Britto ele se dirige a todos os leitores que passem os olhos sobre seu poema.

Como fecho, orienta-se: “Toma o teu chope, aproveita o dia, / e enquanto ao amanhã, o que vier é lucro”. A exortação orienta ao relaxamento alcóolico, indicando que o melhor caminho a seguir é abraçar o presente com todas as suas possibilidades, sejam elas boas ou ruins, afinal, o que vier é lucro, ou melhor, se o futuro vier é lucro. Não espere que o vinho decante, aguardando calmamente os sedimentos se separarem do líquido, coa-o e o usufrua-o enquanto for possível aproveitá-lo. A questão que se levanta é que o tempo passa e nós, seres perecíveis, mesmo que não estejamos sempre conscientes de que “o tempo trota a toda ligeireza”, como já afirmava Gregório de Matos, estamos reféns de sua passagem. A mesma questão podemos ver no poema a seguir, publicado no ano de 2020 por Armando Freitas Filho.

Tempo ao tempo

Diáfano como a maioria
Passa sem deixar marca
na memória: transparente
(ao menos a luz o atravessa)
e se superpõe aos outros
ano afora assim como este
a outros anos, fanados
no fim do calendário,
emendando sua folha
inicial à outra idêntica
à última, num moto-contínuo
que praticamente não para

apesar da força da ilusão
em sentido contrário
nem assinala nenhum
ponto relevante e mesmo
se for corre o risco
de não ser de cair cedo
ou tarde no esquecimento.
Temos idos ou vindos
Não cessam embora
pareçam estar parados.
(FREITAS FILHO, 2020, p. 154)

A expressão “dar tempo ao tempo” tem o mesmo significado de ter paciência. Essa seria uma forma do indivíduo suportar inquietações, acalmar-se e, assim, preservar sua qualidade de vida. Diáfano, o tempo passa imperceptível no caminhar da vida, “Quando se vê, já é sexta-feira! / Quando se vê, já é natal... / Quando se vê, já terminou o ano... / Quando se vê perdemos o amor da nossa vida. / Quando se vê passaram 60 anos!” (QUINTANA, 2005, p. 50). Mario Quintana, no poema “O tempo”, também alerta para o fluxo do tempo que está entre nós o todo tempo presente de forma translúcida, rarefeita, mas mesmo assim, “imprimindo sobre a flor sua pisada”. Mesmo que não o percebamos sua sucessão a cada instante, ele não deixa de exercer sobre as coisas o seu poder de corrosão.

O transcorrer do tempo e, conseqüentemente, da vida, é ligeiro e imperdoável para aqueles que não o aproveitam da melhor forma possível. A flor dos verdes anos perecerá vítima do tempo, o percurso da vida humana por completo, também. O conselho que fica é dar tempo ao tempo, os dias se passam sem que nos demos conta do seu curso natural. Se nada podemos fazer, fica a ressalva: não deixe que a memória do vivido fique em branco, pois aqueles que permanecem estáticos estão sujeitos ao esquecimento. Mesmo que uma ou outra a percepção da passagem do tempo seja notada de forma distinta por cada indivíduo, sua característica de transformação é inegável e sempre atuante. Estamos entre os momentos “idos e vindos”, mais especificamente no encontro entre os tempos e no único possível de ação. Cabe ao leitor constantemente recordar, visto que o tempo não cessa, embora pareça estar parado, que, se nem mesmo os instantes bem aproveitados poderão ter garantia de lugar na memória, os que passarem sem a tinta do prazer da vida certamente cairão no esquecimento.

Armando Freitas Filho, ao explorar a passagem do tempo e os desafios que ela impõe ao homem, avizinha-se da boa companhia de autores que outrora trataram dessa reflexão profunda sobre a condição humana, como Horácio, Gregório de Matos, Mario Quintana e tantos outros monumentos da poesia. É admirável ver como a literatura continua a ser um veículo para abordar questões atemporais como essa, em uma constante rotatividade do *topos*, conservando as características temáticas principais, mas mudando suas formas. Mudam-se os tempos, mudam-se as culturas, mas os pensamentos e escritas sobre as qualidades da humanidade costuma voltar à baila, transcritas em nova roupagem, tomando sempre outras qualidades, novos estilos e singularidades. A circularidade do tema relembra o leitor/ouvinte da sua condição, reescreve o passado e projeta para as gerações vindouras o legado de grandes nomes das letras.

Considerações Finais

Ao longo dessa longa jornada do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lírica Contemporânea pensamos, discutimos e analisamos estes e outros *topoi* ligados à condição do ser e à escrita literária, percebendo como a poesia continua a dimensionar as condições caras e comuns ao ser humano. O nosso texto mostra que, apesar do constante transcorrer do tempo, notáveis na cultura e nas formas de expressão, os temas centrais da humanidade permanecem presentes na tinta dos poetas, renovando-se continuamente e mantendo vivos o tema, o poema e o escritor.

Este trabalho é uma homenagem aos esforços e às conquistas do grupo de pesquisa. A mesa redonda da sala de estudos literários em que nos reunimos semanalmente foi testemunha dos medos, da coragem, dos esforços e das confraternizações que aproximaram pessoas por gostos em comum: o entusiasmo com os estudos da poesia, a amizade e a ajuda mútua. Embora as vidas profissionais para além dos muros da universidade nos afastem do convívio diário, permanece em nós a gratidão pelas experiências vividas.

Foram essas experiências que contribuíram para a formação dos integrantes do grupo. Ao estudarmos a presença dos *topoi* antigos na poesia contemporânea alargamos nossos olhares em duas direções: a visita à tradição e os estudos centrados na lírica contemporânea. O voltar ao passado para estudar suas heranças no presente traçou de uma

só vez as linhas básicas dos estudos de poesia em diferentes contextos, analisando suas linhas comuns. Ao mergulharmos em tais investigações, esses tópicos foram estudados de forma mais profunda em trabalhos de iniciação científica, artigos acadêmicos, monografias, e dissertações e esse processo de constante contato com a poesia atenua, gradativamente, o problema levantado por Paulo Franchetti nas primeiras considerações deste trabalho. Os novos professores formados pela universidade e integrantes do grupo, ao manterem contato com essa forma literária e levá-la aos seus alunos, acabam por contribuir bastante nesse sentido.

Pelo fato de o mundo da poesia contemporânea ainda ser desafiador e pouco explorado ele se torna um campo instigante para aqueles que apreciam a linguagem poética. Constantemente retornamos aos temas comuns, aos estudos de poesia e às influências da tradição, não apenas para compreender melhor os novos versos, mas também para enxergar o mundo que nos cerca através do olhar de outros e das tradições literárias. Traçou-se, portanto, nestes escritos e na trajetória do grupo de estudos, a importância da tradição literária e do estudo crítico da poesia contemporânea, bem como a vitalidade do debate em torno dessa forma artística. Trazer a poesia para debate é torná-la sempre viva.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

ARCHANJO, Neide. **Escavações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRITTO, Paulo Henriques. **Formas do nada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CICERO, Antonio. **A cidade e os livros**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. “A massa folhada do tempo: meditação sobre o Anacronismo. In.: _____. **Ziguezague**: Ensaios. Tradução Marcos José Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 9-26.

FAUSTINO, Mario. **O homem e sua hora e outros poemas**. Pesquisa e organização Maria Eugenia Boaventura. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRANCHETTI, Paulo. “Notas sobre poesia e crítica de poesia”. In.: _____. **Crise em crise**. Notas sobre poesia e crítica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2021.

FREITAS FILHO, Armando. **Arremate**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Uma tragédia. Tradução de Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2020.

HILST, Hilda. **Júbilo, memória, noviciado da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JOYCE, James. **Ulisses**. Trad. Bernardina da Silveira Pinheiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARANHÃO, Salgado. **A voz que vem dos poros**: Antologia poética. Seleção e organização de Rafael Quevedo e Vagner Amaro. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Balaio**: Alguns Poetas da Geração 60 & Arredores Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

QUEVEDO, Rafael Campos. **A lavra e o livro**: Ensaio sobre a lírica de Salgado Maranhão. Bahia, Mondongro, 2023.

QUINTANA, Mario. **Esconderijos do tempo**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2005.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Tradução de Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

**Setenta anos do curso de Letras da UFMA:
entre margens, possibilidades e rupturas¹¹**

Danielle Ferreira Costa¹²

Eu sou Danielle Ferreira Costa, egressa do curso de Letras, mas isso diz pouco sobre mim. Para que melhor me conheçam e entendam de onde falo, é preciso dizer, como o fez Ferreira Gullar, que sou um “*corpo nordestino/ mais que isso maranhense/ mais que isso sanluisense/ mais que isso ferreirense*”. Sou pertencente a uma geração que inicia sua formação universitária entre décadas de 1990 e 2000, em uma mesma margem institucional: a Universidade Federal do Maranhão.

No entanto para completar o quadro desta que vos enuncia, é imprescindível demarcar que pertencço, principalmente, a uma geração que teve suas vidas transformadas por duas margens: a já citada Universidade Federal do Maranhão e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Por isso, gostaria a partir de agora abandonar a voz de um eu em prol de uma voz coletiva, uma vez que estou aqui representando todos os professores do IFMA que iniciaram suas travessias acadêmicas e docentes no curso de Letras da UFMA.

Para descrever nossa chegada, no famigerado curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão, lanço mão, assim como tantos outros estudiosos da palavra, do famoso poema de Carlos Drummond de Andrade “A procura da poesia”. Com ele Drummond faz-nos um convite: “*penetra surdamente no reino das palavras. Lá estão os poemas que esperam ser escritos*”. Seu eu-lírico, de forma afetuosa, insiste: “*Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra*”.

¹¹ Este ensaio foi apresentado no formato palestra no evento de 70 anos do Curso de Letras da Universidade Federal, realizado em dezembro de 2023 no Centro de Ciências Humanas.

¹² Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2017-2022). Bolsista FAPEMA (2019-2021). Possui Mestrado em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (2012) e Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. Pesquisadora Associada da Latin American Studies Association (LASA), do GEFLi - Grupo de Estudo e Pesquisa Fronteiras Literárias - IFMA e do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura - GEPLIT/UFMA. Tem experiência na área de Letras, Linguística e Artes, com ênfase em Teoria Literária, Literatura Comparada e Literatura Latino-Americana, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Contemporânea; Literatura e outras Linguagens, Imaginários Identitários da América Latina e Ditadura Civil-militar. Email: danielle.costa@ifma.edu.br

Para em seguida exigir que façamos a pergunta cuja resposta pobre, terrível e estridente reverberava, já na nossa chegada, a realidade que nos constituía: a de que, por diversos e sólidos fatores sociais, culturais e políticos, não trazíamos a chave. Trazíamos apenas a possibilidade, não a certeza, de finalmente conquistá-la, pois agora éramos estudantes de Letras. Havíamos penetrado um território que, mesmo diante de novas leis e incentivos, ainda era destinado a poucos.

Mas logo que iniciamos nossa longa, tortuosa e turva busca pela chave de Drummond, tivemos nossos caminhos e descaminhos iluminados, orientados e encurtados por diversos mestres. Mestres que assumiram, assim como, inspirados por eles, fazemos agora, a árdua tarefa de não apenas entregar a chave de Drummond, mas também, a pedra no feijão de João Cabral de Melo Neto. A palavra que quebra o dente e traz a dor e o desconforto da tomada de consciência de classe, de raça e de gênero.

Dentre tais mestres não há como não iniciar pela professora Márcia Manir Miguel Feitosa, com a qual aprendemos que nos ecos do além-mar, José Saramago usava a palavra para subverter a própria palavra, com sua licença poética, desconstruindo e reconstruindo a história de Portugal dando a palavra àqueles que nunca tiveram voz. Assim como, Fernando Pessoa a utilizava para dizer o que não cabia em um só corpo.

Da beira de lá, com a professora Maria da Graça dos Santos Faria, adentramos ainda a palavra alegórica de Gil Vicente. Palavra criticamente analisada com a professora Maura Cristina de Melo Silva, que nos apresentou tanto o grotesco quanto o sublime. Investigada em sua concretude e sonoridade com a professora Ana Lúcia Rocha Silva. E historicamente desvendada com a professora Maria de Fátima Sopas Rocha.

Da beira de cá, exploramos gramaticalmente, linguisticamente, discursivamente e literariamente todos os meandros de nossa Língua e Literatura com as professoras Maria da Graça Pereira Guimarães Corrêa, Teresinha de Jesus Baldez e Silva, Conceição De Maria De Araujo Ramos e Márcia Manir Miguel Feitosa, a qual tivemos a sorte de ter na beira de cá também. Ao mesmo tempo em que tateávamos a aquisição de uma segunda língua. Nessa seara não podemos deixar de destacar o trabalho primoroso das professoras: Luciana Rocha Cavalcante e Suzana Maria Lucas Santos, na Língua Inglesa; Ivete Maria Martel da Silva, na Língua Espanhola; e Eva Maria Nunes Chatel, na Língua Francesa.

Ao fim e ao cabo, transcorridos quatro anos para alguns, cinco para outros, terminamos o curso de Letras consciente da necessidade de observar, em profundidade,

diversidade e complexidade, a escrita daqueles que navegam pelos labirintos e subsolos da palavra que ainda precisa ser ouvida. Entendemos a necessidade de habitar narrativas que permitem o ressoar de uma memória que nos ilumine em novos horizontes de existência e resistência.

Conscientes também que a palavra que nos atravessa é também travessia e nos leva a outros lugares à medida que nos atrevemos a cruzar fronteiras. E assim partirmos, navegando por um rio volumoso e profundo, que, assim como escreveu João Guimarães Rosa em um de seus contos mais lidos, possui três margens. Sendo a primeira delas avistada a partir do que a nossa formação no curso de Letras nos autoriza, a segunda revelada a partir do que nossas formações seguintes (Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, o que muitos de nós já alcançou) nos sugere e a terceira a partir do que como docentes construímos.

Nessa terceira margem... que para os que aqui eu represento tem sido o Instituto Federal do Maranhão - IFMA, recuperamos diariamente os saberes aprendidos nas duas outras margens buscando construir infinitos nos quais, pela aproximação entre as fronteiras que tocam o universo da palavra, em um processo de travessia interdisciplinar, as diferentes áreas do conhecimento consigam dialogar em um movimento dialético constante de construção e ruptura. Ruptura que se propõe a problematizar para desconstruir paradigmas do conhecimento que foram estabelecidos para sustentar visões de mundo excludentes.

Dessa forma, esperamos tornar mais maleáveis os sólidos fatores sociais, culturais e políticos que no passado nos impediram de já chegar neste curso com a chave Drummondiana. Esta é a forma que encontramos para agradecer tudo o que foi nos dado por nossos mestres, mas também reexistir a tudo o que nos foi negado pelo sistema ao qual estávamos submetidos.

Por fim, em nome dos professores que hoje compõem o corpo docente do IFMA, os quais peço licença para nomear:

- Alba Catarina Gama Costa Penha
- Alana Brito Barbosa
- Anairan Jeronimo da Silva
- Anne Carine Lemos Cardoso Costa
- Anna Carolina Ferreira Sangiorgi

- Augusto Ângelo Nascimento Araújo
- Claudia Cristina Colins Pereira
- Claudia Maria Paixão Mattos
- Danielle Ferreira Costa
- Dulce Maurilia Ribeiro Borges
- Edilene Freitas Silva
- Elizabeth Correa da Silva
- Fabio Henrique Novais de Mesquita
- Fernanda Carvalho Brito
- Gerson Carlos Pereira Lindoso
- Ilanna Maria Izaias do Nascimento
- Irinaldo Lopes Sobrinho Segundo
- Israel Ferreira Santos
- Jocyana Azevedo Campos
- Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato
- Leydnayre Rodrigues Costa Kirschner
- Livia Fernanda Diniz Gomes
- Liana Marcia Goncalves Mafra
- Luís Rodolfo Cabral Sales
- Marcos Aurelio Alves Cutrim Campos
- Nataniel Mendes da Silva
- Nereida Viana Dourado
- Neuma Cristina da Silva Andrade Cunha
- Olivia Pavão Soares Carvalho
- Paulo Eduardo Oliveira Santos
- Raquel Cardoso Frazão
- Rejane de Freitas Torres Santos
- Renata Ribeiro Lima
- Silvana Maria dos Anjos Pires Brito
- Suzany Silva Batista
- Thiago Victor Araujo dos Santos Nogueira

Gostaria de externar a nossa mais sincera gratidão por terem sido nossa primeira
margem...

Da gramática à gramaticalização: o ponto onde a Linguística toca a leitura do texto literário

Maria Regina Coelho Costa Moraes¹³
Sonia Maria Correa Pereira Mugschl¹⁴

RESUMO: O artigo objetiva discutir a produtividade da relação entre Linguística e Literatura como orientação para o ato de ler. Nessa discussão, ressalta que um recurso relevante para ler o texto literário é a descrição linguística das jogadas, o que pressupõe gramática. Aprofundando a cognição sobre o assunto, encontra a gramaticalização como ponto de articulação entre linguística e literatura para o acompanhamento do movimento do jogo literário. Respalhada por esses conceitos, a pesquisa coloca em curso estratégias para a leitura. No universo da leitura, há seleções de fenômenos linguísticos, os quais não podem se dissociar da coprodução de sentido a que todo leitor está submetido. Entre esses fenômenos, podemos destacar a importância das jogadas em um trajeto de sinais que conduzem ao entendimento do texto. Tendo como ponto de partida essa finalidade, enveredamos pelos percursos que nos levam aos elementos responsáveis pela compreensão leitora desde à normatividade da língua até sua maleabilidade nas infinitas possibilidades que se sustentam na gramática e se expandem para além dela, na gramaticalização. Intencionamos considerar a análise do processo de gramaticalização como ato de leitura para produzir a visão flexível da gramática da língua portuguesa, sobretudo para o momento na leitura do texto literário. Problematicamos: poderia, então, ser a gramaticalização uma das relevantes consequências dessa articulação entre linguística e literatura? Entre os autores elencados para esta discussão, estamos levando em consideração Saussure (2012), Possenti (2003), Perini (1976, 2014), Martins (2012), Neves (2002, 2010, 2011), Jouve (2002). Entre os dados, os projetos políticos pedagógicos do Curso de Letras da UFMA de 2009, a partir dos registros encontrados na internet e excertos de textos literários.

Palavras-chave: Linguística; Gramaticalização; Leitura; Literatura.

¹³ É mestranda do PGLETRAS - UFMA. Fez especialização em Semiótica e Análise do Discurso e em Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Educacional. É graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão (1997). Atualmente é professora - Secretária de Estado da Educação. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras, em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Portuguesa e Espanhol. É membro do Grupo de Estudos GEEPS - Grupo de Pesquisa, Escrita e Produção de Saberes - UFMA e do GELMA - Grupo de Estudo em Literatura Maranhense – UFMA.

¹⁴ Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão, onde exerceu a função de Pró-Reitora de Ensino; doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2009); pós-doutora pela Uni-Bochum com pesquisa realizada sobre o Português Brasileiro como Língua de Herança (2015); mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2003), com Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1978). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), coordenadora do Projeto de Pesquisa (Grupo de Estudo e Pesquisa em Língua e Literatura), trabalhando atualmente com o projeto intitulado: "O Português Brasileiro como Língua de herança: analisando as atividades e publicações sobre o Português Brasileiro na Europa". É poeta Membro da Academia Maranhense de Letras - (AML); Membro do Conselho Estadual de Educação - CEE-MA). A experiência na área de Letras tem ênfase em leitura e escrita, atuando, principalmente, nos seguintes temas: ensino, leitura, escrita no ensino superior, interdisciplinaridade, língua portuguesa, língua de herança e educação. Possui várias publicações sobre os temas citados, além de obras poéticas.

ABSTRACT: The article aims to discuss the productivity of the relationship between Linguistics and Literature as guideline for the act of reading. In this discussion, it is emphasized that a relevant resource to read the literary text is the linguistic description of the moves, which presupposes grammar. Deepening cognition on the subject, finds grammaticalization as a point of articulation between linguistics and literature for the monitoring of the literary game movement. Supported by these concepts, the research puts strategies for reading in progress. In the reading universe, there are selections of linguistic phenomena which cannot be dissociated from the co-production of meaning to which every reader is subjected. Among these phenomena, we can highlight the importance of plays in a path of signals that lead to the understanding of the text. Having as a starting point this purpose, we follow the paths that lead us to the elements responsible for reading comprehension from the normativity of language to its malleability in the infinite possibilities that sustain in grammar and expand beyond it, in grammaticalization. We intend to consider the analysis of the grammaticalization process as an act of reading to produce the flexible vision of Portuguese grammar, especially for the moment in reading the literary text. We problematize: could then be grammaticalization one of the relevant consequences of this articulation between linguistics and literature? Among the authors listed for this discussion, we are taking into consideration Saussure (2012), Possenti (2002), Perini (1976, 2014), Martins (2012), Neves (2002, 2007), Jouve (2002). Among the data, the political pedagogical projects of the Course of Letters of UFMA 2009, from two records found in internet and fragments of literary texts.

Keywords: Linguistics; Grammatization; Reading; Literature.

INTRODUÇÃO

Este artigo levanta questões recorrentes de nossa pesquisa do PGLETRAS sobre o ato de ler, que têm sido geradas à medida que buscamos capturar o objeto de nosso interesse investigativo. Querendo saber a interferência da gramática nesse processo, deparamo-nos com o conceito de gramaticalização. Esse fato, estamos associando-o a uma descoberta que gerou a seguinte hipótese: ao articularmos Linguística com Literatura, articulamos gramática com leitura por meio do conceito de gramaticalização. A investigação, ainda em andamento, encontra, na descrição da microestrutura textual, um caminho relevante para a coprodução dos sentidos, contanto que seja pela gramática posta em movimento nas situações comunicativas reais.

Passamos pela “Morfossintaxe no processo de leitura” e pela “Importância da gramática no processo de leitura”, chegando, até aqui, com a definição do seguinte título: “Gramática ou gramaticalização: uma investigação sobre o ato de ler.” Estamos revendo

a provável necessidade de pensar a “língua como jogo” (Saussure, 2012) e a leitura como rastreamento de jogadas, entendendo o ato de ler como o movimento das infinitas possibilidades que estão muito longe da fixidez do rigor normativo sem, entretanto, desconsiderá-lo, até mesmo quando se trata de abrir o olhar na direção do que é linguisticamente descritivo.

O ato de ler será sempre uma hipótese de novas possibilidades. Ao nos perguntarmos de onde as apreendemos, sabemos que todo processo de desconstrução faz parte do processo de leitura, como se o texto se apresentasse como tela a partir de cujas imagens e construções linguísticas, principalmente as que nos pareçam estranhas, fluímos. Mas as imagens são construídas materialmente. Para a construção, temos gramática; para discutir a flexibilidade dos possíveis no jogo da língua, trazemos a Linguística e na transposição das possibilidades para o texto, capturando o que de hipóteses vira fatos linguísticos, temos um processo de gramaticalização.

Tudo isso resulta de uma espécie de força interna para a preservação do sistema que não se deixa corromper pela força social, existencial, geográfica, regional, nem nos aprisiona na luta com o limite das palavras que são insuficientes, mas continuam armas poderosas de comunicação, de produção de sentidos, de identidade, de estilo e de singularidade. Algo tão abstrato a partir de uma tal concretude que, muitas vezes, seguimos o voo transdisciplinar da linguagem e nos largamos do que realmente provoca o inusitado linguístico. Os componentes curriculares dos projetos políticos e pedagógicos do Curso de Letras da UFMA compõem, por exemplo, um *corpus* tentador para discutir as consequências da relação entre linguística e literatura na formação de leitores.

Para isso, estamos produzindo este artigo que compreende uma das questões cruciais, mesmo que parciais, para nossa pesquisa. Estamos analisando a possibilidade de considerar o processo de gramaticalização como ato de leitura para produzir a visão flexível da gramática da língua portuguesa, especialmente na leitura do texto literário. Poderia, então, ser a gramaticalização uma das relevantes consequências dessa articulação entre linguística e literatura, para que se encontre o movimento das gramáticas, nos conteúdos curriculares dos cursos de Letras.

Entre os autores elencados para esta discussão, estamos levando em consideração Saussure (2012), Possenti (2002), Perini (1976, 2014), Martins (2012), Neves (2002, 2010, 2011), Jouve (2002). Entre os dados, excertos de textos literários.

Gramática e Gramaticalização: Considerações Sobre o Ato de Ler

Ao fazermos levantamentos acerca da diferença ou ainda das relações entre gramática e gramaticalização, percebemos que, nesses conceitos, há uma perspectiva de explicar a língua ou de prescrever determinado comportamento verbal ou de descrevê-lo.

Com relação à gramática, nota-se, desde sua gênese, que “coloca a linguagem sob a condição de objeto teórico” (Neves, 2002, p. 18) para o estabelecimento de uma comunicação pautada no uso dos recursos linguísticos, que comunicam e se organizam sob um processo de racionalidade, de que dispõe o usuário da língua, visto que este possui “a capacidade de organização linguística de toda a massa de significado”. (Neves, 2002, p. 18). E, nessa concepção, a gramática oferece ao usuário as descrições linguísticas através das quais se obtém o conhecimento padrão da língua que se segue ou mesmo é exigido conforme os contextos de seu uso. De acordo com Neves (2002, p. 19):

Se formos à gênese da questão, veremos que, na história do pensamento grego, a gramática, como busca do mecanismo interno à língua, como busca do sistema de regras responsável pelo cálculo das condições de produção de sentido, precedeu a gramática como descrição, com vistas à prescrição de determinados usos da língua. Naquela ponta pensaram os filósofos, nesta outra, deram lições os propriamente chamados gramáticos.

Partindo-se dessa consideração, asseveramos que a gramática tem a sua identificação a partir de sua finalidade, que é organizar as regras e colocá-las à disposição do falante para que coloque a língua em funcionamento, seja por meio da fala ou da escrita, pois a gramática leva, segundo Neves (2002), o homem a falar de sua própria fala, já que nesse estudo estão as determinações dos dizeres da língua.

Nesse aspecto, entendemos que a gramática estabelece as normas para a expressão da fala, incumbindo-se da produção de sentido indispensável no ato comunicativo. Embora a gramática vise, por meio dos gramáticos, a *disciplinar o uso linguístico*, não podemos ignorar que ela está sempre presente quando fazemos uso da língua em todas as situações de comunicação.

Estamos tentando nos desviar do conceito de gramática vastamente discutido na Academia, geralmente associado ao preconceito linguístico e à prescrição da norma

culta. Não é por esse viés que pretendemos seguir, mas por aquele que entende a gramática como explicação que o linguista faz de explicitar “o mecanismo da língua” Perini (1976, p. 20) sem rejeição de uma construção em detrimento de outras. Para Perini (1976, p. 27), “a gramática de uma língua pode ser entendida como uma teoria de funcionamento dessa língua.” Levando em consideração o que diz esse teórico, ao se ler o texto literário, desconstruímos não a competência do escritor, mas seu desempenho, “aquilo que efetivamente realizamos quando falamos” (ou quando ouvimos ou lemos).

E é com essa perspectiva e com o pensamento voltado para a intenção de sabermos como ela interfere no ato de ler, considerando a *sistematicidade da atividade linguística* (NEVES, 2002, p. 89), que também não podemos ignorar o que nos apresenta Possenti (1996) sobre os tipos de gramática, os quais vão incluindo também outros perfis de falantes. É que, de acordo com Possenti (1996), não se pode determinar apenas um tipo de gramática e se desconsiderar quem a usa, pois, ainda que para ele gramática seja “um conjunto de regras”, deve-se fazer uma reflexão sobre essa afirmação e se considerar “as gramáticas funcionais”. Dessa forma, Possenti (1996 p.64-66) afirma que há três tipos de gramática: a normativa com suas regras que “devem ser seguidas” e que “são relativamente explícitas e relativamente coerentes”; a descritiva com seu “conjunto de regras que são seguidas” com “a finalidade de explicar e descrever a língua tal como ela é falada”; a internalizada que consiste “no conjunto de regras que o falante domina”, ou seja, “refere-se à hipótese sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou sequências de palavras de forma compreensível”.

Com relação ao que aborda Possenti (2003) sobre gramática, entendemos, especialmente, sobre a descritiva a partir da qual o teórico antecipa a gramaticalização, um estudo de relevo que coloca em evidência a importante função da gramática, considerada por Perini (2014, p. 50) “uma parte da linguística”.

No tocante à Gramaticalização, podemos perceber a retomada dos estudos funcionalistas da gramática (Neves, 2002, p. 175) que, em desenvolvimento, coloca em evidência um processo de olhar sensível à realidade dos falantes, relacionando gramática a um grau de informalidade. A gramática, em funcionamento (Neves, 2002, p. 175), é configurada para além da normatividade e da fixidez das expressões linguísticas, apresentando uma reconfiguração desse uso em que há uma fluidez, um dinamismo no uso da língua.

Dessa forma, sobre gramaticalização, temos as palavras de Neves (2002, p. 176):

Numa visão bem ampla, a gramaticalização é um processo pancrônico que consiste na acomodação de uma rede que tem áreas relativamente rígidas e áreas menos rígidas. Às peças exemplares, isto é, de propriedades características, vêm acrescentar-se novas peças convencionalizadas como ‘exemplares’ (gramaticalizadas), assentando terreno para mais inovações.

Neves (2002, p. 176) apresenta entre as características que configuram a gramaticalização: “o caráter não-discreto das categorias; a fluidez semântica, com a valorização do contexto”, considerações que marcam o quanto se avançou de uma discussão sobre gramática que já se esgotou nas universidades. Passamos do “não podemos falar de gramática em tempos de Linguística” para “é prejuízo não saber gramática(s) para a descrição linguística”.

Nessa perspectiva, entendemos que a gramaticalização é uma ponte necessária para que sejam dados novos passos em relação à orientação do ato de ler, pela possibilidade de se explorar os **fenômenos** linguísticos contextualizados e ainda de se compreender por que, no tocante às jogadas linguísticas, as possibilidades são infinitas.

Essa orientação consideraria a leitura como uma atividade de exercício cognitivo. Um ato que aciona os vários elementos disponíveis na língua em uso para que seja efetivado. Partindo desse pressuposto, entendemos a leitura como um processo comunicativo em que entram em ação os componentes linguísticos de que dispõe o leitor, relacionados com a percepção de mundo. É que estão imbricadas, nesse processo de leitura, as realidades intratextuais e extratextuais, em que se mobilizam os eventos dinamizadores da concretização do ato de ler, porque os elementos extratextuais dão seus sinais no dizer.

Nesse sentido, na ação leitora, envolvem-se os recursos essenciais para sua concretização, pois, de acordo com Jouve (2002, p. 17), a leitura é, antes de mais nada, “um ato concreto, observável, que recorre a faculdades definidas do ser humano. Assim, a leitura só se concretiza (Jouve, 2002, p. 17) por meio do “funcionamento do aparelho visual e de diferentes funções do cérebro”. Nesse entendimento, para Jouve (2002, p. 18), ler é, “anteriormente a qualquer análise do conteúdo, uma operação de percepção, de identificação e de memorização dos signos”. Compreendemos, dessa forma, que a leitura

se revela como atividade de “antecipação, estruturação e interpretação”. Jouve (2002, p. 18). E isso pressupõe um exercício cognitivo sobre a materialidade do texto lido, o que justifica o fato de o conhecimento linguístico ser um dos fatores da textualidade (KOCH, 2000). Cumpre afirmar que ‘um desdobramento e um escapar-se de si próprio para que haja uma abertura de experiência’ (Jouve, 2002, p. 108) perpassa pela contemplação e pela participação, que se sustentam nos modos de dizer.

Dessa forma, para que a leitura se plenifique através da recepção do leitor, precisa haver, segundo Jouve (2002, p. 113), “uma dialética permanente entre antecipação e retroação”. E essas implicações tornam a leitura um “acontecimento vivido”, mas que exige a antecipação de conhecimentos linguísticos, no nível da gramática e da gramaticalização.

Gramática e Gramaticalização: Sobre a Necessidade de Processar as Jogadas do Texto Literário por um Caminho Gramatical Flexível

Chartier (2001, p. 13) nos explica o conceito de figuração sob diferentes variações. Para cada espaço, há um tipo de figuração particular. Esse teórico chama nossa atenção para as diferenças de atitude que há entre “os jogadores de um carteador, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação”. Em cada espaço, essas especificidades vão ligando os atores por “dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”. Nesse sentido, a interação é uma espécie de figuração que vai manifestar as especificidades dos modos de falar, de se expressar. Para cada um, aplicam-se processos gramaticais diferenciados.

E esses processos diferenciados exigem não só uma, mas outras gramáticas: a gerativa, a normativa, a descritiva, a gramática do Português Brasileiro, cuja variedade passamos a entender pelo viés da Linguística, levando em consideração as dicotomias saussurianas, a metáfora do jogo para língua, no Curso de Linguística Geral (2012), com que podemos ousar lincar muitas teorias que foram surgindo e que têm ali seu fundamento, mesmo que alguns questionem.

Levamos em consideração os padrões sociolinguísticos (Labov, 2008); os princípios da Linguística aplicada (Moita Lopes, 2006, p. 149-168); a análise do discurso e sua sinalização material no dizer dos sujeitos figurantes por escolhas próprias da figuração e levando em consideração os princípios da Linguística Cognitiva que é a lógica

com que podemos desconstruir as jogadas, inclusive os lances gramaticais postos em movimento pela gramaticalização.

Quem disse que o linguista da cognição pode prescindir da análise da gramaticalização que é uma forma de pensar metafóricamente? E como não pensar que a gramática da língua é o fundamento da desconstrução dos fatos gramaticais em movimento? E como não se dar conta de que a complexidade (Morin, 2011) é uma cosmovisão transdisciplinar com sinais que acendem aqui e ali, de dentro para fora do texto e de fora para dentro do dizer em um processo de leitura que liga gramática ao sentido do texto, gramática ao discurso, gramática à cognição, gramática à leitura e tudo isso no processo de ler, rastreando o jogo da gramaticalização? E esse jogo, ele não se sobressai em todos os espaços discursivizados, principalmente na literatura em que o texto encontra o respaldo da arte de gramaticalizar? Ele não desafia o sistema que vira barro a escorrer da pena ou do teclado do computador que vira piano a tocar enunciados musicais e sonoros? Como não movimentar a gramática pela literatura, se o linguista já nos falou de jogo? Como a literatura poderia ser arte se não fosse pelo jogo? E, ao falar de jogo, como não pensar na gramática da língua e na estilística do autor posto a fazer suas escolhas da liberdade ao sabor do falante?

Pensamos que o lugar do falante ideal é o de um figurante no ensaio ou no treino; a hipótese do jogo que ainda vai acontecer, no qual o que vale é a língua com sua gramática das classificações, das formas, das funções e hipóteses de sentido, ou seja, do formalismo; enquanto o lugar do enunciador acontece no espaço do jogador, no exercício da partida, no jogo, ou seja, o enunciado, que diz respeito a texto, partida, jogadas, gramáticas, concorrência entre classificações, funções e sentidos das palavras e seus efeitos, ou seja, o do funcionalismo da gramaticalização. No primeiro caso, estamos no domínio da Linguística pura, teórica, sistemática; no eixo duro da gramática da língua. No segundo, estamos no domínio da Linguística Aplicada, no eixo das acomodações sociolinguísticas, socioestilísticas, discursivas, cognitivas. Não propriamente da gramática, mas da gramaticalização.

Por essa complexidade, cuja compreensão é linguística, ler não é rastrear o cumprimento de regras gramaticais, perseguir o correto, ir atrás do significado de uma palavra desconhecida. Mas ler é rastrear as jogadas linguísticas, aplicar as gramáticas, reconhecer que há um português brasileiro; viver os efeitos de sentido; saber que só por

aí se vislumbra um discurso. Seguir “o caráter não-discreto das categorias”, “a fluidez semântica”, a interferência do contexto. Ler não é transcrever, nem traduzir. É transliterar. (Allouch, 1995). Ir ao discurso (Pêcheux, 1997) que dá seus sinais nas astúcias das escolhas feitas e analisadas no processo de gramaticalização, o ato de ler. Essas escolhas, muitas vezes, não se explicam gramaticalmente, mas se entendem linguisticamente, discursivamente, por meio da cognição que a tudo articula para recompor a lógica do entendimento social de uma prática.

No âmbito da gramática, há orientações bem precisas que marcam todo o panorama fraseológico e enunciativo. Se esse cenário é hipotético, torna-se possível fazer previsões. Mas, diante dos fatos linguísticos concretos, porque ancorados na fluência semântica e estilística que tem suas determinações até mesmo inconscientes, mesmo que socialmente recebidas, (Lacan, 1998), a gramaticalização pode colocar o leitor em algo que poderíamos chamar de desafio confortável dos possíveis, mesmo que o ponha diante das manobras linguísticas que escapam do escritor face ao indizível e ao imponderável.

Para exemplo, transcrevemos, a seguir, um trecho do romance *O outro caminho* onde a culpa do Padre Eyder dá seus sinais na estrutura.

Às oito abri um livro. Passei mais de uma hora com ele aberto em cima da mesa, sem conseguir ler duas linhas. Viúva não deixava. Sorria, e era só. Fechei o livro. Atirei-me na cama. Rolei 20 vezes de um lado para outro. O relógio da sala-de-jantar bateu 10 horas e eu continuava rolando. Viúva não me soltava. Recitava três jaculatórias. Nada. Os olhos de Viúva sorriam das jaculatórias. Ó Maria concebida sem pecado. Os olhos de viúva... Ó Maria concebida sem pecado. A boca de Viúva... Ó Maria concebida sem pecado. O pescoço de Viúva. Minha Nossa Senhora, o pescoço de Viúva. Doce coração de Maria. O pescoço de Viúva estava no retrato como é na realidade. Doce coração de Maria. Bem feito, longo, esbelto. É assim o pescoço de Viúva. Longo, bem feito, esbelto. Doce coração de Maria. Continuava revirando na cama com Viúva e o Coração de Maria. Lembrei-me da disciplina e parti para ela como um leão. (...) (Mohana, 1974, p.101-102).

No excerto acima, as frases são suspensas para a entrada das estruturas da ladainha que o padre não consegue rezar, porque o desejo é mais forte do que a santidade a que se propôs no celibato e atravessa a oração, sim, mas quebra sua materialidade linguística. É um caso em que, pela gramática ou pela linguística, encontraríamos fragmentação e incoerência, justamente o que alimenta o sentido do discurso de um padre seduzido e por isso culpado.

Na gramática, por exemplo, encontramos o pronome indefinido “nada”. Em hipótese, um pronome substantivo. Na transposição desse pronome sob o que Neves considera “o caráter não-discreto das categorias; a fluidez semântica, com a valorização do contexto”, o nada está em uma posição que resulta em uma categoria alterada. Um sentido alterado. De tal forma que a gramática em si, como tradicionalmente a consideramos, não explica. Eis um caso de gramaticalização. “Viúva não me soltava. Recitava três jaculatórias. Nada.” Não existe indefinição. Pelo contrário. O nada é ênfase à negação que está em “viúva não me soltava”. Nada, ou seja, não se soltava de jeito nenhum. O ritmo que ocasiona essa frase fragmentária é tão cortante quanto o desespero do padre em se ver livre da tentação.

Observamos também que as frases são suspensas para a entrada das estruturas da ladainha que o padre não consegue rezar, porque o desejo é mais forte do que a santidade a que se propôs no celibato e atravessa a oração, sim, mas quebra sua materialidade linguística. “Doce coração de Maria. **O pescoço de Viúva estava no retrato como é na realidade.** Doce coração de Maria. **Bem feito, longo, esbelto**”. O predicativo “Bem feito, longo, esbelto.” passa a ser uma frase fragmentária. Há um corte na estrutura para expressar quão cortante é a culpa. É um caso em que, pela gramática ou pela linguística, encontraríamos fragmentação e incoerência, justamente o que alimenta o sentido do discurso de um padre seduzido e por isso culpado.

No mesmo excerto o verbo bater tem seu sentido alterado. Dizer que alguém bateu na mesa e que o relógio bateu 10 horas e que o coração bateu forte precisa ser analisado no movimento da gramaticalização para que o sentido seja apreendido da forma mais próxima possível do que está sendo dito.

Continuando a análise, rolar na cama pode ser explicado por virar-se na cama, mudar de posição. Mas não é. É necessário desconstruir a metáfora que a gramaticalização acumula ao sentido do verbo rolar, na fluidez da semântica gerada pela angústia que impulsiona o movimento de desespero do Padre Eyder, sem conseguir dormir. O que estamos chamando de análise de um processo de gramaticalização é ato de ler com atenção a alguns sinais que a estrutura dá para que se chegue à “transliteração”, um nível para além da “transcrição” e da “tradução”.

Considerações Finais

Nestas considerações finais, as consequências da relação entre Linguística e Literatura toca o ato de ler em sua materialidade. O fato de a gramaticalização ser o ponto de convergência entre ambas para tocar o ato de ler torna o momento crucial não só para a escrita deste artigo, mas para a captura do objeto da pesquisa que estamos realizando, junto ao PGLETRAS, sobre leitura e o tratamento dado ao ato de ler nos livros didáticos.

Chamamos a atenção para a relevância desta discussão para os cursos de Letras, porque temos tido a oportunidade de analisar alguns conteúdos curriculares de projetos políticos pedagógicos e não temos encontrado, em geral, nenhum tópico de gramaticalização, nas disciplinas sobre leitura, nem conteúdos de Literatura nas disciplina de Linguística, nem referência a Linguística, gramática e gramaticalização nos conteúdos de Literatura, de forma que essa articulação parece não estar acontecendo de forma evidente nos documentos oficiais orientadores.

Discutir sobre um assunto tão produtivo e tão necessário para que a humanidade esteja preparada para ler melhor e escrever melhor ainda, dá-nos a profunda justificativa de participar dos setenta anos do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão e o desejo de que ele permaneça para que a existência humana seja capaz de produzir valores e de aprender, pela linguagem, sobre a grandeza da vida que é experiência de leitura.

REFERÊNCIAS

ALLOUCH, Jean. **Letra a letra**: transcrever, traduzir, transliterar. Tradução de Dulce Dque Estarda. Rio de Janeiro: Campo Manttêmico, 1995.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

JOUVE, Vincent. **A leitura** [tradução Brigitte Hervor]. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes tema. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2000.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LACAN, Jacques. O Seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOHANA, João. O outro caminho. Rio de Janeiro: Editora Ágil, 1974.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre, Sulina, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**: Editora UNESP, São Paulo, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Contexto, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1997.

PERINI, Mário Alberto. **A Gramática gerativa**: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PERINI, Mário Alberto. Defino minha obra gramatical como a tentativa de encontrar resposta às perguntas: por que ensinar gramática? Que gramática ensinar? In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas Contemporâneas do Português**: com a Palavra, os Autores Edvaldo Bechara... São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de letras, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

A produção do gênero artigo de opinião na escola: desenvolvendo as capacidades de linguagem

Paulo da Silva Lima¹⁵

Alex de Castro da Costa¹⁶

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar uma experiência de intervenção pedagógica aplicada ao processo de escrita e reescrita do gênero textual artigo de opinião em uma turma de 9º ano de uma escola pública. A intervenção fundamenta-se no instrumental teórico-metodológico do interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART, 1999; DOLZ; SCHNEUWLY, 2004;), visando explorar como essa abordagem teórico-metodológica pode contribuir para a elaboração de projetos de letramento com foco na apropriação de gêneros textuais pelos discentes e no desenvolvimento de suas capacidades de linguagem. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e colaborativa, utilizando a metodologia da pesquisa-ação, que permitiu estabelecer um contato direto com o campo de estudo, aplicar a intervenção pedagógica proposta e realizar análises interpretativas e reflexivas sobre os resultados obtidos. Para descrever os resultados, foram selecionados textos produzidos durante o processo de desenvolvimento da pesquisa. A intervenção pedagógica contou com a utilização de ferramentas didáticas fornecidas pelo arcabouço do interacionismo sociodiscursivo, como a sequência didática. Assim, os resultados obtidos por meio da análise interpretativa e reflexiva indicaram que o trabalho de produção textual nas aulas de língua materna, a partir de uma proposta interventiva bem elaborada e ancorada nos pressupostos do interacionismo sociodiscursivo, pode contribuir significativamente para que os discentes se apropriem do gênero textual proposto para estudo, aprimorando suas capacidades de linguagem e superando, conseqüentemente, as possíveis dificuldades relativas à escrita desse gênero.

Palavras-chave: Interacionismo sociodiscursivo; Artigo de opinião; Intervenção pedagógica; Capacidades de linguagem.

¹⁵ Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (2002), mestrado em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008) e doutorado em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Atualmente é PROFESSOR ASSOCIADO I da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Bacabal. É professor do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. É docente do Mestrado Acadêmico em Letras da UFMA/Campus de Bacabal, atuando na Linha de Pesquisa: "Texto, Discurso e seus Múltiplos Objetos. E-mail: Paulo.sl@ufma.br.

¹⁶ Possui graduação em Letras/Português pela Universidade Federal do Maranhão (2021), especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Uniasselvi (2021), e mestrado em Linguística Aplicada pelo programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (2023).

Abstract: The present work aims to describe and analyze an experience of pedagogical intervention applied to the process of writing and rewriting the textual genre opinion paper in a 9th grade class of a public school. The intervention is based on the theoretical-methodological instrument of socio-discursive interactionism (BRONCKART, 1999; DOLZ; SCHNEUWLY, 2004;), aiming to explore how this theoretical-methodological approach can contribute to the elaboration of literacy projects focused on the appropriation of textual genres by students and the development of their language skills. The research adopts a qualitative and collaborative approach, using the action research methodology, which allowed direct contact with the field of study, apply the proposed pedagogical intervention and carry out interpretative and reflective analyses on the results obtained. To describe the results, texts produced during the research development process were selected. The pedagogical intervention included the use of didactic tools provided by the framework of socio-discursive interactionism, such as the didactic sequence. Thus, the results obtained through interpretative and reflective analysis indicated that the work of textual production in mother tongue classes, from a well-elaborated intervention proposal and anchored in the assumptions of socio-discursive interactionism, can significantly contribute to students' appropriation of the proposed textual genre for study, improving their language skills and, consequently, overcoming possible difficulties related to the writing of this genre.

Keywords: Socio-discursive interactionism; Opinion article; Pedagogical intervention; Language skills.

INTRODUÇÃO

O processo de escrita/reescrita se configura como uma importante etapa no ensino-aprendizagem da disciplina e Língua Portuguesa. Por meio da prática de produção textual, os estudantes são estimulados a desenvolverem suas capacidades linguísticas e textuais. Para tanto, é necessária uma abordagem pedagógica que tenha como foco uma concepção interacionista de língua, que considere o texto como produto das atividades humanas.

Adotar essa concepção de língua significa considerar o texto e o contexto sociocomunicativo como elementos cruciais no processo de interação entre os indivíduos. Nesse sentido, o interacionismo sociodiscursivo (doravante ISD) emerge como um arcabouço teórico-metodológico que reconhece a linguagem como uma atividade social complexa e dinâmica, construída por meio da interação entre sujeitos em contextos específicos.

A abordagem dessa vertente teórica se propõe a transcender a visão tradicional da língua como mero sistema de comunicação, dando destaque às dimensões sociais e discursivas do agir humano, o qual se constitui praxiológica e linguisticamente (BRONCKART, 1999). Sob esse enfoque, a linguagem é entendida como uma ferramenta social e cultural que permite aos indivíduos expressar suas intenções, compartilhar conhecimentos e se engajar em atividades discursivas diversificadas.

Ao reconhecermos a relevância dessa discussão, neste trabalho, adotamos tal perspectiva como base fundamental para a elaboração e análise de uma intervenção pedagógica no ensino do gênero textual artigo de opinião. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar uma experiência de intervenção pedagógica aplicada ao processo de escrita e reescrita do gênero textual artigo de opinião em uma turma de 9º ano de uma escola pública. Como objetivos específicos, busca-se: verificar a mobilização das capacidades de linguagem dos discentes na produção de seus textos; e contribuir para a compreensão dos processos de apropriação do artigo de opinião pelos estudantes e para o desenvolvimento de suas capacidades de linguagem.

Deste modo, a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa é fundamentada em uma abordagem qualitativa e colaborativa, que se apoia na metodologia da pesquisa-ação. Essa abordagem foi aplicada em uma turma de 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública na cidade de Pio XII/MA. O emprego dessa metodologia permitiu um contato direto com o ambiente de estudo, facilitando a implementação da intervenção pedagógica proposta e viabilizando uma análise detalhada e reflexiva dos resultados alcançados.

Por conseguinte, a intervenção pedagógica desenvolvida contou com a aplicação da sequência didática (doravante SD), uma ferramenta didática fornecida pelo arcabouço metodológico do ISD. A SD é uma sequência organizada de atividades que visa orientar os estudantes na produção de textos, levando em consideração as etapas de planejamento, textualização e revisão (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004). Essa abordagem tem como objetivo principal fornecer aos alunos diretrizes claras para a produção de um texto, promovendo a reflexão acerca da estrutura e dos aspectos comunicativos do gênero em questão.

Durante a aplicação da pesquisa, foram coletados textos produzidos pelos discentes ao longo do processo de escrita e reescrita do artigo de opinião. Esses textos

foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar avanços nas habilidades linguísticas e textuais dos alunos, bem como o impacto da abordagem metodológica adotada.

Assim sendo, os resultados obtidos ao longo da aplicação da SD foram encorajadores, evidenciando avanços significativos na produção dos textos pelos aprendizes. Em virtude disso, constatou-se um maior domínio da estrutura argumentativa do gênero, além de um notável desenvolvimento das capacidades de linguagem dos educandos. Esses resultados indicam que os estudantes se sentiram mais motivados e engajados no processo de aprendizagem, o que teve um reflexo positivo na qualidade de suas produções textuais.

Perspectivas epistemológicas do interacionismo sociodiscursivo: do folhado textual às capacidades de linguagem

A teoria do interacionismo sociodiscursivo tem suas raízes no interacionismo social de Vygotsky.¹⁷ Jean-Paul Bronckart e seus colaboradores da Unidade de Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, dentre eles Schneuwly e Dolz, são os expoentes dessa corrente epistemológica. Baseados na perspectiva interacionista, esses estudiosos sustentam que a atividade de linguagem é o lugar e meio de constituição do conhecimento humano (CHIAPINOTTO, 2009).

Bronckart (1999, p. 34) considera, em primeiro lugar, que a linguagem é “uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática.” Segundo o autor, os signos¹⁸ operam como instrumentos reguladores dessa atividade, em que eles se estruturam como ferramentas cuja finalidade é proporcionar representações individuais e sociais, possibilitando, assim, o desenvolvimento e a concretização das ações dos indivíduos.

¹⁷ Outros teóricos também serviram como influência para o ISD, como Saussure, Habermas, Spinoza, Ricouer, Leontiev e Piaget.

¹⁸ Para Habermas (1989) os signos são dotados de conhecimentos coletivos acumulados, assim como de aspectos convencionais de organização e de colaboração entre os membros de um grupo.

Desse modo, esse processo de semiotização, consoante Bronckart (1999), proporciona o surgimento de uma atividade de linguagem que está organizada em discursos ou textos, e estes, por conseguinte, dependendo da diversificação das atividades languageiras, estão organizados em gêneros.

Em vista disso, duas noções são fundamentais nas asserções do ISD: *atividade e ação de linguagem*. A noção de *atividade* refere-se às dimensões sociológicas e históricas das condutas humanas. Já a *ação de linguagem* possui duplo estatuto, pois pode estar ligada às atividades sociais atribuídas a um indivíduo particular, ou pode estar relacionada ao agrupamento de representações consolidadas por ele durante sua participação na atividade (BRONCKART, 1999).

Isto posto, o ISD tem como tese matriz a asserção de que “a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo humano, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem” (BRONCKART, 1999, p. 42). De acordo com essa vertente teórica, o infante, solitariamente, não é capaz de ter contato com os signos, e muito menos recriar a língua da sociedade da qual ele faz parte; é só por meio do convívio com seu meio social que a criança consegue transformar suas produções vocais iniciais em ações de linguagem, e assim tornar-se um agente verbal habilitado para agir e interagir na coletividade. Dessa forma, essa constituição do agente verbal é inerente à constituição da pessoa humana.

Fundamentado em Vygotsky, o ISD ratifica que após a compreensão pela criança de que através da linguagem é possível agir sobre outros sujeitos, ela acaba por compreender que também pode agir sobre si mesma e os seus comportamentos, e então desenvolve o pensamento. Assim, esse agir por meio da linguagem é efetivado por intermédio dos gêneros textuais, estes estão disponíveis na sociedade e viabilizam as várias situações de comunicação. Outrossim, os gêneros apresentam-se como se fossem instrumentos, capazes de reconfigurar as ações dos indivíduos (LIMA, 2014).

Assim sendo, conforme Bronckart (1999), as interações dos seres humanos em sociedade acontecem mediante a produção de discursos; e esta produção tem como objeto o texto, o qual é tido como unidade discursiva por excelência para o interacionismo sociodiscursivo. O texto é definido, pelo referido autor (1999, p. 75), como “toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação).”

Nessa perspectiva, Dolz e Schneuwly (2004) compreendem que, para produzir um texto, o agente-produtor precisa evocar uma série de conhecimentos e aptidões adquiridos ao longo de suas experiências sociolinguageiras e cognitivas. Essas experiências são tratadas como *capacidades de linguagem*, e estão atreladas à análise do *folhado textual*. No que tange a este folhado, em suas asserções, Bronckart (1999) assevera que todo texto no que diz respeito à sua organização possui uma arquitetura interna, a qual é passível de ser analisada em três níveis distintos. Esse arranjo organizacional é constituído por três camadas superpostas: *infraestrutura geral do texto*, que trata do nível mais geral dos textos; *mecanismos de textualização*, nível intermediário e responsável pela coerência temática; e *mecanismos enunciativos*, nível mais superficial, estando relacionado à interação entre os produtores e os destinatários.

O primeiro nível é considerado por Bronckart (1999) o mais profundo das camadas do folhado, ele é composto por três elementos: *plano geral*, que está relacionado à organização do conteúdo temático; *tipos de discurso*, que se refere aos diferentes segmentos que o texto comporta; e *noção de sequência textual*, que constitui os modos de planificação de linguagem desenvolvidos no interior do plano geral. Já o segundo nível, por seu turno, trata da articulação da progressão do conteúdo temático, sendo responsável pela organização dos elementos que integram esse conteúdo em suas diversas facetas. Os elementos deste nível agem caracterizando os encadeamentos de contraste ou ruptura e de continuidade, favorecendo, assim, a possível instituição da coerência temática que o texto precisa conter para o seu possível entendimento. Nesse sentido, de acordo com o autor, tais elementos correspondem à: *conexão*, *coesão nominal* e *coesão verbal*. O terceiro nível, por sua vez, refere-se aos mecanismos enunciativos, que colaboram para a formação da coerência pragmática dos textos, evidenciando, em um primeiro momento, as mais diversas avaliações que são capazes de serem realizadas acerca das propriedades do conteúdo temático, e em um segundo momento, as fontes dessas avaliações, isto é, as instâncias responsáveis pelos atos discursivos.

Desse modo, é possível se observar, mediante essa análise, que as capacidades de linguagem estão imbricadas com esses elementos do folhado textual, mobilizando-os na produção dos textos, pois como bem pontua Bronckart (1999), na produção de qualquer gênero, os elementos de análise desse folhado abarcam as três classes dessas capacidades.

A primeira classe é a das *capacidades de ação*, as quais estão atreladas à adaptação da produção do indivíduo ao contexto do gênero o qual ele está utilizando como referência, estando, por esse modo, diretamente relacionadas à compreensão dos mundos físico e sociosubjetivo do gênero utilizado. A segunda classe refere-se às *capacidades discursivas*, estas possibilitam compreender a forma como está estruturada a composição organizacional do gênero, sua arquitetura interna e os tipos de discurso que o orientam. A terceira classe, por sua vez, corresponde às *capacidades linguístico-discursivas*, as quais possibilitam a mobilização dos mecanismos de textualização e enunciativos, contribuindo para a aprendizagem de elementos linguísticos que apresentam determinada linearidade na conjectura tipológica dos gêneros textuais.

Para ilustrar essas três capacidades, e entender a implicação delas na realização das atividades de linguagem e na produção dos textos, apresentamos abaixo um quadro que sintetiza suas operações.

Quadro 1: Capacidades de linguagem e suas operações

<p>1) Capacidades de ação:</p> <p>Produzem sentido através de representações dos elementos que compõem o contexto de produção, da escolha do gênero e da mobilização dos conteúdos temáticos. Dizem respeito às ações que contribuem para o reconhecimento das propriedades dos contextos físicos e sociosubjetivos. Seu foco é a interpretação baseada no contexto sócio-histórico a partir de itens como: local e período de publicação; posição social do produtor e destinatário; função do texto e conteúdo temático; observação do produtor e receptor do texto.</p>
<p>Operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar inferências sobre: quem produz o texto, para quem ele se dirige, qual o assunto abordado, com qual objetivo; em que momento se deu a produção e onde; ▪ Avaliar a adequação do texto à situação em que ocorre o processo de comunicação; ▪ Considerar as propriedades languageiras e sua factual relação com os âmbitos sociais ou culturais; ▪ Mobilizar conhecimentos de mundo que possam contribuir para produção e compreensão do texto.
<p>2) Capacidades discursivas:</p> <p>Constroem sentido através de representações que dizem respeito às características intrínsecas do gênero, a saber: o plano global do texto; os modos de planificar a linguagem no núcleo interno do texto (as sequências textuais: argumentativa, narrativa, descritiva, dialógica e explicativa); e os distintos segmentos arranjados de modo linguístico no texto (os tipos de discurso).</p>

Operações:

- Entender a estruturação do texto como um layout, possuindo uma linguagem não verbal (com gráficos, fotos, títulos, formato textual, e localização de conhecimentos típicos do texto);
- Mobilizar mundos discursivos no intuito de construir a organização do conteúdo temático;
- Compreender a função da disposição do conteúdo temático no texto;
- Inferir as diferentes formas de organização dos conteúdos mobilizados.

3) Capacidades linguístico-discursivas:

Operam sentido por meio de representações a respeito das operações de textualização, da produção de enunciados e da seleção do vocabulário. Os conhecimentos abordados relacionam-se à microestrutura do texto (unidades linguísticas de frases e sentenças): conexão, coesão nominal, coesão verbal, modalizações, seleção lexical, entonação, dêiticos, conectivos, pronúncia, associação de vozes.

Operações:

- Reconhecer as unidades que atuam na construção de parágrafos, orações, textos;
- Gerir operações que corroboram para a construção da coerência em um texto.

Fonte: Stutz (2012, p. 123-124).

Caminhos da pesquisa: a metodologia desenvolvida

A condução desta pesquisa baseou-se em uma abordagem metodológica qualitativa e colaborativa, adotando a pesquisa-ação como metodologia. Essa escolha se fundamentou na necessidade de uma compreensão mais acurada dos processos de escrita e reescrita do gênero artigo de opinião nas séries finais do ensino fundamental, alinhada com os princípios do interacionismo sociodiscursivo. Essa abordagem proporcionou um ambiente propício para a exploração detalhada das complexidades do ensino-aprendizagem, considerando as múltiplas dimensões envolvidas na produção textual.

A pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática (TRIPP, 2005). Esse tipo de pesquisa se divide em algumas categorias, como pesquisa-ação: técnica, prática e política. A depender do objetivo do pesquisador, pode-se utilizar uma dessas categorias. Neste trabalho, optamos pelo uso da categoria técnica, pelo fato de esta constituir uma abordagem pontual na qual o pesquisador toma uma prática existente de algum outro lugar e a implementa em sua própria esfera de prática para realizar uma melhora.

Em vista disso, a pesquisa-ação foi importante nesta investigação por se tratar de uma estratégia que agrega variados métodos de pesquisa social e estabelece uma estrutura de caráter ativa e participativa com relação aos graus de captação das informações relevantes para a pesquisa.

Dessa forma, foi selecionada como cenário para a condução da intervenção uma turma de 9º ano do ensino fundamental, pertencente à escola municipal Senador Alexandre Costa, situada na cidade de Pio XII/MA, que compreendia um total de 15 alunos matriculados, em que todos participaram da pesquisa. A seleção desse contexto teve como objetivo capturar a diversidade presente na educação pública permitindo uma análise rica e contextualizada. A heterogeneidade dos alunos na turma proporcionou uma oportunidade única para observar e compreender os impactos da abordagem proposta. A pesquisa foi realizada durante os meses de abril, maio, junho e julho do ano de 2023.

O procedimento que adotamos para a coleta de dados foi a realização de uma atividade de produção textual do gênero artigo de opinião, ou seja, os textos escritos pelos discentes. A coleta das produções dos alunos serviu para que pudéssemos promover uma análise do nível de desenvolvimento linguístico-textual desses estudantes no que diz respeito à escrita do gênero proposto, mediante alguns tipos de observações estabelecidos.

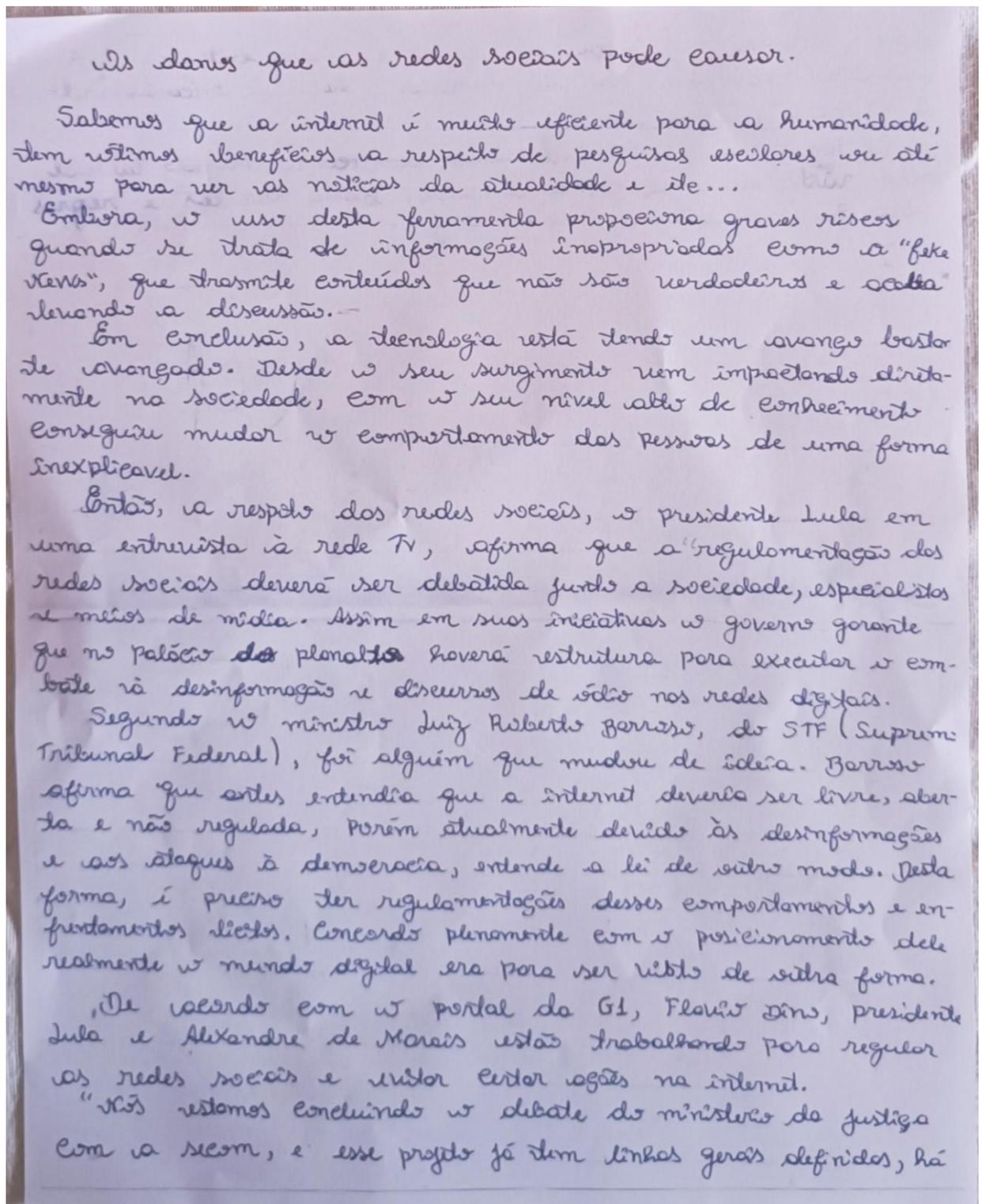
O trabalho com a SD estabelecida para o estudo do artigo de opinião compreendeu as seguintes etapas: *apresentação inicial*, *primeira produção*, *desenvolvimento das oficinas* e *produção final*.

Análise dos dados: foco nas capacidades de linguagem

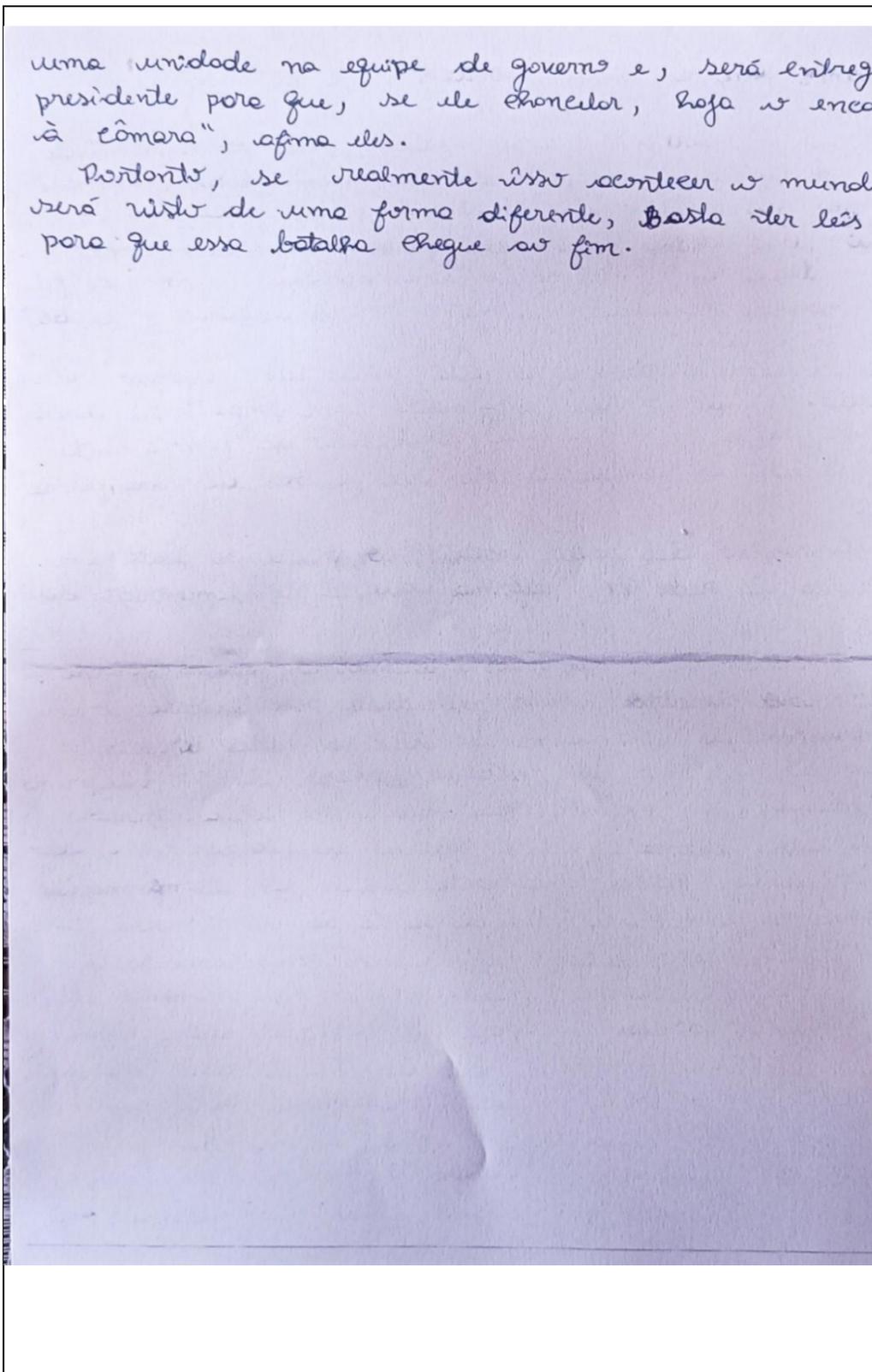
Por questões de espaço, neste trabalho, estaremos analisando apenas a produção de um dos estudantes participantes, com o intuito de avaliar seu desempenho ao longo do processo de intervenção. Diante disso, analisaremos a primeira e última versão de seu texto. A intenção, portanto, é evidenciar as contribuições que a abordagem por meio da sequência didática no trabalho com o artigo de opinião proporcionou para o desenvolvimento das capacidades de linguagem desse discente e sua apropriação do gênero. Assim, observaremos como foram mobilizadas essas capacidades durante o

processo de escrita. Abaixo, apresentamos a escrita inicial e final de seu artigo, seguidas pela análise.

Quadro 2: Primeira versão do artigo produzido pelo discente (14 anos)







Quadro 3: Segunda versão do artigo produzido pelo discente (14 anos)

Discussões necessárias para um meio digital mais transparente e consciente.

Sabemos que a internet é muito eficiente para a humanidade, trazendo vários benefícios em termos de pesquisas escolares, além de ser uma fonte para se informar sobre notícias atuais e outras coisas. Entretanto, tem-se idoso na sociedade sobre a regulamentação das redes sociais. Essa regulamentação tem como objetivo acabar com a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio. Portanto, acreditamos que buscar regularizar a internet ajuda a torná-la seu uso mais consciente, tornando o ambiente digital mais propício para a divulgação de relatos que contribuem para o desenvolvimento de humanidade.

Nesse sentido, em relação ao projeto de lei 2.630/2020, conhecido popularmente como "PL das fake news", o presidente Lula afirmou em uma entrevista à Rede TV que a regulamentação das redes sociais deve ser debatida com a sociedade, especialistas e mídia. Dessa forma, em suas iniciativas, o governo garante que o Palácio do Planalto estará disposto a executar os dispositivos desse plano, caso ele seja aprovado.

Adicionalmente, o ministro Luiz Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), foi alguém que mudou de ideia em relação a essa proposta. Barroso afirma que antes entendia que a internet deveria ser livre, aberta e não regulada, porém, hoje, devido às desinformações e aos ataques à democracia propagados no ambiente digital, compreende que há necessidade de uma lei branda,

que possa punir de forma concreta e veemente quem pratica esses atos. Deste modo, torna-se necessário haver fiscalização e regulamentação desses mídias sociais, através de uma lei específica.

Assim sendo, embora tenhamos um posicionamento favorável à aprovação do projeto, por acreditar que ele tornará o ambiente digital mais transparente e, conseqüentemente, mais consciente, algumas pessoas na sociedade são contrárias, pois acreditam que essa regulamentação afetará sua liberdade de expressão em relação ao que publicam em suas redes sociais. Não obstante, o objetivo não é esse, mas sim combater a disseminação de conteúdos falsos, que podem causar efeitos prejudiciais aos usuários das mídias sociais. Assim, os que mantêm esse posicionamento contrário, como o deputado federal Kim Kataguire, argumentam que o governo está tentando impor censura ao que vai de encontro às suas ideias nas plataformas digitais.

Todavia, contrapondo tal posicionamento, em nossa visão acreditamos que não haverá nenhuma censura, pois o que se busca de fato é implementar um conselho/órgão de transparência e fiscalização que possa monitorar e punir as plataformas de mídia por publicações falsas, preconceituosas, xenofóbicas e racistas relacionadas por seus usuários. A intenção é, portanto, promover a responsabilidade e a prestação de contas por parte das empresas de tecnologia, visando garantir um ambiente mais seguro e confiável para os usuários das redes sociais.

Em vista disso, de acordo com Antônio Carlos de Freitas, mestre e doutorado em direito pela Universidade

de São Paulo (USP), o projeto é um avanço no combate às fake news. Ele afirma que atualmente a informação ou uma postagem nas redes sociais pode alcançar rapidamente milhões de pessoas, afetando sua imagem e influenciando suas identidades, o que se torna preocupante e requer medidas como as propostas pelo PL 2.630/2020, que passam a evitar a propagação de notícias falsas e garantir a responsabilização daqueles que as disseminam. Desta maneira, as autoridades deverão agir para reduzir ou reduzir o alcance de contas e publicações que transmitam conteúdos criminosos, façam apologia a atos terroristas, suicídios, abuso contra crianças e adolescentes, e outros violências. Isso só será possível por meio de uma lei rigorosa e eficiente, como a proposta pelo "PL das fake news".

Em resumo, se o projeto de lei discutido aqui for aprovado e, como consequência, houver a regulamentação das mídias sociais, a interação digital no Brasil passará por mudanças significativas. Serão estabelecidas diretrizes para moderação de conteúdos, buscando combater a disseminação de informações falsas, discursos de ódio e outros violências. Isso poderá resultar em um ambiente digital mais seguro, transparente e consciente, onde os usuários poderão desfrutar de uma experiência online mais saudável.

Na primeira versão produzida pelo discente, quanto às capacidades de ação, no contexto físico, há um estudante do 9º ano que realiza uma atividade de linguagem por meio de um texto escrito, mas ainda não domina completamente o gênero estudado. Os leitores, inicialmente, são o professor, que é alguém com formação em Letras, seguido pelos colegas de classe e da escola. No contexto sociosubjetivo, o aluno exerce o papel social de alguém que se posiciona diante de uma questão polêmica¹⁹ e busca convencer seus destinatários acerca de seu posicionamento. Os leitores, neste contexto, são o professor, o qual auxilia o estudante na produção do artigo, os colegas da turma e estudantes da escola.

No que concerne ao conteúdo temático, o estudante utiliza em seu texto os conhecimentos abordados durante as aulas que trataram da apresentação da situação, o que contribuiu para embasar o discente no tratamento da temática. Entretanto, verifica-se uma certa dificuldade por parte do aluno em mobilizar outros conhecimentos que foram estudados nas aulas e que poderiam muito bem ter o auxiliado no embasamento do seu posicionamento.

Quanto às capacidades discursivas, no que tange à planificação/plano geral, o texto segue o modelo canônico (GONÇALVES; FERRAZ, 2014), apresentando uma estrutura composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Por conseguinte, nessa versão, há predominância da sequência argumentativa, com uma tese no 1º parágrafo, argumentos nos parágrafos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, contra-argumentação no 1º parágrafo e uma conclusão no 7º parágrafo. Ademais, o texto situa-se no mundo do EXPOR autônomo, predominando os discursos teórico e interativo.

¹⁹ A temática sobre a qual os discentes escreveram seus artigos estava centrada nas discussões em torno do Projeto de Lei 2.630 de 2020, também conhecido como o PL das Fake News, especialmente durante o primeiro semestre de 2023, quando o Congresso Nacional propôs sua votação. O objetivo desse projeto era estabelecer a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, com a intenção de fortalecer a fiscalização e a regulamentação das plataformas digitais. Como resultado, surgiram discussões nos meios de comunicação online e televisivos sobre as possíveis consequências da aprovação dessa lei, despertando o interesse da sociedade em debatê-la. Diante disso, surgiram diferentes posicionamentos em relação a essa lei. Alguns defendiam a ideia de que ela poderia impor censura às publicações e divulgações na internet, comprometendo assim a liberdade de expressão dos usuários de mídias sociais e aplicativos de mensagens. Por outro lado, havia aqueles que argumentavam que, se aprovada, essa lei seria capaz de reprimir a disseminação de notícias falsas, discursos de ódio e compartilhamento de desinformação.

Em se tratando dos mecanismos de textualização (capacidades linguístico-discursivas), na versão inicial ocorre um recorrente uso de anáforas nominais (*internet / ferramenta / tecnologia / redes sociais / redes digitais / mundo virtual / mundo digital / regulamentação*), em que algumas vezes acontece repetição desnecessária de um mesmo item lexical. Observa-se que há organizadores textuais possuindo valor lógico-argumentativo utilizados para estabelecer ligação entre as partes do texto, conectando ideias, parágrafos e guiando o leitor na compreensão do texto, como: (*embora / porém / em conclusão / então / assim / segundo / desta forma / de acordo com / portanto*). Além destes, há a presença do *que* como pronome relativo e conjunção integrante. Percebe-se ainda que alguns desses operadores são usados equivocadamente, não produzindo o sentido correto em relação ao seu uso.

No que diz respeito aos mecanismos enunciativos, o discente-produtor utiliza vozes sociais no texto com o objetivo de realizar avaliações. Assim, são introduzidas as vozes de autoridades, como do presidente Lula e dos ministros Alexandre de Moraes e Flavio Dino. Além dessas vozes, há também a voz do próprio autor, que realiza avaliações sobre o que está sendo discutido (*sabemos / concordo*). Encontram-se ainda algumas modalizações no texto. Temos a modalização lógica, realizando avaliações sobre elementos do conteúdo temático com base em coordenadas do mundo objetivo, como: (*sabemos que a internet é muito eficiente para a humanidade*). Há também a modalização deôntica, que fornece avaliações de elementos do conteúdo temático com base em regras, opiniões e valores do mundo social: (*é preciso ter regulamentações desses comportamentos e enfrentamentos*). Além dessas, observa-se também a modalização pragmática, que evidencia a responsabilidade de entidades inerentes ao conteúdo temático: (*Flavio Dino, presidente Lula e Alexandre de Moraes estão trabalhando para regular as redes sociais e evitar certas ações na internet*).

No tocante à análise dos aspectos microestruturais, com base em Gonçalves (2007), Ruiz (2010) e Lima (2014), utilizamos a correção interativa por meio da lista de constatações para apontar os erros pontuais de gramática, mas também fizemos uso das correções indicativa e classificatória propostas por Serafini (1995). Dessa forma, destacamos no texto do estudante palavras com erros, bem como períodos confusos e truncados, e também sugerimos algumas modificações que poderiam ser feitas para aprimorar a escrita do artigo em relação a esses aspectos.

Desse modo, constata-se, mediante a análise da primeira versão do artigo, que o aprendiz ainda não domina suficientemente o gênero, necessitando de melhoras em relação à sua escrita. Assim, com essas constatações, pudemos direcionar nossos esforços no sentido de propor intervenções que pudessem contribuir para o aprimoramento da habilidade de escrita do gênero e, conseqüentemente, o desenvolvimento dessas capacidades.

Portanto, depois de todo o trabalho desenvolvido na SD, o aluno escreveu a segunda versão do artigo. Nesta versão, a respeito das capacidades de ação, no contexto físico temos um discente do ensino fundamental que promove uma ação linguageira por meio da escrita de um texto, demonstrando que domina o gênero e que escreve para seus destinatários de modo a alcançar um propósito comunicativo. Dessa maneira, os leitores para os quais o agente-produtor escreve são o professor, seus colegas de turma e outros discentes da escola. Por sua vez, no contexto sociosubjetivo, há um estudante assumindo o papel social de um indivíduo que busca a adesão de seus destinatários em relação ao seu posicionamento diante de uma questão polêmica. Desse modo, os leitores, neste contexto, são o professor, os discentes da classe e da escola.

Em relação às capacidades discursivas, o plano textual do artigo segue o modelo canônico do gênero, que é composto por uma introdução, desenvolvimento e conclusão. Nessa segunda versão, é possível observar uma demarcação e estruturação mais aprimoradas dessas partes, o que contribui para uma organização mais clara e eficiente das ideias. Depois das reformulações feitas, o texto agora conta com oito parágrafos, em contraste com a primeira versão que possuía apenas sete. Além disso, nota-se que a introdução e a conclusão estão mais bem delimitadas, conferindo uma maior nitidez à estrutura geral do artigo. Vale ressaltar que no parágrafo introdutório há uma tese claramente apresentada, fornecendo uma direção para o desenvolvimento do texto.

No que diz respeito às capacidades linguístico-discursivas, verifica-se neste segundo texto a presença de mecanismos de conexão que permitem estabelecer a relação sintático-semântica entre períodos e parágrafos, contribuindo para a organização do discurso. Alguns desses mecanismos já estavam presentes na escrita inicial do artigo (*assim / portanto*), enquanto outros foram adicionados nesta última versão (*entretanto / outrossim / assim sendo / todavia / em vista disso / desta maneira / em resumo*). Na escrita principiante, alguns operadores foram utilizados equivocadamente, não obstante, na

segunda escrita, após o discente ter participado da oficina destinada ao estudo dessas capacidades, é possível perceber um uso adequado desses operadores na escrita do estudante. Outrossim, nesta versão, percebe-se o emprego de anáforas nominais e pronominais assegurando a referenciação no texto (*seu / suas / os / ele / projeto / plano*).

Há também a utilização das modalizações: a) lógica, com o objetivo de promover avaliação a respeito do conteúdo temático através de conhecimentos pertencentes ao mundo objetivo (*sabemos que a internet é muito eficiente para a humanidade*); b) deôntica, realizando avaliação acerca do conteúdo temático mediante regras e valores do mundo social (*torna-se necessário haver fiscalização e regulamentação dessas mídias sociais*); c) pragmática, atribuindo-se aos agentes do conteúdo temático responsabilidades (*o governo garante que o Palácio do Planalto estará disposto a executar os dispositivos desse plano*).

Na segunda versão do artigo, o estudante procurou revisar o que foi apontado como inadequado na lista de constatações que recebeu. Dessa forma, ele solucionou os problemas relacionados à repetição desnecessária de termos ao longo do texto, bem como corrigiu o uso inadequado dos operadores lógico-argumentativos e os erros gramaticais. Além disso, o aluno se esforçou para formular melhor suas ideias e apresentar uma argumentação mais consistente, estruturando os parágrafos de forma mais adequada.

A partir da análise desses dois textos, é possível observar que a correção interativa por meio da lista de constatações possibilitou um avanço significativo à escrita do aluno, tornando-o proficiente no gênero. Esse progresso foi resultado das observações feitas desde a primeira versão do texto, que proporcionaram ao estudante uma base para revisar e corrigir os erros constatados, capacitando-o para reescrever seu artigo de forma mais eficaz. Isso fez também com que o agente-produtor aprimorasse seus conhecimentos relativos às capacidades de linguagem referentes ao gênero proposto. Portanto, constata-se uma evolução entre a primeira e a última versão do texto, o que torna a produção final adequada aos propósitos comunicativos e aos destinatários.

Considerações finais

Assim sendo, constatamos que houve uma evolução notável entre a primeira e última versão do texto do aluno, refletindo o impacto positivo da correção interativa via

lista de constatações e da utilização da sequência didática. O estudante demonstrou uma compreensão mais profunda das capacidades de linguagem exigidas pelo gênero, como conhecimento do contexto de produção, adequação à estrutura do gênero e utilização adequada de operadores lógico-argumentativos, promovendo conexão entre partes do texto e estabelecendo a coesão. Há também mobilização de vozes enunciativas de modo mais articulado, em que o agente-produtor utiliza vozes de especialistas e autoridades para incorporar ao texto um discurso de autoridade. Ressalta-se que no que tange à argumentação, o aprendiz também apresentou uma maior desenvoltura em sua habilidade argumentativa, apresentando argumentos mais estruturados e convincentes.

Portanto, constatou-se que as intervenções feitas durante as oficinas da SD resultaram em uma versão final mais coesa, bem estruturada e persuasiva do artigo, demonstrando a apropriação do gênero pelo estudante.

REFERÊNCIAS

BRONCKART, J-P.; PLAZAOLA GIGER, I. La transposition didactique: histoire et perspectives d'une problématique fondatrice. *Pratiques*, n. 97/98, p. 35-58, 1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/prati_0338-2389_1998_num_97_1_2480. Acesso em: 19 nov. 2022.

CHIAPINOTTO, D. O interacionismo sociodiscursivo em texto didático de leitura e produção de textos para a educação superior a distância. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2009.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.; Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência Suíça. In: **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, p. 95-128, 2004.

GONÇALVES, A. V. Gêneros textuais e reescrita: uma proposta de intervenção interativa. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

GONÇALVES, A. V.; FERRAZ, M. R. R. Ferramenta de aprimoramento da prática pedagógica e de desenvolvimento dos saberes discentes. In: **Experiências com sequências didáticas de gêneros textuais**. (Orgs.). Eliana Merlin Deganutti de Barros e Eliane Segati Rios-Registro. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 69-96, 2014.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. **Pesquisa qualitativa**: apontamentos, conceitos e tipologias. *In*: Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas. (Orgs.). Cezar de Alencar Arnaut de Toledo e Maria Teresa Claro Gonzaga. 1. ed. Maringá: Eduem, p. 121-172, 2011.

LIMA, P. S. A reescrita de textos na escola: trabalhando com gêneros e sequências didáticas. 2014. Tese (Doutorado em estudos linguísticos) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

RUIZ, E. **Como corrigir redações na escola**. São Paulo: Contexto, 2010.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. 7. ed. São Paulo: Globo, 1995.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3. p. 443-466, set./dez., 2005.

Marcas da língua inglesa em nomes próprios adotados no Brasil: breves considerações sob um olhar bakhtiniano

Luciana Rocha Cavalcante²⁰

Suzana Maria Lucas Santos²¹

Resumo: Este artigo tece considerações a respeito de antropônimos advindos da língua inglesa adotados por indivíduos brasileiros, tomando por base as relações existentes entre poder, história e sociedade à luz de postulados da teoria de Mikhail Bakhtin. O estudo discorre sobre alteridade e dialogismo por se tratarem de elementos constituintes do processo de nomeação de sujeitos, identificando a estreita e contínua relação entre o *eu-outro*. Cita, para efeito metodológico, alguns nomes que condensam relações sócio-ideológicas.

Palavras-chave: Antropônimos. Língua inglesa. Indivíduos brasileiros. Alteridade. Dialogismo.

Abstract: This article discusses anthroponyms belonging to the English language adopted by Brazilian individuals, considering the existing relationships between power, history and society, based on postulates of Mikhail Bakhtin's theory. The study takes into account otherness and dialogism as they are constituent elements of the process of naming subjects, identifying the close and continuous relationship between the self and the other. It cites, for methodological purposes, some names that condense socio-ideological relations.

Keywords: Anthroponyms. English language. Brazilian individuals. Alterity. Dialogism.

INTRODUÇÃO

Consideram-se os estudos antroponímicos importantes contribuições para a Linguística, tendo em vista que o ato de nomear é inerente ao homem e se manifesta em

²⁰ Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso - GruPELD. Atua, principalmente, nos seguintes temas: ensino/aprendizagem de língua inglesa, prática docente, comissão de avaliação, progressão docente e comissão examinadora. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1993), especialização em Leitura na Língua Inglesa pela Universidade Federal do Maranhão (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2003), doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - Araraquara (2011) com pesquisa voltada para o ensino de línguas estrangeiras nos cursos de Licenciatura em Letras a distância com enfoque para a oralidade. Professora Associado da Universidade Federal do Maranhão.

²¹ Docente de língua inglesa na Universidade Federal do Maranhão. É membro do Grupo de Pesquisa Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro (FCLAR - UNESP/ Araraquara), do GT de Fonética e Fonologia integrado à ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística) e do Grupo de Pesquisa Cultura, linguagens e ensino: o uso da língua na formação técnica e tecnológica (Instituto Federal do Maranhão-IFMA). É associada efetiva do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). É membro do Colegiado do Curso de Letras da UFMA. Coordena o Grupo de Estudos Fonético-Fonológicos do Português e do Inglês (GEFFPI) na UFMA.

várias línguas. O antropônimo, isto é, nome que designa a um ser humano, faz parte da cultura de todos os povos, desde os primórdios da criação humana.

O estudo sobre como surgiu o nome das pessoas remonta a um determinado período da cultura humana, que se perde no tempo, conforme o olhar de qualquer estudioso da antroponímia. Certo é que quando se deu nome à alguém, este passou a ter uma identidade. No caso específico, mostra-se ainda que a linguística se debruça sobre os antropônimos com o olhar ideológico, conforme se vai mostrar ao longo deste artigo.

O nome próprio, esse que geralmente é chamado de prenome e que surgiu lá nos primórdios da humanidade, foi a forma de distinguir a pessoa dentro do lugar que ela ocupava, tanto no seio da família, quanto na localidade onde vivia, e esse processo de “nomeação”, obedece a uma ordem ligada a questões de ordem convencionais, já que era necessário saber quem era quem, nesse intrincado xadrez familiar. Afinal, era preciso dar nomes às pessoas, para que elas pudessem ter seu reconhecimento, seu pertencimento.

Neste trabalho, o campo antroponímico é a fonte de interesse que será abordada dentro da perspectiva da teoria bakhtiniana. Para tanto, considerando-se os antropônimos como enunciados, à luz dos princípios bakhtinianos, vai se valer tanto de questões de caráter sócio-históricas quanto ideológicas que permeiam o ato de dar nome aos seres humanos. Outro ponto significativo diz respeito à figuração do *eu* e os processos de alteridade, que foram se materializando por meio de prenomes estrangeiros, sobretudo aqueles oriundos da língua inglesa, adotados por indivíduos brasileiros.

O antropônimo nos movimentos da história

A história aponta que dar nomes e sobrenomes às pessoas é uma maneira de identificar aquele ou aquela nascido/a em uma determinada família que, por consequência, vai carregar consigo o que estava estabelecido culturalmente à época. Em seu artigo sobre como se dá essa dinâmica dos sobrenomes, Fiorin (2007) relata que tal fato aconteceu por questões históricas e como estas contribuíram nesse exercício de aferição do nome das pessoas em nossa cultura. O referido autor afirma que isso se deu em certo período latino, mais apropriadamente, quando a cultura romana ainda era predominante. Fato é que a identificação da pessoa obedecia a um sistema que levava em

conta o que se se chama de patriarcado ou patriciado. Assim, havia uma estrutura com três nomes que obedecia ao seguinte sistema: prenome, nome ou gentílico e o cognome.

Importa enfatizar que à época, o nome, que no caso é chamado de prenome, “não possuía relevância numa organização social fundada no prestígio das gentes”, já que não existia variedade de escolhas que pudessem ser feitas, inclusive, pela precariedade de nomes, no caso os “prenomes”, que se repetiam pelos motivos referidos. Não era incomum usar numerais ordinais como prenomes, uma maneira, inclusive criativa, para designar a ordem de nascimento.

Os romanos, conforme já salientado, usavam o nome – ou gentílico – era o patronímico, porque designava os membros da família da gens, logo, significava aqueles que faziam parte da gens. O prenome era o mais importante porque determinava a ascendência do indivíduo e indicava também a sua posição social.

O cognome determinava a família, que se distinguia da gens, que hoje entende-se por família nuclear: o pai, a mãe e filho ou filhos.

Quando começou a derrocada política da dominação romana no Ocidente, esta ocasionou uma reação nova com relação às pessoas que pertenciam a uma classe social desfavorecida. Resulta que este fato fez com que a classe desfavorecida, ou seja, a plebe, se sentisse mais disposta a assumir seu lugar dentro de uma política que não impunha mais o domínio de antes. Ressalta-se, também, que o catolicismo, embora estivesse em seu momento de construção, também contribuiu para o surgimento de uma nova lógica de nomeação. Assim, o nome mais importante era o que a pessoa havia recebido na pia batismal, já que ele significaria, daí por diante que, de fato, pertencia ao cristianismo.

Acontece que a existência dessa nova maneira de nomear a pessoa na pia batismal, longe de facilitar, ocasionou a formação de nomes que se reiteravam a ponto de gerar um excesso de José, Pedro, entre outros, proporcionando, assim, uma confusão difícil de ser resolvida. Uma saída para essa situação foi recorrer ao uso do nome do pai dos Josés, Pedros, entre outros. Afinal, era necessário diferenciar os Pedros e Josés, fazendo, então, alusão ao nome do pai, valendo, assim, o tal patriarcado, referido anteriormente.

Em virtude disso, o sistema patronímico entrou na cultura daquele povo, e depois de outros povos, como forma de sobrenome. Só que havia uma imensa quantidade

desses citados nomes o que ocasionou um “fenômeno”, o José do João, o Pedro do José, a Maria do José, o que significava o filho (a) daquele pai. A escassez de nomes e a repetição contínua deu origem ao que se chama patronímico, ou seja, as pessoas eram conhecidas porque levavam, depois do nome, o nome de seu pai. Observa-se, no entanto, que em alguns países, e aqui pode-se citar Portugal, o patronímico passou a ser identificado por sufixos, com adoção da forma “*es*” no final da palavra. Então o *es* no final do nome, como por exemplo, José Domingues, significava que esse José era filho de Domingo, José Esteves, filho do Estêvão, José Henriques, filho do Henrique, entre outros. E assim foi que se deu a formação do que hoje costuma-se denominar sobrenome, ou seja, identificador de um grupo consanguíneo.

Com o passar do tempo, os patronímicos foram caindo em desuso e assim denominaram apenas os nomes de família, que podem ser do pai ou da mãe. Em alguns países o nome da mãe vem antes que o do pai, como em Portugal e no Brasil. Todavia, há lugares como a Espanha, por exemplo, em que o nome da genitora se localiza após o nome do genitor da criança.

No Brasil, observa Holanda (1995, p.139) que existe:

[...] a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual, de batismo, que prevalece. Essa tendência, que entre portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes – como se sabe, os nomes de família só entram a predominar na Europa cristã e medieval a partir do século XII –, acentuou-se estranhamente entre nós. Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. Corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da ‘concordia’, repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito.

A ocorrência dessas mudanças remete à condução para outro ponto, que não significa, essencialmente, a passagem do tempo, mas sim, o que se deu com o braço do Estado, que começou a crescer e passou a ter dispositivos de controle, com a finalidade de gerir a vida das pessoas. Guimarães (2005), diz que o indivíduo, no momento em que passa a ser designado biologicamente dentro da esfera do Estado, já começa a ser alcançado pelas engrenagens deste, com a finalidade de constituí-lo sujeito para a sociedade. Portanto, nomear as pessoas significa identificar as intrincadas relações sócio-

históricas que, ao serem criadas, revelam o quanto os costumes, as práticas e os valores culturais estão inscritos no ato de nomear as pessoas. Esse processo, no entanto, se modifica em diferentes épocas.

A seguir, aproveitando o contexto das relações sociais, faz-se uma análise à luz da teoria da enunciação, de Mikhail Bakhtin, para mostrar de que forma as vozes sociais transitam pelos antropônimos. Segundo a teoria bakhtiniana, um enunciado pode ser tanto o lugar de encontro de pontos de vista de locutores reais como de visões de mundo, de orientações teóricas, de tendências filosóficas etc. “Todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem” (Fiorin, 2006, p.27).

Antropônimos: diálogos entre o *eu* e o *outro*

O filósofo russo Mikhail Bakhtin ficou conhecido por sua capacidade em elaborar conceitos e teorias sobre a linguagem e o contexto dialógico que esta apresenta, assim, para ele, a língua deve ser pensada por meio de uma constante interação. Segundo o autor, a língua só existe em função do uso de quem fala ou escreve ou de quem lê ou escuta, estabelecendo, assim, uma relação dialógica. Por se tratar de um elemento transformador na cultura, esta não deveria ser pensada sem o *outro*, que pode ser entendido como parte constitutiva do próprio sujeito e das relações sociais. Contudo, não há aceitação, entre os estudiosos da linguagem, de que seu conceito seja, de fato, prevalente.

Acontece que seu conceito está em oposição a algumas concepções de língua(gem) que constituíram vários estudos científicos. Veja-se, então, o que dizem as pesquisas sobre a origem da linguagem, a primeira e considerada a mais antiga, é a hipótese de que a linguagem é a própria representação do mundo e do pensamento. De acordo com esta concepção, o homem representa para si o mundo, através da linguagem. A segunda hipótese concebe a linguagem como instrumento de comunicação, ou seja, a língua nada mais é do que um código que possui um emissor, o qual precisa comunicar a um receptor determinadas mensagens. Finalmente, a terceira hipótese, diz que a linguagem surgiu da interação, talvez até de uma atividade social, ou seja, o indivíduo, com necessidade de se comunicar, começa a se relacionar, e, nesse sentido, a linguagem

foi importante porque conseguiu traduzir o que alguém pensava para outra pessoa, o que significa exteriorizar informações. Assim, para que haja interação entra em cena a ação entre aquele que ouve e aquele que lê (ouvinte/leitor). Daí por que a linguagem se faz pela interação comunicativa mediada pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação e em um contexto sócio-histórico.

Para Bakhtin (1992), a consciência linguística tanto de quem fala e de quem ouve obedece a reações práticas, ou seja, independe de interferência sistemática, uma vez que a linguagem diz respeito ao uso de cada um.

[...] na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com o sistema abstrato de forma normativa, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Não se pode separar a linguagem de seu conteúdo ideológico ou visível, já que ela se constitui pelo fenômeno social da interação (Bakhtin, 1992, p.95).

Ainda segundo Bakhtin (1992), o diálogo é, sem dúvida, a característica essencial da linguagem. No processo de linguagem existem formas linguísticas que deixam claro o lugar do *eu* e do *outro*. Bakhtin ao conferir o conceito de dialogia, cria uma concepção de enunciado, algo que se relaciona diretamente ao aspecto dialógico, conforme se pode encontrar em várias de suas obras. Ele parte do princípio de que o enunciado é a unidade de análise discursiva essencial porque estabelece sempre relações dialógicas com outros enunciados. Logo, a dialogia pode ser vista sob diferentes perspectivas, por exemplo, como sendo fala de outra pessoa, outrem, pode ser vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, multiplicidades de vozes, polifonia, interação verbal, gêneros do discurso, entre outros.

O enunciado dialógico cria uma espécie de cadeia que se propaga com outros enunciados, pois os enunciados anteriores tendem a se conectar aos que virão a seguir. Resulta que este não pode ser considerado isoladamente, dentro de uma visão sistêmica da língua, e precisa ser compreendido como algo para além dos denominados elementos internos e externos, os quais constituem as relações dialógicas entre o enunciado e a realidade, entre o enunciado e o locutor. Para Indursky (2000), o que se dá é que o princípio dialógico da linguagem é uma reação bakhtiniana ao conceito de objeto da Linguística, ocasionada pelas célebres dicotomias saussurianas, língua/fala. Bakhtin fez crítica à referida dicotomia, pois esta exclui o sujeito e, por consequência, sua perspectiva

dialógica, uma vez que pretere a fala e passa a estudar a língua dentro de uma concepção sistêmica e estruturalista.

Pela perspectiva bakhtiniana, quaisquer que sejam as relações dialógicas, estas só se concebem entre enunciados de sujeitos que se encontram em posições sociais distintas. Isto se dá devido ao contraste de vozes que se instaura nessa dialogia, tal como concebeu Bakhtin. Indursky (2000) diz também que a concepção dialógica que Bakhtin tem do discurso se deve a uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, ou seja, é a de que o sujeito não é o centro do discurso, mas é constituído sempre a partir do olhar de/sobre o outro. Desse modo, faz sentido examinar a dialogia discursivamente do ponto de vista de um único enunciado que, por ser múltiplo, possibilita que as vozes dialoguem, produzindo ressonâncias, e, assim, possibilite a voz de divergências, constituindo aí uma verdadeira interlocução discursiva, que faz soar constitutivamente o discurso-outro no discurso do sujeito.

Importa deixar claro que o encontro do *eu* com o *outro*, segundo Bakhtin, não se apoia no respeito e na tolerância, que são iniciativas do *eu*. O *outro* impõe sua alteridade irreduzível sobre o *eu*, independentemente das decisões daquele. O *eu* constitui-se e sempre se constrói em um espaço que já pertence ao outro ou a outros. Os sujeitos se formam não só no momento em que o *eu* toma a palavra, ou seja, se auto designa, mas a partir da enunciação o *outro* designa o *eu* na enunciação. No plano linguístico observa-se que se faz presente e também no nível de construção da própria consciência, pois, para ele, a consciência é constituída de linguagem e, portanto, de relações sociais. “As palavras são tomadas da boca dos demais”. Logo, as palavras são sempre cheias de intenções que, em si, não portam quaisquer novidades, pelo fato de já terem sido faladas, antes de serem usadas como instrumentos de intenções do *eu*. As palavras são sempre, em parte, dos demais. Assim, explica o autor:

O diálogo não é uma proposta, uma concessão, um convite do eu, mas uma necessidade, uma imposição em um mundo que já pertence a outro; ao contrário, o diálogo é o compromisso que dá lugar ao eu: o eu é esse compromisso, o eu é um compromisso dialógico – em sentido substancial e não formal e, como tal, o eu é, desde suas origens, algo híbrido, um cruzamento, um bastardo. A identidade é um enxerto (Ponzio, 2008, p.23).

Ponzio (2008, p. 24) afirma ainda que mesmo considerando todos os esforços possíveis, o *eu* não domina a palavra do *outro*, tampouco sua entonação, ou seus

pensamento, dentro dos limites de sua identidade: tudo o que revela a alteridade escapa da identidade do *eu* como de “um saco furado”. Conforme o autor, a identidade, tanto do ponto de vista do indivíduo quanto de um grupo ou de uma comunidade, “sempre se reconhecerá como tal a partir do que é diferente”. Assim, em vez de resultar de decisão ou ato consciente, a identidade do grupo é proveniente de relações com outros grupos, logo, “é uma conclusão-consequência de outros, de seus comportamentos e de suas correntes de pensamento”.

No que concerne à identidade linguística, aquela que é adquirida por processos de formação e transformação de uma certa língua, Bakhtin enfatiza que é a relação com outras línguas que está por baixo desse processo de identidade. Revela que a palavra estrangeira encontra abrigo em nossa cultura por forças que se instauram além da estrutura linguística, abrangendo questões ideológicas, políticas e históricas sobre o imaginário dos indivíduos que a ela adere: “O espaço no qual uma língua vive é um espaço interlinguístico e a capacidade de expressão e adaptação da língua às necessidades de comunicação é diretamente proporcional à quantidade de contato com outras línguas” (Ponzio, 2008, p.24).

Desse modo, a pluralidade de uma língua se forma à medida que se abre à cultura do outro. Na visão de Bakhtin, uma língua só pode ser vista através dos olhos de outra língua. Nesse plano, a identidade linguística, seja como forma de ser específica de uma língua, seja como consciência linguística, provém de uma alteridade instalada em um espaço mais ou menos plurilinguístico. Bakhtin assinala que a língua nacional nunca é unitária ou homogênea, porque, segundo o autor, existem forças, chamadas de centrípetas e centrífugas, que se de um lado buscam a unificação da língua, de outro dispersam-na.

Nesse sentido, verbalizar o mundo significa expressar necessidades, conflitos e interesses de qualquer comunidade linguística. Assim, cada cultura revela, de maneira específica, o entorno de sua realidade. Todo grupo social cria sua linguagem que, por sua vez, dita padrões de comportamento para os indivíduos que lhe pertencem.

É notória a diferença na maneira como cada cultura verbaliza a realidade, Michel Foucault, no livro *As palavras e as coisas* fica claro, logo no prefácio, a necessidade que toda sociedade tem em nomear e, conseqüentemente, classificar o universo que a cerca, pois:

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar (Foucault, 1999, p. xvi).

Observa-se, então, que os nomes próprios aludem a uma determinada pessoa por necessidade de apelo, de descrição, ou seja, faz parte do mecanismo de construção de identidade do indivíduo (Guimarães, 2005). Quando se conhece uma pessoa elabora-se uma imagem que poderá se revelar diferente da que se criou, caso seu nome remete à lembrança à sua condição de membro participante de um grupo étnico ou ideológico, sujeito a restrições preconceituosas. Assim, os antropônimos, nesse caso, ainda podem ser considerados alegorias, comparação da própria pessoa. Em outras palavras, funcionam como um instrumento de controle do mundo e, portanto, mantêm sua magia principalmente quando evocam seres humanos.

Nesse sentido, pode-se dizer que os antropônimos fazem parte do que se apresenta ao *outro*, ou seja, unem-se a seus portadores, numa relação entre nomes e nomeados, algo que, em geral, não é muito avaliado no momento de escolher os nomes, isso considerando de modo particular, a nossa cultura. Há quem escolha nomes apenas por causa da eufonia, outras escolhas tentam homenagear o nome do pai com o da mãe, por exemplo, juntando os dois nomes em um só, o que resulta em nome que será alvo de arrependimento para aquele que nomeou e insatisfação para o nomeado. Nesse caso, a pessoa vai portar o “bendito” nome por toda a vida, podendo vir, inclusive, a sofrer bullying nas diversas situações sociais, e resta apenas a alternativa de apelidos, na tentativa de amenizar o dano sofrido de possuir um nome nada agradável.

Acontece que as sociedades apresentam seus critérios de preferências de nomes próprios de forma bem diferenciada. Há culturas, onde os nomes de pessoas tornaram-se indicadores de determinados atributos, outras aderiram a modismos, que resultaram de contextos sócio-históricos. Essa assertiva remete ao que Bakhtin (1992) propõe em sua teoria ao dizer que a linguagem só pode ser compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica e que as palavras são constituídas a partir de vários fios ideológicos, como uma espécie de trama que envolve todos os tipos de relações sociais, em todos os domínios. Nesse contexto, o processo enunciativo da nomeação abarca acontecimentos diversos que foram priorizados na adoção de um certo nome. O

antropônimo, como todo enunciado, tem sua origem no diálogo com vários outros enunciados, portanto, este relaciona-se com acontecimentos registrados na história e, no caso do povo brasileiro, esse diálogo contém traços resultantes das inúmeras influências que a referida cultura sofreu. Não se pode deixar de ver esse diálogo a partir da constituição da própria identidade brasileira, formada por uma mistura de culturas, para a qual já alertava Ribeiro (1995, p.246), em *O povo brasileiro*:

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos para sempre condenados a ser um povo colorido no plano racial e cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte?

Não é somente no nome, caso específico deste artigo, que transparece a heterogeneidade do brasileiro, uma vez que ela se faz presente também de diversas formas, conforme a região do país e, como exemplo, pode-se citar a culinária, a maneira de se trajar, o modo de se relacionar com o outro, e pode, ainda, se situar na língua que a pessoa fala, a exemplo dos estrangeirismos.

Estrangeirismo, que, de acordo com Faraco (2006, p.15) consiste, na língua de uma comunidade, no uso de palavras que são provenientes de outras línguas, episódio que se dá quando há uma comunicação entre comunidades linguísticas distintas.

Por exemplo, os falantes do português brasileiro, tendo em mente a representação que fazem de certos falantes de inglês associam a eles e, por extensão, à língua inglesa, valores que vão desde dinamismo progressista, consumo e comodidade, avanço tecnológico e poder vigoroso, valores aos quais desejam se associar, até conservadorismo retrógrado, grosseria, artificialidade insensível e poder nocivo, valores que desejam combater. (Faraco, 2006, p.16).

Na opinião de vários autores, o que está por baixo, ou seja, o que encobre o uso de expressões estrangeiras é um certo jogo que, simbolicamente, pode estar, sim, associado ao exercício do poder, uma vez que existe um capital simbólico engendrado nas escolhas feitas em relação a certas formas linguísticas estrangeiras, em detrimento de outras.

Tome-se como exemplo o caso do Brasil, um país cuja característica é olhar com bons olhos a cultura alheia. Nesse caso, quais critérios caberiam para nortear o uso de estrangeirismo?

Continuando com Faraco (2006), este afirma que quando se designa um empréstimo como estrangeirismo convém determinar, isto é, demarcar, o que de fato é esse fenômeno. Ele diz isso porque tal categorização é devida à grande dificuldade de situar um termo como estrangeirismo na língua, pois o tempo foi pouco a pouco se encarregando de adotar, diversos termos ao português aqui falado, a ponto de terem se abasileirado, possuindo uma escrita peculiar, o que redundou numa perda dos traços identitários originais, adquirindo uma outra identidade.

Faraco (2006) relata que as discussões realizadas sobre o estrangeirismo se fixam, sobretudo, no uso dos anglicismos. O inglês passou a ser a maior fonte de empréstimos tomados ao português e às demais línguas. É a língua que predomina em contatos de foro internacional, fato que se deve ao sucesso do império britânico, do qual o Brasil sempre foi cliente. Contudo, Faraco enfatiza que a exorbitância de estrangeirismos na língua portuguesa não diz respeito apenas a uma imposição, ela também é movida por um desejo de parecer diferente e, portanto, não são imprescindíveis, por serem desejados. São os próprios falantes que fazem os empréstimos e o fazem movidos por um desejo, muitas vezes criados pelos canais de comunicação da sociedade contemporânea, atualmente movidos também pelas redes sociais.

No sentido mais amplo, a globalização induz a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade a explorar as associações semióticas entre língua inglesa e os instigáveis recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não consumidora (Faraco, 2006, p.23).

No Brasil, o que leva as pessoas de menor renda *per capita* a escolherem nomes ingleses para seus filhos? Infere-se que o fato de nomear um antropônimo inglês para seus filhos pode significar vários sentidos, e um deles deve ser o desejo de se projetar no *outro* ou projetar o *outro* por meio da palavra. Pode-se dizer que bem aí se institui o fenômeno da alteridade que, na visão de Bakhtin, marca fortemente o ser humano, pois é

imprescindível para sua constituição o diálogo com o *outro*. Para Bakhtin, a vida é dialógica por natureza:

Na vida agimos assim, julgamo-nos do ponto de vista dos outros, tentando compreender, levar em conta o que é transcendente na nossa própria consciência: assim levamos em conta o valor conferido ao nosso aspecto em função da impressão que ele pode causar em outrem [...] (Bakhtin, 1992, p. 35-36).

Quando uma pessoa escolhe um antropônimo de um famoso americano, por exemplo, o usuário desse nome (geralmente recebe do pai, da mãe, da tia, do irmão mais velho), por meio de processos dialógicos, poderá construir sua identidade (ou não) sob uma ilusão ideológica, pois o nome já traz consigo toda uma incorporação de discursos constitutivos sobre a identidade daquele famoso.

No Brasil, observa-se, quanto à adoção de antropônimos estrangeiros, que houve uma naturalização, uma vez que se tornou um fenômeno aparentemente usual. Esse fenômeno se fez mais nitidamente notório com o advento da indústria cinematográfica e, em seguida, com a expansão dos meios de comunicação de massa.

Para Thompson (1998 p. 219), nas sociedades, e aqui incluem-se todas, costuma haver produção e troca de formas simbólicas já que tem sido, sempre, uma característica onipresente da vida social. Diz ainda que nas sociedades modernas, é natural a existência de circulação de imagens, expressões linguísticas, gestos, ações, obras de arte etc., que, por serem abrangentes, adotaram um aspecto novo e qualitativamente diferente. Segundo o autor, houve um desenvolvimento de meios técnicos que, articulados a instituições voltadas para a acumulação capitalista, ‘possibilitaram produção e circulação das formas simbólicas numa escala antes inimaginável’. Assim, imagens, discursos, verdades de uma época circulam e constroem, de maneira insistente, sentidos que são históricos. Isso acontece de modo obstinado e dialógico, em que textos são resgatados, recuperados ou projetados, pois a mídia se ocupa de colocar em circulação discursos, representações, imagens, formas simbólicas que vendem verdades aparentemente absolutas. Contudo, não apenas as imagens, mas também os discursos propostos pela mídia só podem ser interpretados, caso a história seja levada em consideração.

Não se constitui uma raridade o fato de várias pessoas optarem por nomes de atores de Hollywood, pelo fato de levarem em conta uma fantasia que foi criada e

acalentada no íntimo de uma fabulosa imaginação, tecida ao redor da figura do ator ou atriz. Existe, sim, uma espécie de “naturalidade” com que os prenomes estrangeiros passaram a “aterrissar” no Brasil, conforme já explicitado, isso se deve a uma expansão dos efeitos produzidos pela mídia, que projetam o desejo de o expectador ser esse *outro*, criado nas cenas hollywoodianas ou por meio de espetáculos da *pop* norte-americana. Doris Day, e Elvis Presley, por exemplo, caso fosse feito um ranking, iriam liderar como nomes escolhidos, uma por ser atriz famosa na década de 50/60, enquanto pelo outro pelo fato de ser ídolo do *rock’n’roll* e, portanto, inspiraram muitos pais a batizarem seus filhos. Logo, há apenas uma aparente “naturalidade” na escolha desses nomes.

Observa-se que há um traço marcante nessa escolha de batizar pessoas com nome estrangeiro, e os cartórios, principalmente das grandes cidades, revelam que um terço da população brasileira pertencente a famílias pobres possui nomes estrangeiros (Brum, 2000). É que essas pessoas podem ter construído, consciente ou inconscientemente, o desejo de projetar em seu filho(a) uma identidade constituída por vozes relacionadas à fama, à riqueza, à beleza, ao sucesso.

Tendo em visto que um antropônimo possui um enunciado verbal, este, numa visão bakhtiniana, estará sempre relacionado a um valor (a verdade, o bem, a beleza, o caráter etc.). Desse modo, os nomes próprios comumente adotados em países de língua inglesa, trazem consigo valores que influenciam os brasileiros a os adotarem como forma de entrarem em conjunção com um objeto de valor, de poder, de força, de verdade.

O *corpus* em foco

Ressalta-se que os antropônimos aqui referenciados foram parte do *corpus* que constituiu esta pesquisa, cujo universo abarcou escolas da rede pública da cidade de São Luís, MA. Destaca-se aqui, apenas para efeito de elucidação o nome *Leididaina*, alusivo à Lady Diana, já morfologicamente modificado, devido às diferenças fonológicas entre a língua de partida e a língua de chegada. Tal processo de transição de uma língua para outra relaciona-se ao que Bakhtin esclarece a respeito da assimilação de uma língua estrangeira:

No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a ‘sinalidade’ e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se tornou língua. A assimilação ideal de uma língua

dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão (Bakhtin, 1992, p.94).

É muito clara a existência de um diálogo interno da palavra que se coloca para além do discurso alheio, discurso este de ordem sócio-linguístico-cultural. Assim, a preferência pelo nome da princesa da Inglaterra desperta, no sujeito enunciador, vozes referentes a padrões socialmente estabelecidos e aceitos, tais como: beleza, moral, ética, política, independência feminina, modelo de maternidade, entre outros. A essa interação discursiva, Bakhtin dá o nome de dialogismo, ou seja, um “modo de funcionamento real da linguagem”, por ser este um princípio que é essencial, pois todos os enunciados constituem-se a partir de outros (Fiorin, 2006, p.30).

O nome próprio, por exemplo, como palavra, deixa de ser uma unidade da língua e passa a ser um enunciado com sentidos e sempre dirigido a alguém. A atitude de nomear recorta, como memoráveis, os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época, porém cheios de outras vozes, e isso significa que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações que podem estar não só no presente, mas também no passado, podendo, inclusive, fazer referência ao futuro.

É nessa grande temporalidade que se identifica o entrecruzamento de diálogos, conforme Bakhtin (1992). Daí infere-se que antropônimos advindos do nome da princesa Diana podem estar associados, ainda, a supostos discursos de valores negativos, os quais surgiram após sua separação do príncipe Charles, o que infere leituras temáticas relativas à desobediência à realeza (ao Palácio de Buckingham), à infidelidade/volubilidade ou ao egoísmo. Essa questão mostra que as nomeações se cruzam num interdiscurso e marcam posições de sujeitos diferentes em épocas diferentes. “Neste percurso cotidiano do funcionamento dos nomes o processo de identificação estabelece uma relação muito particular entre o nome a que se chega e a pessoa. Assim o nome acaba por funcionar, a partir de uma história de enunciações [...]” (Guimarães, 2005, p.38).

O antropônimo *Jonleno*, também é mais um caso de adaptação à moda do português criado por quem nomeou a pessoa, referindo-se ao ex-Beatle John Lennon. Imagine que referido nome traz consigo uma série de vozes da influência musical legada de antepassados, ascendentes do indivíduo que quis homenagear a pessoa que recebeu o referido nome. Na palavra *Jonleno* está inscrito um diálogo sócio-histórico que traz à

memória o fato de o cantor, em um dado momento de sua trajetória artística, ter sido consagrado como um grande ícone semeador da paz universal, através de canções que veicularam mensagens indelévels que, definitivamente, marcaram a história da humanidade. A voz de John Lennon continua a ecoar, fazendo-se presente na memória discursiva como um antropônimo carregado de discursos valiosos para a formação do sujeito. Nomear um indivíduo com seu nome significa, então, expressar um desejo de imortalizar um dos maiores ídolos da música de todos os tempos.

Os nomes próprios originados da língua inglesa, como os aqui mencionados, mesmo com suas excentricidades de registro gráficos do português brasileiro, concomitantemente representam o mesmo e o outro, o velho e o novo. O porquê de esses nomes se fazerem presentes em nossa cultura marca um fato a ser pensado, uma vez que ao serem adotados no Brasil, não são registrados de acordo com o sistema da língua de origem. Observa-se que nesses casos, ocorre o que se chama de processo de acomodação morfológica que obedece ao sistema da escrita da língua portuguesa, e nesse sentido, vale citar Certeau (1994, p. 40) ao tratar de acomodações realizadas por indígenas:

O modo de os indígenas usarem as ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas, eles as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Seu modo de usar a ordem dominante exercia seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de consumo. Ao modo indígena, os usuários fazem uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras.

A adaptação gráfica dos nomes ingleses revela uma completa liberdade de invenção, quem sabe uma irreverência, mesmo inconsciente, mas aponta, sobretudo, para um rompimento com a tradição, muitas vezes incorrendo em sérias críticas. “Essa percepção [...] coloca a palavra numa relação particular com a realidade fazendo com que tudo seja visto numa relatividade alegre” (Fiorin, 2006, p.90).

A palavra do *eu* é sempre uma manifestação da palavra do *outro*, materializada quer em forma de imitação, quer ao modo de citação, ou ainda por meio de diferentes formas de transposição, que comportam diferentes níveis de distanciamento da palavra alheia. A apropriação linguística é um processo de retomada da palavra alheia que não é exclusiva e total. Conforme já citado neste trabalho, as palavras que se usam

não são nossas, isto porque elas provêm do discurso alheio e não ocorrem de modo isolado, são como peças que formam o mosaico de enunciações completas de textos. As palavras não são neutras, vazias de sentido, “mas já alheias e com certa direção ideológica, expressam um projeto concreto, um determinado nexos com a práxis” (Ponzio, 2008, p.101). Portanto, elas têm sua origem em determinadas linguagens, registros.

Ponzio (2008) é taxativo ao referir que toda enunciação jamais é unilateral: quando expressa seu próprio objeto, expressa direta ou indiretamente seu olhar sobre a palavra alheia. A exemplo do que acontece com a literatura, questiona-se: seria correto associar certas nomeações excêntricas, totalmente deslocadas no sentido da lógica usual, como *Milksheikson*, que fogem aos padrões linguísticos do português em níveis oral e escrito ao que Bakhtin chamou de carnavalização, caracterizada pela celebração do riso e do cômico? Segundo o autor, a carnavalização, por ser irreverente, abarca um conjunto de transformações compostas de afirmação do cômico, de fantasia e inventividade. É notório que o antropônimo *Milksheikson* provoca riso, bullying, e estabelece uma certa irreverência entre o que pode e o que não pode ser dito enquanto antropônimo, pois, em sua origem, esse nome relaciona-se a uma bebida feita a partir de sorvete - o *milkshake*. Nesse caso específico, a única alternativa plausível que teria levado à escolha desse nome foi tão somente uma motivação fonética e não semântica do termo, ou então, a pessoa que adotou esse nome é fã ardorosa de *milkshake*. Resulta que esse nome opõe-se ao que propõe a cultura oficial, vindo de um lugar tão popularmente famoso.

Considerações finais

Analisou-se aqui, de maneira breve, alguns traços do princípio dialógico bakhtiniano no processo de adoção de antropônimos ingleses por indivíduos brasileiros, o que revela uma heterogeneidade discursiva que vai além dos limites geográficos. Trata-se, pois, de um fenômeno no qual se identifica a estreita e contínua relação entre alteridade e dialogismo do *eu-outro* na busca por paradigmas de sucesso, carisma, poder, entre outros referenciais. Verificou-se que os antropônimos são constitutivos da História, pelo fato de demarcarem um determinado período e conservarem-se na memória social de um povo.

Considera-se, por fim, que, no caso brasileiro, com o passar do tempo, grande parte desses antropônimos foram sendo incorporados ao léxico da língua receptora perdendo, por conseguinte, o sentido alienígena estrangeiro emanado pelo nome original.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRUM, Eliane. A agonia de Zé da Silva: os registros dos cartórios revelam que, nas grandes cidades, um terço dos brasileiros de famílias pobres tem nome estrangeiro. *Época*, São Paulo, ano 3, n. 117, p. 74-76, 14 ago. 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano(I): artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismo: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2006.

FIORIN, José Luiz. A dinâmica dos sobrenomes. *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo, ano 2, n. 20, p. 36-37, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. **Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin a análise do discurso**. In: ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes, 2000.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

**Um diálogo literário entre a comédia de Martins Pena
e *O Riso Redentor*, de Peter Berger**

Luzilene Nunes de Sousa²²

José Henrique de Paula Borralho²³

RESUMO: Partindo do pressuposto de que o riso pode ser um meio eficaz de mostrar os costumes mediante as convenções sociais, moral e ética, este artigo tem como objetivo propiciar *insights* sobre a teoria e a prática da literatura, bem como discorrer sobre o contexto da narrativa apresentada, na construção literária de um diálogo entre a comédia de Pena (2008), neste caso *O Juíz de Paz da Roça*, e *O Riso Redentor* de Berger (2017), no qual o diálogo entre as obras exaltam o cotidiano brasileiro, revelando-o de forma cômica, engraçada, mas à luz da observação do real. Nesse contexto, as circunstâncias que esboçam o início dessa construção literária serão por meio do uso da linguagem, trazendo o cômico como componente da realidade a ser detectada. Para delimitar este estudo, fez-se uma pesquisa em consonância com a fortuna crítica de teóricos como Bosi (2011), Romero (1980) dentre outros, que se torna possível, a evidente elaboração deste trabalho, doravante das investigações sobre a intencionalidade dramática, por ser conhecido na forma de senso do humor.

Palavras-chave: Diálogo literário. Martins Pena. Peter Berger. Teatro. Riso.

RESUMEN: Asumiendo que la risa puede ser un medio eficaz de mostrar las costumbres a través de las convenciones sociales, morales y éticas, este artículo tiene como objetivo proporcionar información sobre la teoría y la práctica de la literatura, así como discutir el contexto de la narrativa que se presentará, en el contexto literario. construcción de un diálogo entre la comedia de Pena (2008), en este caso *O Juiz de Paz da Roça*, y *O Riso Redentor* de Berger (2017), en que el dialogo entre las obras en estudio, exaltan la cotidianidad brasileña. revelándolo de manera cômica, divertida, pero a la luz de la observación de la realidad. En este contexto, las circunstancias que marcan el inicio de la construcción literaria, a través del uso del lenguaje, hacen que se detecte lo cômico como componente de la realidad. Para delimitar este estudio se realizó una investigación acorde con la fortuna crítica de teóricos como Bosi (2011), Romero (1980) entre otros, lo que posibilita, la evidente elaboración en este trabajo, en adelante las investigaciones sobre intencionalidad dramática, como se la conoce bajo en forma de sentido del humor.

Palabras clave: Dialogo literario. Martín Pena. Peter Berger. Teatro. Reír.

²² Professora do Centro Educa Mais Cidade Operária 2, SEDUC/MA. Licenciada em Letras Língua Portuguesa, (UEMA); Especialização no método de tradução e interpretação da Língua Espanhola (UST); Mestre em Letras (UEMA). E-mail: luzilene1312@hotmail.com

²³ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009), fez pós-doutoramento em Teoria Literária, UFRJ (2015). Professor permanente do programa de Pós-graduação em Letras mestrado em Letras da Universidade Estadual do Maranhão, Professor Associado da Universidade Estadual do Maranhão e Coordenador programa pós-graduação em letras da Universidade Estadual do Maranhão. Autor de obras como: Uma Athenas Equinocial: A literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro (2010), Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luís - MA (2011); Versura; Poemas, Contos e Crônicas (2014); Versura: Ensaios (2017). Bolsista Produtividade UEMA. E-mail: henriqueborralho@outlook.com.

Palavras iniciais

A Literatura²⁴ é de suma importância, por ser um termômetro identitário, em que a linguagem é capaz de narrar à história das nações de maneira apreciativa e crítica, bem como rigorosa produtividade artística, que contribuem para a história e a compreensão da própria literatura. A literatura é a arte que consegue relatar épocas, localizações e tradições, que proporcionam princípios teóricos e práticos, e de acordo com o crítico literário Coutinho (2004, p. 82) “a Literatura é, a vida, parte da vida, não se admitindo possa haver conflito entre uma e outra. Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana”.

Para tanto, reler as bases de nossa literatura dramática é fundamental para que compreendamos as perspectivas teóricas e criativas da contemporaneidade. As peças fundamentais da mais antiga tradição teatral brasileira, a comédia, indubitavelmente foram lançadas durante o século XIX²⁵. Nesse período, de intensas transformações no modo de pensar do teatro no Brasil, se destacou, como pioneiro nas mudanças teatrais, a figura de Martins Pena²⁶, dentro do panorama de comediógrafo e de criador da comédia nacional.

Dessa maneira, partindo do pressuposto de que o riso pode ser um meio eficaz de mostrar os costumes pelas convenções sociais, moral e ética, a intenção aqui é apresentar a construção literária de um diálogo entre a comédia de Martins Pena (2006), neste caso, *O Juíz de Paz da Roça*, e a obra *O Riso Redentor: A dimensão cômica da experiência humana* do sociólogo Berger (2017), no qual se delimita este artigo em detectar o diálogo entre ambas as obras.

²⁴ Do latim "litteris" que significa "Letras", e do grego "grammatikee". (Ducrot & Todorov, 1972)

²⁵ Foi marcado por grandes acontecimentos históricos e políticos, como guerras, disputas de poder e declarações de independência. Uma fase de inúmeras mudanças na história mundial, marcada por revoluções, descobertas, críticas e inovações, ocorrendo muitos conflitos e revoluções que marcaram a história mundial e a história do Brasil, como a Revolução de 1848 e a Proclamação da República no Brasil em 1889. Nesta mesma época viveram filósofos e pensadores que criaram teorias e reflexões que foram responsáveis por alterar alguns padrões da sociedade da época. (Sodré, 1976, p. 78)

²⁶ Dramaturgo, diplomata e introdutor da comédia de costumes no Brasil, tendo sido considerado o Molière brasileiro. Sua obra caracterizou pioneiramente, com ironia e humor, as graças e desventuras da sociedade brasileira e de suas instituições. (Faria, Guinsburg, & Lima, 2006)

Ainda que a fortuna crítica de Martins Pena venha sendo foco de muitos estudos, dada a importância da comédia de costumes em nossa tradição teatral brasileira, apontamos aqui a necessidade maior de discutir, ainda, alguns pontos acerca de sua produção teatral, sobretudo no que se refere os seus elementos mais ligados ao diálogo da construção literária, apontando uma saída no âmbito da crítica literária, em direção à noção de comicidade.

Buscamos reforçar, portanto, uma hipótese que se vem delineando na historiografia do teatro das últimas décadas, ou seja, a de que autores cuja obra é tensionada por elementos oriundos do teatro popular, neste caso, na comédia, foram tratados com certo preconceito por parte de uma tradição crítica, e que esta precisa, portanto, ser sempre revisitada.

Pretende-se aqui não só fazer o rastreamento de parte da construção da fortuna crítica de Pena e Berger, mas buscar compreender o diálogo entre ambas as obras, fazendo o levantamento de outras hipóteses que devem ser ainda amplamente investigadas.

Para tanto, fazemos uma breve apresentação do gênero comédia, dentre algumas considerações sobre o riso e a relação com a sociedade brasileira, partindo dos aspectos da situação socioeconômica na obra de Martins Pena. Dessa forma, por intermédio do riso, percebemos uma crítica em relação à falência das relações institucionais, legislativas e familiares da sociedade brasileira no século XIX.

Este trabalho se encontra dividido em três partes, que envolvem o contexto da narrativa a ser discutida. Na primeira parte, se apresentam as palavras iniciais que aqui estão, esboçando os envolvidos na descrição deste texto, bem como o percurso de todo o trabalho. Já na segunda parte, se identificará propriamente o gênero comédia, fundamentando teoricamente a relação entre as referidas obras em estudo, além de evidenciar a realidade brasileira, demonstrando-a de forma cômica, engraçada, mas à luz da observação do real.

Na terceira, e última parte, se pontuará as palavras finais, as relações possíveis entre a sociedade brasileira de meados do século XIX, ou seja, a comédia de Martins Pena, em relação aos retratos bem-humorados do Brasil, fazendo uma crítica às instituições burguesas, com as reflexões sobre a natureza do cômico, como experiência humana, bem como o humor sendo percebido de forma engraçada e universal na existência da cultura brasileira.

Algumas implicações sobre a escrita de Martins Pena será relatada na continuidade, ao discorreremos sobre o panorama político e sociocultural do teatro que a sociedade brasileira viveu no período romântico, já que a crítica do comediógrafo foi direcionada a situações pertinentes para uma nação recém-independente.

A comédia de Martins Pena no panorama do teatro brasileiro

O teatro brasileiro do século XIX, representou uma espécie de púlpito²⁷ que deveria ser enfeixada a sociedade que lhe era contemporânea, em consenso crítico, os autores dramáticos deveriam discutir os costumes da sociedade. Sabe-se que na literatura, o gênero comédia como fenômeno de sociedade, memória e cultura, depende do trabalho artístico que estabelece com a realidade, mesmo quando se pretende observá-la para que se possa constituir o entrelaçamento de vários fatores sociais, que são determinados por características da obra.

Nessa perspectiva, Pena fez sua estreia no Teatro Constitucional Fluminense²⁸ – então localizado onde está o atual Teatro João Caetano –, no Rio de Janeiro, em 1838, trazendo à tona várias questões como por exemplo, a corrupção institucional, mediante “a obra *O Juiz Paz da Roça*, sem alarde publicitário e pretensão histórica. Era a primeira comédia escrita por Martins Pena (1815-1848) com observação satírica dos aspectos da realidade brasileira” (Veiga, 1877, p. 95).

Percebemos então que Martins Pena poderia ser tratado como sujeito empenhado na construção de um teatro nacional, em que demonstrou críticas ao movimento teatral da época, e por ter sido, algumas vezes, apoiador de algumas greves e reivindicações que decorriam no Teatro Constitucional Fluminense.

Além de retratar a vida popular e cotidiana, Martins Pena mostrou situações que fugiam do controle da sociedade romântica, como por exemplo: uma precária administração da justiça, bem como a ausência ou desmandos da própria polícia, e detalhadamente as mazelas sociais, como fonte histórica da realidade na cidade do Rio de Janeiro naquele período. Vejamos um fragmento da referida obra, no qual o teatrólogo discorre sobre essa realidade:

²⁷ Plataforma elevada utilizada por oradores, o termo latino "pulpitum", que significa "plataforma" ou "palco". (Faria, Guinsburg, & Lima, 2006)

²⁸ Chamava-se, inicialmente, Real Teatro de São João, mais tarde São Pedro de Alcântara, depois Constitucional Fluminense e depois João Caetano. (Faria, Guinsburg, & Lima, 2006)

Entra MANUEL JOÃO com sua enxada no ombro, vestido de calças de ganga azul, com uma das pernas arregaçada, japona de baeta azul e descalço. Acompanha-o um negro com um cêsto na cabeça e uma enxada no ombro, vestido de camisa e calça de algodão.

ANINHA - Abençoa, meu pai.

MANUEL JOÃO - Adeus, rapariga. Aonde está tua mãe?

ANINHA - Está lá dentro preparando a jacuba.

MANUEL JOÃO - Vai dizer que traga, pois estou com muito calor.

(ANINHA SAI)

MANUEL JOÃO, PARA O NEGRO) Olé, Agostinho, leva estas enxadas lá para dentro e vai botar êste café no sol.

(O PRÊTO SAI) MANUEL

JOÃO SENTA-SE – estou que não posso comigo; tenho trabalhado como um burro! (Pena, 2006, p. 70)

Com esse olhar, e instrumento crítico, foi possível se debruçar sobre o texto teatral de Pena, com o foco na comédia *O Juiz de Paz da Roça*, escrita durante o período romântico. Nesse sentido, Bosi (2011) enfatiza a tradição das comédias de costumes no Brasil, ao relatar que:

Os primeiros textos válidos foram assinados por um dramaturgo popular nato, Luís Carlos Martins Pena, que desde a adolescência, compunha divertidas comédias de costumes, numa linguagem coloquial que, no gênero não foi superada por nenhum comediógrafo do século passado. (Bosi, 2011, p. 147 – 148)

Nossa hipótese aqui é de que o sucesso obtido em suas obras teatrais, embora notável, não agradou parte de uma determinada elite intelectual, muitas vezes em consonância com modelos teatrais já constituídos na Europa, o momento histórico era incompatível com a questão popular que Martins Pena trouxe em suas peças, assim como o conteúdo, que, muitas vezes, criticava a ordem vigente – tais como a escravidão e o tráfico negreiro.

Ao fazer comédia de costumes, os dramaturgos tinham a intenção de criticar os costumes de uma dada sociedade para que se tornassem melhor, porém centrando sua crítica numa espécie de reprodução cômica dos hábitos, operando, assim, a reflexão sobre esses referidos hábitos perniciosos²⁹ à bondade e à justiça.

Em decorrência disso, as comédias de costumes tratavam de um grupo de pessoas no qual, tais costumes criticados se fizeram presentes. De maneira mais sistemática, Faria, Guinsburg, & Lima (2006), afirmam que a comédia de costumes é:

²⁹ Que prejudica, ocasionando danos de forma nociva, prejudicial e ruinoso. (DUCROT & TODOROV, 1972)

[...] centrada na pintura dos hábitos de uma determinada parcela da sociedade contemporânea do dramaturgo. O enfoque privilegia sempre um grupo, jamais um indivíduo, e é em geral de natureza crítica ou até mesmo satírica – o que não impede que, por vezes, certos autores consigam um notável efeito realista na reprodução dos tipos sociais, apesar da necessária estilização cômica. (Faria, Guinsburg, & Lima, 2006, p. 97)

Em outras palavras, a comédia de costumes usa os artifícios cômicos para ridicularizar os hábitos prejudiciais à sociedade, para transformá-la, criticando um microcosmos social³⁰ semelhante ao que pode ser encontrado cotidianamente. Sílvia Romero (1980), por sua vez, enfatiza também o mérito de Martins Pena como criador da comédia nacional, sem, no entanto, se atear a suas características voltadas para a cena. Para tanto, o teórico relata sobre o comediógrafo na obra que destina a ele:

O escritor fotografa o seu meio com uma espontaneidade de pasmar, e essa espontaneidade, essa facilidade, quase inconsciente e orgânica, é o maior elogio de seu talento. Se perdessem todas as leis, escritos, memória da história brasileira dos primeiros cinquenta anos deste século, que está a findar, e nos ficassem somente as comédias de Pena era possível reconstruir por elas a fisionomia moral de toda essa época. (Romero, 1980, pp. 86-87)

Vale ressaltar que, a literatura devia servir como acesso para a compreensão da identidade nacional³¹, ou seja, a literatura só era válida se servisse de algum modo à civilização do país e à compreensão da evolução desta. Por isso, o serviço que Martins Pena exercia para com a nação era o de reproduzir os costumes em suas peças, assinalando, assim, um caráter documental de suas obras. Na continuidade, a experiência humana do humor no qual fez o povo se render ao riso mediante o olhar de Berger (2017).

A experiência do humor no riso de Berger

A partir da antiguidade clássica tem-se analisado a natureza do humor e do riso como fenômenos que possibilitavam algum tipo de compreensão acerca do mundo social. Filósofos, antropólogos, dentre outros estudiosos, produziram uma literatura extensa sobre a temática, que, no entanto, recebeu pouca atenção sistemática por parte de sociólogos.

³⁰ Referente a um mundo pequeno, na qual diz respeito à sociedade ou às relações que se estabelecem entre os membros de uma sociedade, em que o próprio homem como expressão do universo, do cosmo, sendo uma imagem diminuta do mundo (Ricoeur, 2007).

³¹ Conceito que sintetiza um conjunto de sentimentos, nos quais fazem um indivíduo sentir-se parte integrante de uma sociedade ou nação (Slemian & Pimenta, 2003).

Entretanto, o sociólogo, Peter Berger, conhecido por sua singularidade na sociologia do conhecimento, mediante uma reflexão sobre a construção social na realidade da natureza do humor e do riso, trouxe o tema da religião, de forma pertinente desde seus primeiros ensaios, sendo um dos autores que se ocupou da referida temática no mundo moderno, na esfera pública.

Ao tangenciar e lançar mão de situações cômicas foi possível perceber uma crítica ainda maior a determinados segmentos e ações, que evocavam explicações sobre o recurso do humor e das concepções do riso ao longo dos séculos, no posicionamento que desembocou na comédia de costumes, um possível riso redentor, segundo, Berger (2017):

[...] As obras de literatura para ilustrar as diferentes formas do cômico, argumenta-se que as pessoas achavam engraçadas, o que a elas lhes provocavam uma resposta bem-humorada na sociedade daquela época, ou seja, o humor era uma constante expressão do cômico, experimentado como incongruência. (Berger, 2017, pp. 7 – 8).

Nesse contexto, a experiência do cômico em uma anatomia que ilustrasse implicações argumentativas pelo interlúdio³² entre a loucura e a redenção do riso na comicidade exposta na obra literária, foi cada vez mais espontâneo nas origens do humor sobre a sua infância. A variedade das experiências humanas na realidade conhecida por Berger (2017) como onipresente, enfatiza que:

A vida cotidiana está cheia de interlúdios cômicos, de ocasiões para o humor, de pequenas piadas, assim como das mais elaboradas. Mas ainda, a experiência do cômico é universal. Embora sua expressão seja muito distinta de uma cultura para outra, não há cultura humana sem ela. (Berger, 2017, p. 12)

O humor é a capacidade de se perceber algo cômico, assim, não existe cultura humana sem essa possibilidade, sendo percebido como um elemento necessário da humanidade. Desse modo, o que parece ser engraçado às pessoas, e o que elas fazem para instigar uma resposta humorística, varia em relação ao tempo e a sociedade, conseqüentemente, o humor é uma constante antropológica relativamente histórica.

Ainda para além dessa relatividade, existe algo que o humor supostamente percebe, ou seja, o fenômeno do cômico que é o correlato objetivo do humor, a capacidade subjetiva. Das expressões mais simples às mais sofisticadas, o cômico é experienciado

³² Composição que tem a função de separar trechos que marcam o início e o fim de intervalos apresentados entre duas cenas. Faria, Guinsburg, & Lima, 2006)

como incongruência.³³ Além do que, o cômico surge em um mundo separado, diferente do mundo da realidade comum, que opera segundo regras diferentes. Berger (2017), enfatiza que:

O humor – isto é, a capacidade de se perceber algo como engraçado – é universal, não há cultura humana sem ele. [O humor] pode ser seguramente percebido como um elemento necessário da humanidade. Ao mesmo tempo, o que parece engraçado às pessoas, e o que elas fazem para provocar uma resposta humorística, difere enormemente de época a época e de sociedade a sociedade. Colocado de outra forma, o humor é uma constante antropológica e é historicamente relativo. Ainda assim, para além ou por trás de toda relatividade, existe um algo que o humor supostamente percebe. Este algo é, precisamente, o fenômeno do cômico (que, se você preferir, é o correlato objetivo do humor, a capacidade subjetiva). De suas expressões mais simples às mais sofisticadas, o cômico é experienciado como incongruência. [...] Além disso, o cômico faz surgir um mundo separado, diferente do mundo da realidade comum, que opera segundo regras diferentes. É também um mundo no qual as limitações da condição humana são milagrosamente superadas. A experiência do cômico é, por fim, uma promessa de redenção. A fé religiosa é a intuição (algumas pessoas de sorte diriam a convicção) de que a promessa será mantida. (Berger, 2017, p. 20)

Por ser um mundo no qual as limitações da condição humana são milagrosamente superadas, a experiência do cômico é uma promessa de redenção, neste caso, a fé religiosa é a intuição, na perspectiva de algumas pessoas de sorte, diriam a convicção de que a promessa será mantida. Para tanto, a contribuição de Berger é no sentido de considerar o humor como uma província finita de significado, em que no mundo dos sonhos, surge no seio da vida cotidiana, transformando-a instantaneamente e depois desaparecendo.

Vale ressaltar que, a intrusão cômica³⁴ que o autor utiliza, traz uma construção social do que se pode refletir sobre as formas cômicas de expressão, em que se trata como diversão, ao mesmo tempo como consolação em um jogo de intelecto dessa sagacidade e satirizando o próprio cômico em forma de arma de uma eterna loucura e redenção como sinal de transcendência. Para entendermos essa perspectiva do autor, vejamos um fragmento da obra de Pena:

[...] Entra o JUIZ DE PAZ vestido de calça branca, rodoque de riscado, chinelas verdes e sem gravata.
JUIZ - Vamo-nos preparando para dar audiência.

³³ Característica, particularidade de comportamentos que apresentam contradições, do que se opõe ao padrão estabelecido, do que não tem lógica. (Ducrot & Todorov, 1972).

³⁴ Ação de se introduzir sem direito numa sociedade, de maneira astuta de forma profunda dentro de uma preexistência do humor. (Ducrot & Todorov, 1972)

(ARRANJA OS PAPÉIS) O escrivão já tarda; sem dúvida está na venda do Manuel do Coqueiro... O último recruta que se fêz já vai-me fazendo pêso. Nada, não gosto de presos em casa. Podem fugir, e depois dizem que o juiz recebeu algum presente. (BATEM À PORTA) Quem é? Pode entrar.

(ENTRA UM PRÊTO COM UM CAICHO DE BANANAS E UM CARTA, QUE ENTREGA AO JUIZ. JUIZ, LENDO A CARTA:) "Ilmo. Sr.? Muito me alegro de dizer a V.S.a. que a minha ao fazer desta é boa, e que a mesmo desejo para V.S.a. pelos circunlóquios com que lhe venero".

(DEIXANDO DE LER) Circunlóquios... Que nome em breve! O que quererá êle dizer? Continuemos. [...] (Pena, 2006, p. 74)

Observemos a reflexão que Martins Pena nos traz em sua obra, como forma de jogar com o intelecto do “juiz,” já que ele tem dificuldade na compreensão da escrita no bilhete, pautando assim, de maneira satírica o conhecimento do magistrado em relação as letras, fazendo-o render-se ao que lhe convenia-a, numa falsa construção social.

Nessa intrusão cômica, Berger nos traz várias incógnitas para que possamos refletir acerca do fenômeno cômico em uma série de questões gerais de forma imediata. “O que é? Onde está? Como é usado? O que significa?” (Berger, 2017, p. 21), essa abordagem não é sistêmica, de acordo com o autor, é razoável em uma tentativa preliminar do que realmente se trata, “O que é esta coisa da qual estamos falando?” (Berger, 2017, p. 21).

Pode-se dizer então que a experiência de humor do riso de Berger está pautada como um senso que percebe o cômico na forma adjetiva, qualificando e caracterizando a cultura de uma sociedade, para tanto, ele traz em sua obra os conceitos de Comédia e Piada do ponto de vista dessa experiência.

Comédia: “Ramo do teatro que adota um estilo engraçado ou familiar, e descreve personagens e episódios risíveis”. Piada: “Algo dito ou feito para provocar o riso ou a diversão; uma fala espirituosa, uma brincadeira; chiste, zombaria; também algo que causa diversão, uma circunstância ridícula. (Berger, 2017, p. 22)

Por mais que os conceitos sejam diferentes, eles se costumam com a realidade tal como vivenciada ao longo de sua trajetória, com a intenção de esboçar a vida cotidiana mediante o cômico que aparece como intrusão nas esferas da realidade, por conseguinte, o cômico é a percepção que manifesta as experiências vivenciadas e refletindo as semelhanças entre si.

Sob a forma de hipóteses a serem exploradas na contribuição de Berger, observamos a questão redentora para a sociologia do humor. Quando definimos a sensibilidade cômica, é possível se basear no chiste e nos jogos de linguagem, relacionando outras características como o intelectualismo e o controle emocional.

Para Berger, é possível que o mesmo processo que dá conta da secularização do mundo³⁵, explique o desencantamento do humor e sua adaptação a um período histórico que se julga superior a todos os outros em função de sua suposta racionalidade. Entretanto, para o autor, o mundo moderno desencantado gerou suas próprias incongruências, e o humor pode ser uma delas, se por um lado a sensibilidade cômica é a própria expressão do desencantamento, por outro, o humor representa uma reação a ele.

Devido à extensão histórica da temática do riso, procuramos levantar o suficiente para demonstração aqui neste trabalho, pois ao longo da história, os modos como o riso e o cômico foram vislumbrados e utilizados, na medida do possível, os efeitos de sua adoção ou entendimento são considerados como características semelhantes dos referidos autores. Por isso, que na sequência trataremos especificamente das características que relacionam as duas obras mediante esse diálogo literário.

Um diálogo entre a comédia e a redenção

Um dos motes deste artigo é entender qual a relação entre o riso redentor de Berger (2017), e a perspicácia da comédia de Pena (2006), para que possamos compreender o fenômeno do riso na comédia, as relações que se fazem entre o que se pode chamar de dimensão e essência, bem como do que é o riso em algumas obras literárias, para se chegar à finalidade que classifica a comédia como uma manifestação objetiva de crítica social.

Martins Pena, embora obedeça às regras da mimese³⁶ na comédia traçada desde a *Poética* de Aristóteles,³⁷ a de se ocupar de homens que não fossem nobres, se voltou

³⁵ Processo através do qual a religião perde a sua influência sobre as variadas esferas da vida social. (Bosi, 2011).

³⁶ Termo crítico e filosófico que abarca uma variedade de significados, incluindo a imitação, representação, mímica, a receptividade, o ato de se assemelhar, de expressão e a apresentação do eu. (Rosenfield, 2001).

³⁷ Registrada entre 335 a.C. e 323 a.C., foi um conjunto de anotações das aulas de Aristóteles sobre o tema da poesia e da arte em sua época, pertencentes aos seus alunos escritores ou esotéricos. (Aristóteles, 1989).

muitas vezes para a construção de personagens com características específicas, que fossem aquelas que surgissem no interior do país, longe da metrópole.

O típico homem da roça, como é o caso de “Manuel João”, “José da Fonseca” e “Aninha” em *O Juiz de Paz da Roça*, e até do próprio “juiz” corrupto. As comédias, de um modo geral, debruçavam-se sobre o tipo e situação típica da época. Destarte, ao analisar a referida obra teatral, percebemos como foi acurado o trato de Martins Pena com as instituições burguesas e como era ferrenha a sua crítica ao desrespeito da lei e das injustiças sociais, em um nacionalismo trazido pela subversão dos valores sociais, mediante a comédia como fenômeno literário. Vejamos um fragmento, em que as críticas de Pena são pertinentes:

[...] ESCRIVÃO, lendo — “O abaixo-assinado vem dar os parabéns a V.Sa. por ter entrado com saúde no novo ano financeiro. Eu, Ilmo Sr. Juiz de Paz, sou senhor de um sítio que está na beira do rio, aonde dá muito boas bananas e laranjas, e como vem de encaixe, peço a V. Sa. o favor de aceitar um cestinho das mesmas que eu mandarei hoje à tarde. Mas, como ia dizendo, o dito sítio foi comprado com o dinheiro que minha mulher ganhou nas costuras e outras coisas mais; e, vai senão quando, um meu vizinho, homem da raça do Judas, diz que metade do sítio é dele. E então, que lhe parece, Sr. Juiz, não é desaforo? Mas, como ia dizendo, peço a V. Sa. para vir assistir à marcação do sítio. Manuel André. Espera receber mercê.”

JUIZ — Não posso deferir por estar muito atravancado com um roçado; portanto, requeira ao suplente, que é o meu compadre Pantaleão.

MANUEL ANDRÉ — Mas, Sr. Juiz, ele também está ocupado com uma plantação.

JUIZ — Você replica? Olhe que o mando para a cadeia.

MANUEL ANDRÉ — Vossa Senhoria não pode prender-me à toa: a Constituição não manda.

JUIZ — A Constituição!... Está bem!... Eu, o Juiz de Paz, hei por bem derogar a Constituição! Sr. Escrivão, tome termo que a Constituição está derogada, e mande-me prender este homem.

MANUEL ANDRÉ — Isto é uma injustiça!

JUIZ — Ainda fala? Suspendo-lhe as garantias...

MANUEL ANDRÉ — É desaforo... (Pena, 2006, p. 76)

Com esse olhar para a comicidade, da mesma forma que o comediógrafo Martins Pena criticava a burguesia do século XIX de forma ferrenha por conta da corrupção, das leis e injustiças sociais, Berger, traz a piada como crítica a uma figura política envolvida em certo acontecimento, que de fato ocorreu antes e/ou depois do momento no qual o indivíduo estava no poder.

Com esse propósito, uma das importantes funções sociais do humor, parece que sempre afronta os sentimentos morais convencionais, no que tange o domínio da experiência estética e cômica. A experiência universal que Berger (2017) trata o humor, em sua obra, *O Riso Redentor*, esboça possibilidades desse humor mediante o gênero textual piada, em que se refere a situações de termos do próprio conhecimento de mundo.

“O efeito cômico de uma piada também mantém relação com o domínio do julgamento moral. Certamente, é possível fazer julgamentos morais sobre o contexto no qual uma piada é contada e sobre as intenções do contador”, Berger (2017, p. 13). Vejamos uma das piadas da obra de Berger (2017), que envolve políticas opressivas na antiga União Soviética, hoje, Rússia:

Gorbachev desperta e, pela janela, olha para o sol, “Bom dia, sol”, ele diz. “Você tem alguma mensagem para mim?” “Sim, Camarada Presidente”, responde o sol. “Amanhece na União Soviética”. Ao meio-dia, Gorbachev olha pela janela novamente e diz: “Bem, sol, você tem outra mensagem para mim?” “Sim, Camarada Presidente”, diz o sol. “é meio-dia na União Soviética.” À noite, Gorbachev olha mais uma vez pela janela e pergunta a mesma coisa. O sol responde: “Eu estou no Ocidente agora. Vá para o inferno, Mike!” (Berger, 2017, p. 29)

Observamos a realidade da vida cotidiana soviética, em que as lógicas diferentes se aplicam tanto na sociedade quanto na natureza do ser humano. Dada essa onipresença do cômico na experiência humana, o prazer derivado da comédia é de forma especial, baseando-se na malícia, e em divertir-se com a infelicidade dos outros.

Para Berger (2017), focar no elemento psicológico-cognitivo,³⁸ implícito e peculiar da compreensão cômica é tratar os fatores sociais do riso com suas diversas manifestações. Nesse viés, o autor da obra *O Riso Redentor*, esboça essa experiência cômica de manifestações em possibilidades que expressam o riso como jogo mental.³⁹

Berger (2017), ainda nos traz a própria teoria da superioridade,⁴⁰ que relata a degradação em relação aos outros, no qual elevamos nosso próprio *status*, e nesse sentido, o riso dirigido ao infortúnio de outros, refletindo na nossa suposta superioridade. Além

³⁸ É o processo mental que está por detrás do comportamento humano, na qual a percepção, o pensamento e a memória, procuram explicar como o ser humano percebe o mundo e como utiliza-se do conhecimento para desenvolver diversas funções cognitivas como: falar, raciocinar, resolver situações-problema, memorizar, entre outras. (Berger, 2017).

³⁹ Criado na Inglaterra, cujo objetivo é evitar pensar acerca do próprio jogo. (Berger, 2017)

⁴⁰ Teoria com base na superioridade racial, social e cultural, afirma que a sociedade se divide em grupos superiores e inferiores, e consecutivamente os inferiores deveriam ser aperfeiçoados pelos superiores. (Berger, 2017)

de que, essa teoria analisa o humor e o riso em termos de uma função catártica⁴¹, ou seja, a liberação de energia psíquica que acontece quando rimos de algo que, supostamente estaria reprimido. Ao observarmos esse riso, percebemos que o uso da comicidade para uma posição de suposta superioridade moral e contra um alvo bem definido, esboça que:

A comicidade do “jogo mental” seria “mais pura” e teria o efeito cognitivo de providenciar um momento de *insight* sobre as ambiguidades da realidade sem, no entanto, partir da pretensão de alguma superioridade daquele que ri sobre o objeto do seu riso. (Berger, 2017, pp. 185-186).

Dessa forma, o cômico não persegue um interesse específico, ou seja, não possui um alvo concreto. “O cômico do “jogo mental”, tem a função de um “brinquedo” capaz de suscitar uma “intenção cognitiva” (Berger, 2017, p. 161), uma nova compreensão, no qual Berger procura entender o que seria exatamente compreendido numa experiência cômica:

Chega a uma resposta que transcende os limites de determinadas facetas da vida. A seu ver, “a experiência da contradição entre ordem e desordem”, na qual se baseia a experiência cômica dos “jogos mentais”, revela nada menos que “a verdade determinante da existência humana”, a condição do homem de estar “numa situação da contradição cômica em relação à desordem do universo” (Berger, 2017, p. 43).

Desse modo, segundo Berger (2017), a experiência do cômico na forma de “jogo mental” pode anular os limites de existência humana, incluindo até uma “promessa de redenção”, aproximando-se assim da experiência religiosa, destacando nos textos cômicos, que podem resumir uma situação complexa de modo preciso e reduzido.

A forma desse cômico de “jogo mental”, pode ser considerado mediante a falta de uma argumentação moral, contribuindo assim, para a sua frequente identificação com o cômico intelectualizado de uma determinada visão de mundo como melhor que outra. Sem atribuir ao cômico uma posição superior em termos de moralidade, e sem negar que o cômico possa ser usado também para fins moralmente condenáveis, Berger (2017):

Frisa que o cômico é “perigoso e tendencialmente subversivo”, pois contribui para revelar as contradições e ambiguidades do mundo, suas “múltiplas realidades, sua dicotomia de fachada e de segundo plano”, assim como a “fragilidade daquilo que nos aparece como realidade. (Berger, 2017, p. 182)

⁴¹ Relacionado com a catarse, com a libertação do que estava reprimido, geralmente, refere-se aos sentimentos ou emoções. (Aristóteles, 1989)

Por conseguinte, o riso é um ato intencional, no sentido fenomenológico⁴² de intencionalidade, no qual sempre se direciona a um objeto, com distintas formas, através da piada de Berger (2017), ou até mesmo na comédia de Pena (2006). Portanto, o riso pode surgir da consciência de ser livre, na dimensão cômica da experiência humana, e levando o sujeito a sua liberdade e domínio de si mesmo. Enfim, ao compreendermos o fenômeno do riso, teremos a compreensão do mistério fundamental da natureza humana.

Palavras finais

A contribuição de Berger (2017) para com esta escrita foi no sentido de averiguar o riso como um meio eficaz de mostrar os costumes pelas convenções sociais, moral e ética, no qual propiciou *insights* sobre a teoria e a prática da literatura, esboçando no seio da vida cotidiana, o discurso humorístico na comédia de Pena (2006), *O Juíz de Paz da Roça*.

Por fim, este estudo nos permitiu vislumbrar a tese propriamente sociológica defendida por Berger (2017), na obra *O Riso Redentor*, já que a exposição de diferentes formas de expressão cômica, trata a experiência do humor apresentando um mundo sem dor. Dessa maneira, foi possível notar ainda que o humor como província finita de significado, sobretudo com uma abstração da dimensão trágica de experiência humana trouxe numa realidade detectada, o chamado de senso de humor.

Mesmo por meio da experiência cômica, o humor pode ser percebido como uma neutralização da realidade da vida cotidiana. A construção literária desse diálogo que relaciona as duas obras, caracteriza o cômico como componente da realidade a ser detectada e revelada realmente como redentora na sociologia do humor, dentro da perspectiva da sociedade brasileira no século XIX.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. – São Paulo: Editora Nova Cultural, 1989.

BERGER, Peter L. [Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho] **O Riso Redentor: A dimensão cômica da experiência humana**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

⁴² Estudo de um conjunto de fenômenos que se manifestam, seja através do tempo ou do espaço. É uma matéria que consiste em estudar a essência das coisas e como são percebidas no mundo. (Ducrot & Todorov, 1972)

Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405839951/O-Riso-redentor-A-dimensao-comica-da-experiencia-humana> - Acesso em 08 de ago de 2021 às 09h30min.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. – 49. ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil: era romântica**. – 7. ed. – rev. e atual. São Paulo: Global, 2004.

FARIA, João Roberto; GUINSBURG, Jacó; LIMA, Mariangela Alves de (coords). **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. São Paulo: Perspectiva/Sesc São Paulo, 2006.

PENA, Martins. 1815 – 1845. **O Juiz de Paz da Roça**. – 2. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Comédias (1833 – 1844)**. (Org.) Vilma Arêas. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2008.

RICOEUR, Paul – 1913. [tradução: Alain François – et al]. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira: Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. **Filosofia & Literatura: o Trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Filosofia Política. Série III; nº 1).

_____. Martins Pena. Porto: Chardron, 1901. VEIGA, Luiz Francisco da. **Luiz Carlos Martins Pena: o criador da Comédia Nacional**. Revista do Instituto Histórico Geográfico, IHGB, Rio de Janeiro, vol. 40, 1877, pp, 375-95. Acesso em 10 de set de 2021 às 22h.

SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo G. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1976.

VEIGA, Luiz Francisco da. 1834 – 1899. **O Primeiro Reinado estudado à luz da ciência: a revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história**. – Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Veiga%2C+Luiz+Francisco+da%2C+1834-1899&type=author> – Acesso em: 10 de fev de 2022, às 10h.

Vozes insubmissas: uma subversão dos papéis sociais da mulher nos contos de Margarida Montejano

Gabriela Lages Veloso⁴³

Rita de Cássia Oliveira⁴⁴

Resumo: Na intenção de mapear as margens e abrir espaço para as novas vozes sociais, os escritores contemporâneos têm evidenciado percursos narrativos de personagens em trânsito e oprimidos em suas marcas de subjetivação: etnia, classe social, gênero, idade, orientação sexual. Neste sentido, o principal objetivo deste artigo é estudar a representação do perfil feminino no livro *Fio de Prata* (2022), de Margarida Montejano, tal como foi empreendida nos contos *Se Não Entender, Pergunte, A Mão e o Espelho* e *O Fio de Prata*. Para tanto, utilizaremos como contribuição teórica os estudos de Dalcastagnè (2012); Patrocínio (2014); Resende (2014), dentre outros.

Palavras-chaves: Representação feminina; Ficção Contemporânea; Literatura Brasileira.

Abstract: With the intention of mapping the margins and opening up space for new social voices, contemporary writers have highlighted the narrative paths of characters in transit and oppressed in their marks of subjectivation: ethnicity, social class, gender, age, sexual orientation. In this sense, the main aim of this article is to study the representation of the female profile in Margarida Montejano's book *Fio de Prata* (2022), as it was undertaken in the short stories *Se Não Entender, Pergunte, A Mão e o Espelho* and *O Fio de Prata*. To this end, we will use as our theoretical contribution the studies of Dalcastagnè (2012); Patrocínio (2014); Resende (2014), among others.

Keywords: Female representation; Contemporary fiction; Brazilian literature.

⁴³ Mestranda em Letras, na linha de Estudos Teóricos e Críticos em Literatura, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa TECER - Estudos de Tradução, Discurso e Ensino (UEMA) e VERSA - Tradução Literária: História, crítica e experiências (CNPq). Membro do GELMA - Grupo de Estudos em Literatura Maranhense (UFMA). Atualmente, é colonista da Revista Sucuru (PB) e do Feminário Conexões, e editora da Sociedade Carolina (DF).

⁴⁴ Possui Graduação em FILOSOFIA pela Universidade Federal do Maranhão (1993), Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão. Vice-Coordenadora do GT Hermenêutica da Associação de Pós-Graduação em Filosofia - ANPOF no período de 2020 à 2021. Consultora ad hoc da FAPEMA. Membro fundadora da Rede Brasil Ricoeur. Pertence à Diretoria da Rede Brasil Ricoeur. É Professora Permanente do Mestrado em Letras-PPGLetras, com linha de pesquisa em Estudos Teóricos e Críticos em Literatura. Professora Permanente do Mestrado Acadêmico em Filosofia-PPGFIL, com linha de pesquisa em: Linguagem e Conhecimento. Atualmente, faz Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Piauí.

INTRODUÇÃO

A literatura brasileira contemporânea tem se ocupado, sobretudo, com os modos de figuração da vida urbana, os embates que os sujeitos empreendem diante do lugar que vivem, transitam e, conseqüentemente, elaboram suas frágeis construções identitárias. Desse modo, Patrocínio (2014) propõe a tríade violência, marginalidade e realidade social, enquanto temário recorrente da ficção contemporânea. Na tentativa de fazer um mapeamento das margens e abrir espaço para as novas vozes sociais, os escritores contemporâneos têm evidenciado percursos narrativos de personagens em trânsito e oprimidos em suas marcas de subjetivação (etnia, classe social, gênero, idade, orientação sexual).

De acordo com Dalcastagnè (2007), nosso lugar na sociedade, definido por gênero, classe social, cor, geração, orientação sexual, e, experiências são fatores decisivos para o nosso modo de enxergar e compreender o mundo. Por esse motivo, um homem, mesmo sendo empático e solidário, não terá experienciado as dificuldades sofridas pelas mulheres, cotidianamente, tais como “ser analisada prioritariamente pela aparência física, o temor da violência sexual, o preconceito renitente nos espaços profissionais. É essa perspectiva feminina (e não um estilo ou uma temática específica) que só as mulheres podem trazer ao discurso literário” (p. 126). Nesse sentido emergem as narrativas de Margarida Montejano, na obra *Fio de Prata* (2022), que foi ilustrada por Ruy Assumpção Filho.

Margarida Montejano é uma escritora e poeta, natural de Mogi Guaçu (SP). É Doutora em Educação, pela UNICAMP, e atua como Supervisora Educacional na rede pública municipal de Campinas. Tem poemas publicados em antologias colaborativas, e é coorganizadora do livro *Cotidiano, poesia e resistência*. Além disso, é produtora do Canal *N’outras Palavras*, no Youtube. Em 2022, publicou, pela Editora *Scenarium* livros artesanais (SP), o seu primeiro livro: *Fio de Prata*, que é composto por sete contos, dentre os quais elencamos três, a saber, *Se Não Entender, Pergunte*, *A Mão e o Espelho* e *O Fio de Prata*, para fazerem parte do *corpus* da nossa pesquisa. Assim, o principal objetivo deste artigo é estudar a representação feminina, tal como ela foi delineada nos referidos contos de Margarida Montejano. Para tanto, utilizaremos como contribuição teórica os estudos de Dalcastagnè (2012); Patrocínio (2014), Resende (2014), dentre outros.

Este trabalho será subdividido da seguinte maneira: inicialmente, faremos uma breve contextualização da representação da mulher na ficção brasileira contemporânea; a seguir, investigaremos a imagem da menina em *Se Não Entender, pergunte*; logo em seguida, estudaremos a figura feminina em *A Mão e o Espelho*; e, por fim, procederemos à leitura de *O Fio de Prata*, a fim de compreender como a mulher envelhecida é retratada no referido conto. Vale ressaltar que essa pesquisa seguirá a mesma lógica do mito grego das *Moiras*, representadas por uma menina, uma mulher e uma idosa, que simbolizam, respectivamente, os tempos passado, presente e futuro. As *Moiras* eram três figuras femininas, que teciam os delicados fios do destino, uma tríade que traz unidade, assim como as diferentes gerações das personagens de *Fio de Prata* (2022) refletem a mulher de modo geral.

Representação feminina na ficção brasileira contemporânea

As narrativas contemporâneas encaminham-se para o contexto da vida urbana atual, cujos princípios de civilidade, uma vez subvertidos, levam ao encontro de personagens anônimos na cidade-sociedade. Meio cada vez mais hierarquizado, heterogêneo e limitado por interdições (explícitas ou não), que definem onde os sujeitos/personagens podem habitar. Nesse sentido, de acordo com Resende (2014), a literatura brasileira contemporânea não recusa a realidade, mas a rasura e deforma, isto é, apresenta um “realismo rasurado” pelo olhar e subjetividade dos escritores e leitores.

Além disso, Dalcastagnè (2003) afirma que as nossas “cidades literárias são feitas, na verdade, de muitas ausências: mulheres, pobres, cegos, portadores de deficiências físicas e mentais, velhos, crianças, estão todos de algum modo excluídos das ruas e contornos urbanos que se delineiam nos textos contemporâneos” (p. 49). Esse espaço de subalternidade revela os indivíduos que são colocados à margem da sociedade, dentre eles, destacamos a figura feminina. Desse modo, segundo Jacome e Pagoto (2009), os Estudos de Gênero e da Crítica Feminista apontam a opressão da cultura patriarcal que as mulheres têm sofrido, ao longo do tempo, sendo submetidas ao silenciamento e a carregar consigo as marcas de suas dores e dificuldades.

À vista disso, uma investigação das obras de autoria feminina possibilita que a crítica literária reconheça as escritoras enquanto indivíduos históricos, e reafirme seu

lugar de fala e sua identidade social, pois “como um homem pode substituir, legitimamente, uma mulher, quando está em questão a representação das mulheres *per se*?” (Phillips, 1995, p. 6). Entretanto, conforme Conceição Evaristo, em uma entrevista concedida ao portal *Catarinas: jornalismo com perspectiva de gênero*, em 2021, a “história da literatura brasileira ainda não incorporou com avidez a potência das escritoras, das mulheres em geral”.

Dessa forma, de acordo com Dalcastagnè (2012), ao “mesmo tempo em que se vão fazendo escritoras, as mulheres continuam sendo, também, objetos da representação literária, tanto de autores homens quanto de outras mulheres” (p. 162). Nesse sentido, a pesquisadora afirma que, na maioria das narrativas contemporâneas, a representação da figura feminina permanece restrita à esfera privada e ao ambiente doméstico. O que não anula as diferenças e disputas sociais, uma vez que, em algumas obras, esses conflitos são retratados pelo “convívio forçado, os segredos cochichados, as mágoas acumuladas”.

Assim, não seria possível fazer um mapeamento, apenas um tipo de “planta baixa” sobre o modo como é recriada a figura feminina na literatura brasileira contemporânea. Visto que, de maneira geral, as protagonistas são inseridas em espaços contraditórios e violentos. Trata-se de mulheres sobrecarregadas pelas obrigações familiares e sociais, “pelas máscaras que já não descolam do rosto. Daí confiná-las numa casa, para fazer ressoar seu confinamento interno. O que significa que o espaço físico possui profundas implicações nessas narrativas, tanto na elaboração da trama quanto na constituição das personagens” (Dalcastagnè, 2012, p. 128).

Portanto, o “ser mulher” pode ser representado de diversas formas: compreendendo elementos realistas ou fantásticos; demonstrando os anseios e medos femininos, ou, simplesmente sendo um modo de preconceito ou ativismo. Nas últimas décadas, a posição da mulher tem sofrido várias transformações no mundo social, e as narrativas contemporâneas têm acompanhado esse momento histórico. Vale ressaltar que, ao falarmos da condição feminina, estamos nos ocupando de um tema plural. Apesar de tratar-se de um grupo social específico, algumas variáveis como “raça, classe ou orientação sexual, entre outras, contribuem para gerar diferenciações importantes nas posições sociais das mulheres – e elas, ao fazer suas próprias escolhas, ao aderir conjuntos

de crenças e valores diversos, vão também perceber-se no mundo de maneiras diferenciadas” (Dalcastagnè, 2012, p. 163).

A pluralidade da condição feminina é que determina, justamente, essa tensão entre unicidade e distinção, e essa riqueza de significados e representações possíveis, que se faz presente na literatura brasileira atual. Nessa paisagem de invisibilidade e indistinção, a mulher contemporânea reclama leituras que percebam os traços babélicos que carrega consigo. Nesse contexto, sobressaem-se as narrativas de Margarida Montejano, na obra *Fio de Prata* (2022). Portanto, após esse breve preâmbulo acerca da figura feminina e de sua (difícil) representação na ficção brasileira contemporânea, investigaremos, a seguir, a figura da menina no conto *Se Não Entender, Pergunte* (2022).

A menina

O conto *Se Não Entender, Pergunte*, de Margarida Montejano, é narrado em primeira pessoa por uma mulher, a princípio, anônima, que conta memórias de sua infância, mas especificamente, sobre o seu primeiro dia de aula, quando tinha apenas sete anos de idade. A narrativa inicia com um breve panorama sobre a educação escolar no Brasil. Assim, a narradora dialoga diretamente com o leitor ao indagar: “Você se lembra de um tempo em que a escola pública era só para os filhos de famílias ricas e tinha escolas para meninas e meninos? Depois, veio outro tempo em que as famílias pobres conseguiam disputar as vagas nessas escolas” (Montejano, 2022, p. 99).

Ela lembra que, no seu tempo, a escola já tinha passado por várias modificações, e as salas de aula eram mistas. Ao longo do conto, não há descrições físicas da protagonista, apenas é ressaltada a sua enorme curiosidade. Sua mãe era uma mulher que não havia estudado, por isso, queria que as suas filhas tivessem a oportunidade de ter uma vida mais confortável e independente, do que ela tivera. Por esse motivo, as matriculou em um colégio, e disse a sua pequena filha curiosa que se comportasse bem, e que perguntasse a sua professora, sempre que tivesse dúvidas. A primeira impressão que a menina teve foi a de desapontamento com a falta de cor do prédio escolar. Essa memória trouxe consigo uma reflexão:

Na porta da sala, estava a diretora e aquela que seria nossa professora a nos esperar. E hoje, a leitura que faço é que elas, naquele momento, já avaliavam, identificavam nossa posição econômica na pirâmide social e previam nosso futuro. Após esse breve instante de olhar avaliativo, a professora indicava a direção para qual deveríamos seguir. Assim a sala de aula foi sendo desenhada — meninas de um lado e meninos, do outro. Eu me lembro de que estávamos agitados e barulhentos. Fiquei meio decepcionada, confesso. As paredes de dentro da sala eram iguais às de fora. Nenhuma cor (Montejano, 2022, p. 101).

Após a apresentação da professora Ionara, tornou-se perceptível a sua inexperiência e indelicadeza com as crianças. De modo autoritário, e automático, ela fez um discurso para incutir medo nos alunos, ao afirmar que eles não poderiam, de modo algum, interrompê-la, e que ela iria ensiná-los a ler, escrever, fazer contas e aprender “a ser gente”. A menina se sentiu instigada a perguntar o que a professora queria dizer com a expressão “aprender a ser gente”, por isso, disse que não havia entendido, e logo a sua curiosidade foi encarada como algo negativo por sua professora, como um tipo de afronta ou, até mesmo, desrespeito. Como castigo, a criança foi obrigada a sentar na fileira dos meninos, e a permanecer em absoluto silêncio.

Isso porque “o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar” (Perrot, 2005, p. 10). Entretanto, essa tentativa de silenciamento e humilhação não surtiu o efeito esperado. E a menina fez amizade com boa parte dos meninos e percebeu que todos eles eram iguais a ela. Conversaram e brincaram, “coisa que só acontece com as crianças. Sem julgamentos, sem maldade” (Montejano, 2022, p. 110). Desse modo, ela teve um vislumbre do que, mais tarde, entenderia como igualdade de gênero. Compreendeu também que seus colegas tinham as mesmas dúvidas que ela, mas tinham muito medo da professora, por isso, silenciavam-se.

Contudo, no dia seguinte, a curiosidade da menina passou a ser encarada como algo positivo. A professora havia perguntado por que as outras meninas estavam tão inquietas, e a protagonista respondeu, prontamente: “Acho que elas querem brincar com os meninos e descobrir com a gente como é que a gente vira gente” (Montejano, 2022, p. 113). A professora Ionara perdeu a fala, ficou espantada e pensativa. Mas, ao contrário do que todos esperavam, ela não gritou ou criou novos castigos. Pediu desculpas

à turma e ficou totalmente constrangida com o seu comportamento hostil. E, finalmente, chamou a protagonista por seu nome: Eduarda.

Nome que carrega consigo o ponto central da narrativa, ao significar “guardiã ou protetora de riquezas ou de bens”. No conto, Eduarda exerce o papel de protetora da sabedoria e do conhecimento. Assim, a criança “antes retratada de forma modelar, com obediência e passividade, agora rompe com a normatização do mundo dos adultos na busca de liberdade de expressão e de pensamento, além da valorização da capacidade infantil de inventar e imaginar novas realidades, deslocando verdades cristalizadas” (Soares & Carvalho, 2015, p. 80). Por sua vez, Ionara quer dizer literalmente “pomba”, simbolizando a paz. Mas esse nome só assume o seu real significado, após a intervenção da pequena menina.

Logo a professora explicou o motivo de sua agressividade. Aquele também fora o seu primeiro dia de aula, por essa razão, estava nervosa e acabou repetindo as atitudes e palavras que aprendeu quando era aluna, com seus professores tradicionais. Além disso, os seus colegas, que tinham uma carreira mais prolongada no magistério, haviam lhe aconselhado a “ser firme no primeiro dia”. Dessa forma admitiu o seu erro, e disse, em um tom suave: “Quero muito ensinar vocês a ler, a escrever, a contar histórias e a pensar. Quero aprender com vocês a crescer e a me tornar uma boa professora. Uma boa pessoa. Vocês me ajudam?” (Montejano, 2022, p. 115). A pequena menina lhe havia ensinado uma valiosa lição: a escola deve ser um ambiente acolhedor, que respeite e, na medida do possível, lide com a ansiedade, os medos e a curiosidade infantil.

Desde o início do conto a narradora evidencia que as crianças também devem ser vistas como importantes sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, segundo Esopo, “ninguém é tão grande que não possa aprender, nem tão pequeno que não possa ensinar”. A protagonista conclui a narrativa explicando que, enfim, compreendeu o que faz com que uma pessoa aprenda a “ser gente”: conseguir falar e ser ouvido, bem como pensar coletivamente. De acordo com Soares e Carvalho (2015), ao longo do tempo, a criança foi submetida à obediência e reprodução de “bons comportamentos”, mas, atualmente, “passa a ocupar um papel bem mais importante, passa a ter voz. Assim, há uma dessacralização não só na representação da menina, mas nas relações familiares e sociais” (p. 82).

Portanto, a protagonista representa uma subversão dos papéis sociais da menina, ao ter como principal atributo a curiosidade que, por tantas vezes, foi brutalmente silenciada nas mulheres, condenando-as, até mesmo à fogueira. Eduarda simboliza o empoderamento feminino e a igualdade de gênero. Comprova que não se pode mudar algo repetindo velhos modelos e preconceitos desgastados. Consequentemente, é uma personagem que desestabiliza rotinas e olhares estreitos. Após essa breve investigação da representação da menina em *Se Não Entender, Pergunte*, daremos prosseguimento à análise da obra *Fio de Prata* (2022), de Margarida Montejano, através do estudo da figura feminina no conto *A Mão e o Espelho*.

A mulher

O conto *A Mão e o Espelho* (2022) é narrado em primeira pessoa pela protagonista, que se chama Márcia. A personagem lembra de um episódio que ocorreu quando ela tinha, aproximadamente, 20 anos de idade. Em uma sexta-feira, no interior de São Paulo, na agência bancária onde trabalhava, o movimento de clientes estava baixo, por isso, Márcia e seu amigo Jorge estavam conversando, para passar o tempo. Ele, então, a desafiou a usar algum de seus talentos para que eles saíssem daquele estado de sonolência e tédio. Logo a protagonista teve uma ideia: iria fingir que praticava a quiromancia (ato de ler as mãos e adivinhar o futuro). Assim, fez uma previsão do futuro de seu amigo, com base nas informações que sabia sobre ele, considerando as possibilidades.

Ela disse que Jorge iria se transferir de agência, pois seria promovido em breve e, que após sua formatura, iria se casar com uma jovem que não era a sua atual namorada. Ele ficou um tanto pensativo e desconfiado, mas não questionou o presságio que lhe fora dado. Enquanto isso, Márcia se divertia às custas da ingenuidade do seu colega de trabalho. Tudo que dissera era provável que acontecesse. Jorge estava prestes a se formar, era um funcionário excepcional e estava enfrentando uma grande crise em seu namoro. Em consequência disso, a formatura, a promoção e o novo relacionamento eram fatos. Algum tempo se passou e ele realmente foi promovido e teve de mudar de cidade, a notícia alegrou a protagonista, mas também a deixou com saudades do amigo.

Com o transcorrer do tempo, Márcia se esqueceu da brincadeira e continuou trabalhando no mesmo banco. Em uma manhã, antes do expediente começar, ela recebeu uma visita inesperada, era ninguém menos que Odete, a mãe de Jorge. Ela, então, pediu uma conversa particular. Na cozinha da agência bancária, a senhora, com aflição e lágrimas nos olhos, implorou que a jovem lesse o futuro nas palmas de suas mãos, como fizera com Jorge. Tudo havia se cumprido, ele agora trabalhava em uma outra cidade, após a promoção, estava formado e tinha se casado com uma mulher encantadora. Ela também queria saber como seria sua vida, daquele momento em diante, pois estava completamente sem esperanças.

Assim, Odete lhe falou “da traição e separação do marido que tanto amava, das dificuldades que tinha com os filhos mais novos e do medo de não conseguir lutar e seguir sozinha, pois estava a ponto de desistir de tudo. Ela desabou ali e contou-me de suas dores. A mim, uma mulher desconhecida” (Montejano, 2022, p. 78). Consumar uma separação não é algo muito simples, uma vez que a convivência entre os cônjuges leva a dependência emocional. Desse modo, muitos casais tendem a ignorar os problemas do relacionamento, simplesmente, para permanecerem juntos, até que a situação se torne insustentável, e, resulte no divórcio. A crença ilusória de que a felicidade só pode ser encontrada no amor, que surge no casamento, induz a uma dor intensa no momento da separação.

Além disso, de acordo com Dalcastagnè (2015, p. 147), a relação entre mãe e filhos é permeada por “sentimentos pouco definidos [...] que, uma vez consolidados, podem se transformar em obrigações, tão mais prementes quanto mais vagas elas se apresentarem. E é nesse caldeirão que se requeimam os ressentimentos, as culpas, as frustrações de lado a lado”. Assim encontrava-se Odete, dividida entre a dor advinda do divórcio e o medo de não conseguir criar seus filhos sozinha. Havia dedicado sua vida àquele casamento, por isso, era dependente emocional e financeiramente. Nessa situação desesperadora, ela tomou a decisão de falar com a mesma mulher que previu tanta fartura e felicidade ao seu filho mais velho.

Márcia, primeiramente, explicou que aquilo fora uma mera coincidência. Ela não praticava a quiromancia, e estava apenas brincando com seu amigo Jorge, para vencer a monotonia. Mas a senhora não acreditou e continuou insistindo e estendendo as mãos para a jovem, pois precisava ouvir algo que lhe desse motivos para continuar. Percebendo

o sofrimento daquela mulher, a protagonista prontamente lhe ofereceu um ombro amigo, ouviu suas dores e chorou junto com ela. Quando Odete estava mais calma e recomposta, Márcia lhe disse que ela conseguiria enfrentar aquele momento difícil com a força, coragem e amor que somente as mulheres possuem. Essas palavras simples deram um novo ânimo àquela mulher.

“Quando a ouvi, entendi o quanto precisamos, nós mulheres, umas das outras e, não importa o quanto somos próximas ou distantes, nos fortalecemos quando estamos juntas. Quando nos ouvimos, quando nos damos as mãos!” (Montejano, 2022, p. 83). Nesse instante, Márcia — cujo nome significa “guerreira”, e que é atribuído a alguém que luta por grandes causas — enfim, aprendeu o significado da palavra sororidade. Segundo Leal (2009), esse termo provém do latim *soror*, que quer dizer “irmã”, por isso, denomina um tipo de “solidariedade específica entre mulheres e tem se popularizado em diversos âmbitos midiáticos, especialmente na internet, um espaço primordial para a expansão do feminismo [...] teria o potencial de mostrar às mulheres a maneira correta de agir umas com as outras” (p. 09).

Um longo tempo se passou, e muitas mudanças aconteceram na vida da protagonista. Desligando-se do banco, ela foi morar no Rio de Janeiro, onde se formou, tornando-se professora, bem como se casou. Um dia, quando estava em uma farmácia da sua cidade natal, foi surpreendida por uma mulher já envelhecida. Era Odete, cujo nome remete a alguém que possui muitas riquezas, que podem ser também virtudes, e não somente bens materiais. Assim como no conto *Se Não Entender, Pergunte*, analisado anteriormente, o nome dessa personagem só assume o seu real significado, após o encontro com a protagonista. Isso porque, segundo a própria Odete, as palavras de apoio e esperança, proferidas por Márcia, a impulsionaram a reconstruir sua vida, deram-lhe autoestima e autonomia. Desse modo, ela conseguiu criar seus filhos sozinha e aprendeu o importante caminho do amor-próprio.

Então, a protagonista lhe respondeu: “Quanto às palavras ditas naquele dia, é preciso que eu lhe diga: mirei os seus olhos marejados e, naquele momento, eles pareciam um espelho. Um espelho refletindo... e, o que eu neles lia e repetia em voz alta, eram os seus desejos” (Montejano, 2022, p. 84). Aliás, a narrativa finaliza com a revelação do objeto que Márcia estava comprando na farmácia, um espelho. Vale ressaltar que, de acordo com Chevalier & Gheerbrant (2001), uma das simbologias desse objeto é a

adivinhação, pois o espelho, é, por vezes, considerado um objeto mágico, capaz de reverberar passado, presente e futuro. É um dos modos mais antigos utilizados para fazer previsões.

Dessa forma, o título do conto, *A Mão e o Espelho*, ganha um significado mais amplo, ao remeter às ideias de mistério e adivinhação, mas também de sororidade, na medida em que as mulheres são reflexos umas das outras, e unidas tornam-se mais fortes. Portanto, Márcia e Odete representam as duas faces de um mesmo espelho. Enquanto a primeira trata-se de uma figura feminina inserida no mercado de trabalho, consciente do seu valor e direitos. A segunda é o retrato de uma mulher que trabalha incessantemente, mas sem remuneração, como dona de casa e mãe em tempo integral. Somente unidas, elas defrontam-se com verdades, antes desconhecidas ou ignoradas: a importância da empatia e do amor-próprio. Diante disso, após esse estudo acerca da representação feminina em *A Mão e o Espelho*, a seguir, procederemos à leitura de *O Fio de Prata*, a fim de compreender como a mulher idosa é retratada, no referido conto de Montejano.

A idosa

O conto *O Fio de Prata* (2022) é narrado em primeira pessoa por uma protagonista, inicialmente, anônima. Essa personagem está no sul de Minas Gerais, hospedada em uma casa antiga, mas bem conservada, que havia sido transformada em uma pensão. Boa parte da narrativa gira em torno de Maria Teresa, uma mulher quase centenária, muito gentil, lúcida, e que é proprietária da pensão. Nas horas vagas, é uma contadora de histórias nata. Em uma noite, durante uma forte tempestade, um raio atinge os fios elétricos e deixa todos em completa escuridão: “Aproveitando a nostalgia que a ausência de luz provocava naquela noite e, entre uma respiração profunda e pausas prolongadas, minha anfitriã contava sobre as lembranças antigas daqueles dias que habitavam sua existência” (Montejano, 2022, p. 124).

Desde o início do conto é perceptível um ar de mistério que paira sobre essa antiga construção. A protagonista nota algo curioso, não há espelhos. Por isso, indaga sua anfitriã que responde, prontamente, que nunca houve um espelho sequer naquela casa. Assim a narradora-personagem dá voz à Maria Teresa. Logo, ela demonstra,

minuciosamente, que esse temor havia um motivo. Há um longo tempo, ela estava sentada naquele mesmo lugar juntamente com seus filhos, marido e sogra, iluminados apenas por uma vela. Para vencer a monotonia, Maria contava a história do espelho de Narciso, que se apaixonou pela própria imagem refletida na fina lâmina das águas de um rio. Sua sogra lhe interrompeu, com uma voz embargada, dizendo que não suportava espelhos, e, por isso, eles não tinham nenhum em casa.

Quando a sogra de Maria Teresa era jovem, recebeu um espelho de presente de um cigano. Contudo, não se tratava de um espelho comum, ele tinha um certo tipo de magia que refletia os desejos secretos das pessoas. Por esse motivo, a jovem enxergou a bela imagem do cigano, e percebeu que estava apaixonada por ele. Entretanto, não passava de um amor platônico, e o rapaz estava apenas de passagem pela vila onde ela morava. Deixou-lhe o espelho e partiu sem se despedir. Apesar disso, a jovem via no espelho mágico que o cigano iria retornar. Isso, porém, não aconteceu. E a senhora prosseguiu: “Acho que me afoguei naquele espelho. Nunca mais quis ver minha face. Seguimos em frente e sem um espelho sequer em nossas vidas [...] Penso que o espelho só serve para nos iludir” (MONTEJANO, 2022, p. 129).

Maria Teresa diz que passou um bom tempo ponderando aquele relato. Pensou no pesadelo de Narciso, ao ser condenado a apaixonar-se por si mesmo e no sofrimento de sua sogra, que por ter sido iludida, se recusava a encarar um espelho novamente. E, sem nenhuma explicação prévia, impôs o inusitado hábito de nunca ter esse objeto em casa. Mas a contadora de histórias complementa: “O fato é que nós nos acostumamos. O aço da faca, o brilho das panelas e do chão encerado eram nossos espelhos. Ele não nos fazia falta” (Montejano, 2022, p. 132). Ou seja, apesar de não compreender, em momento algum, ela questionou a sua sogra. E como na maioria das tradições, se conformou com aquele hábito e passou a reproduzi-lo, mecanicamente, por todos os anos de sua longa vida.

A protagonista, então, retoma a palavra e comenta que a sala tinha outros ouvintes, porém todos estavam quietos, ainda impactados pela história narrada pela anfitriã. Por esse motivo, a mulher anônima tenta, em vão, contar outra história, mas todos os seus pensamentos estão concentrados na figura do espelho. Desse modo, o conto apresenta um interessante jogo intertextual, ao citar músicas, textos literários, e, até mesmo, filosóficos que tem o espelho como tema central. Assim, além do referido mito

de *Narciso*, a protagonista cita o conto *O Espelho* (1882), de Machado de Assis; o poema *Retrato* (1939), de Cecília Meireles; alguns pressupostos filosóficos de Merleau-Ponty (1999); a canção *Dueto* (2017), de Chico Buarque, a *Bíblia*, dentre tantos outros textos. A narradora-personagem fica absorta em seus pensamentos, a tal ponto que se indaga: “Estarei presa em algum espelho? A pausa agora era minha... Não conseguia pensar em nada com nexos. Fiquei atordoada com a quantidade de espelhos que havia em minha existência” (Montejano, 2022, p. 134).

E prossegue sua reflexão: “Assombrou-me o reflexo do espelho d’água nos olhos de Narciso, a visão confusa da história do espelho da Nona, narrada por dona Maria Teresa e a lembrança dos olhos marejados de Odete, aquela que um dia eu segurei as mãos, lendo seu futuro” (Montejano, 2022, p. 135). Logo a identidade da protagonista é revelada, a mulher anônima é, na verdade, Márcia, a mesma narradora-personagem do conto *A Mão e o Espelho*, ou seja, *O Fio de Prata* é uma continuação dessa narrativa. Isso porque Margarida Montejano utiliza a técnica *mise en abyme*, que de acordo com Garcia (2008), é caracterizada como “elemento de duplicação interior, história dentro da história; é um dos recursos mais eficazes para se obterem coincidências bem construídas. Oferece-se como procedimento retórico válido na produção de interessantes jogos de espelhos dentro da narrativa” (p. 129).

Por fim, Márcia diz a Maria Teresa que quase não conseguiu dormir naquela noite, por estar pensando no modo como nossas existências são repletas de espelhos. A sábia senhora, então, fez um breve silêncio e, em seguida, falou algo, que aos ouvidos da protagonista pareceu uma síntese do que seria o fio de prata citado em Eclesiastes 12, “em relação à tríade do tempo nascer-viver-morrer” (Montejano, 2022, p. 136): nós devemos zelar pelo intervalo existente entre os dois extremos da vida, pois ele carrega consigo a beleza e as surpresas da existência. Vale ressaltar ainda que o conto *O Fio de Prata* (2022) dá nome ao livro de Margarida Montejano.

Conforme Alves (2021), a mulher idosa “começa a hesitar, a enfraquecer diante das pressões, não raro sujeitando-se ou anulando-se. É nesse momento, mais do que em qualquer outro, que se mostra importante o ecoar de outras vozes que, juntas, formulem um grito de resistência em seu favor” (p. 06). Nesse sentido, o conto *O Fio de Prata* (2022), de Margarida Montejano, impõe-se como uma leitura fundamental, ao destacar a personagem Maria Teresa, cujo nome significa “senhora soberana natural de

Tera”. Tera é uma ilha grega, que provém do grego *ther*, que significa “animal selvagem”. Dessa forma, o nome da anfitriã remete às ideias de poder e ancestralidade. É, portanto, uma valorização da mulher envelhecida, e da sabedoria adquirida com o decorrer dos anos.

Conclusão

De acordo com Simone de Beauvoir (1975), em uma entrevista concedida ao programa *Questionnaire*, “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. Diante disso, a literatura de autoria feminina manifesta-se como importante arma de combate contra as desigualdades de gênero, ao dar voz e poder às mulheres. Nesse sentido emergem as narrativas de Margarida Montejano, em *Fio de Prata* (2022). Ao longo do presente artigo, analisamos apenas três, dos sete contos que compõem esse livro, contudo, o feminino sobreleva-se como principal temática, no decorrer da obra em questão.

Como foi mencionado anteriormente, nossa pesquisa seguiu a lógica do mito grego das Moiras, e, por isso, foram apresentadas as figuras da menina, mulher e idosa, simbolizando, respectivamente, os tempos passado, presente e futuro. As Moiras são uma tríade que traz unidade, assim como as diferentes gerações das personagens de *Fio de Prata* (2022), de Montejano, refletem a mulher de modo geral. A protagonista Eduarda, em *Se Não Entender, Pergunte*, representa uma subversão dos papéis sociais da menina, ao ter como principal atributo a curiosidade e simbolizar o empoderamento feminino e a igualdade de gênero. O conto *A Mão e o Espelho*, por sua vez, apresenta, através das histórias entrelaçadas de Márcia e Odete, a importância da sororidade, autonomia e amor-próprio.

Por fim, *O Fio de Prata*, remete às ideias de ancestralidade e poder, por intermédio da personagem Maria Teresa, uma mulher quase centenária, que é símbolo da sabedoria adquirida com o tempo. Portanto, conforme Patrícia Cacau afirma, no prefácio do livro: “Se olho para o passado, eu também fui. Se miro o presente, eu também sou. Se lanço meu olhar para o futuro, eu serei. E todas estão em mim. Vejo que também sou espelho. Na verdade, é só um fio de prata que me separa da mulher (o humano) que desejo

ser” (2022, p. 06). Vale ressaltar que esse é um trabalho pioneiro, uma vez que contribui, mas também demarca o início, da fortuna crítica de Margarida Montejano, elencando a figura feminina como um elemento relevante em sua obra. E, por isso, possibilita outras leituras e reflexões, bem como permite novas perspectivas de investigação e diálogo com outras esferas do conhecimento científico, tais como Psicanálise, Filosofia, Sociologia, dentre outras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiane da Silva. As mulheres velhas (r)existem: algumas notas sobre a velhice feminina e sua presença na Literatura Brasileira do início do século XXI. In: *Anuário de Literatura*. Florianópolis, v. 26, 2021.

ASSIS, Machado de. O Espelho [1882]. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. *Por que sou feminista?* Entrevista concedida ao programa “Questionnaire”, em 1975. Disponível em: <<https://bit.ly/3zr52O9>>. Acesso em: 20/10/23.

BÍBLIA. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.

BUARQUE, Chico. *Dueto*. Disponível em: <<https://bit.ly/3cy80aw>>. Acesso em: 20/10/23.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. Espaço de cumplicidade: a representação da figura materna na literatura brasileira contemporânea. In: *Revista Cerrados*, [S. l.], v. 8, n. 9, 2015.

_____. Ilusão e referencialidade: tendências da narrativa brasileira contemporânea. In: *Signótica*, v. 19, 2007.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.

_____. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 21. Brasília, janeiro/junho de 2003.

EVARISTO, Conceição. *A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira* (entrevista). Disponível em: <<https://bit.ly/cYlvJw>>. Acesso em: 20/10/23.

GARCIA, Maria José Ladeira. A mise en abyme em inventário do inútil de Elias José. In: *Verbo de Minas: letras*. Juiz de Fora, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008.

JACOME, Mirele Carolina Werneque. PAGOTO, Cristian. Cultura patriarcal e representação da mulher na literatura. In: *Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu*, v. II, nº 1, 1º semestre de 2009.

LEAL, Tatiane. *A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MEIRELES, Cecília. Retrato [1939]. In: *Poesia completa de Cecília Meireles*. Organização de Antonio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção* [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEJANO, Margarida. *Fio de Prata: Contos*. São Paulo: Scenarium, 2022.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. Os (não) adaptados: a experiência urbana na obra de Rubens Figueiredo. In: RESENDE, Beatriz. FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

RESENDE, Beatriz. FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

SOARES, Livia Maria Rosa. CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. A representação da menina e da mulher no conto de fadas moderno: novos destinos em “Além do bastidor” e “A moça tecelã” de Marina Colasanti. In: *Revista Signo*, vol. 40, nº 68, 2015.

O mito de Apolo e Dafne em confluência com os aspectos da poesia árcade no soneto XIII, de Cláudio Manuel da Costa

Isabella do Amaral Martins⁴⁵

Millena Chaves Fortes⁴⁶

Thaís Viégas de Pinho⁴⁷

RESUMO: Este estudo parte de uma análise do Mito de Apolo e Dafne na obra *Soneto XIII* de Cláudio Manuel da Costa, inconfidente e poeta da Arcádia Brasileira. Além de compreender as suas principais características, traremos um olhar sobre a influência das narrativas mitológicas sobre esse período de escrita da poesia brasileira. Dessa maneira, analisaremos a forma em que o poeta se vale do mito para expressar o seu descontentamento amoroso, como também as manifestações dos aspectos que são próprios de uma poesia árcade. Como procedimento metodológico, nos valem dos preceitos da Literatura Comparada, a qual realizamos um levantamento bibliográfico de estudos relacionados ao tema, como a de Junito Brandão com *O Mito de Apolo: Epidauro e o Oráculo de Delfos* (1987), os estudos de Melânia Aguiar em *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa* (1973) e a obra de Massaud Moisés a respeito da *A literatura brasileira através dos textos* (2012).

Palavras-Chave: Arcadismo; Mitologia Greco-Latina; Apolo e Dafne.

ABSTRACT: This study starts from an analysis of the Myth of Apollo and Daphne in the work *Soneto XIII* by Cláudio Manuel da Costa, an inconfidant and poet from the Brazilian Arcadia. In addition to understanding its main characteristics, we will take a look at the influence of mythological narratives on this period of writing Brazilian poetry. In this way, we will analyze the way in which the poet uses myth to express his romantic discontent, as well as the manifestations of aspects that are typical of Arcadian poetry. As a methodological procedure, we used the precepts of Comparative Literature, which carried out a bibliographical survey of studies related to the topic, such as that of Junito Brandão with *The Myth of Apollo: Epidauros and the Oracle of Delphi* (1987), the studies of Melânia Aguiar in the game of oppositions in the poetry of Cláudio Manuel da Costa (1973) and the work of Massaud Moisés regarding Brazilian literature through texts (2012).

Keywords: Arcadism; Greek-latin Mythology; Apolo and Dafne.

⁴⁵ Graduanda no curso de licenciatura Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: isabellaamaralmartins84@gmail.com.

⁴⁶ Graduanda no curso de licenciatura Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

⁴⁷ Mestre pelo Programa interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão com bolsa Capes; Licenciada em letras com habilitação em espanhol pela Universidade Federal do Maranhão; Pesquisadora membro do grupo de estudo de paisagem em literatura – Geplit.

INTRODUÇÃO

O Arcadismo, ou movimento árcade, foi um forte movimento estético literário difundido pela Europa no século XVIII, no mesmo período em que se desenvolveu a Revolução Industrial, sob forte influência do Iluminismo. Também conhecido por Setecentismo, ou Neoclassicismo, buscava-se reviver os valores estéticos do período clássico, mas principalmente, combater o ultrapassado modelo Barroco. Segundo estudiosos como Massaud Moisés (2012) a imitação dos modelos greco-latinos, é uma das primeiras características que configuram esse movimento. E para além disso, prezavam por tudo aquilo que havia sido deixado de lado na era barroca, como a louvação à vida simples, à natureza e as virtudes do espírito.

Nesse momento, o homem passa a se concentrar no campo como um ideal de vida, já que o Árcade tem a ver com a Arcádia, lugar de paz e tranquilidade que remete à Grécia antiga, onde os pastores vivem em uma sincera harmonia. Estes preceitos são muito bem expressos as figuras e metáforas que foram incorporadas ao Arcadismo, como o *fugere urbem*, a fuga da cidade para o campo, que remota os ideais dos poetas e escritores. Assim como, o *locus amoenus*, o lugar idealizado da vida serena, natural e bucólica. Contrapondo, assim ao luxo, as riquezas e ambições. O que nos leva a terceira figura, a *aurea mediocritas*, justamente essa oposição aos exageros e apreço pela simplicidade e tranquilidade da existência.

Retomando os Neoclássicos, os árcades se inspiraram nos modelos greco-latinos e renascentistas, a arte parte da imitação da natureza. O arcadismo no Brasil expressou as suas particularidades, ainda que incorporando os preceitos daquilo que migrou da Europa, houve características advindas do movimento inconfidente que acontecia naquele mesmo período. A literatura produzida no Brasil de 1768, era de natureza predominantemente poética, pastoril, mas que também versava com o sistema político e os interesses regidos pelo poder.

Figurava uma expressão poética corrente naquele tempo e era considerada uma forma de poesia regular. Expressava o encômio na poética brasileira por meio de gêneros específicos como o panegírico. A poesia da época era uma produção em conformidade com o poder político do Antigo Regime. Conforme Ivan Teixeira, é compreensível que houvesse essa integração entre discurso poético e o sistema do

regime político, já que a poesia residia numa forma de comemoração e reafirmação do poder. (Centurión, 2016, p.26).

Portanto, a caracterização da poesia árcade e o contexto no qual estava inserido o poeta Cláudio Manuel da Costa e as ideologias presentes e predominantes de alguns acontecimentos históricos, nos fazem compreender como os elementos árcades, as representações, a poesia bucólica e pastoril, a exaltação da natureza, a inquietação amorosa e platônica por Nize (sua musa mais frequente) podem ser pertinentes nas obras do autor.

Nascido em 5 de junho de 1729, na Cidade de Mariana-MG, Cláudio Manuel da Costa frequentou o Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro e, posteriormente, em 1749, mudou-se para Coimbra para estudar direito. Após regressar para o Brasil, entre 1762 e 1765, Cláudio Manuel da Costa passa a trabalhar na secretaria do Governo da Capitania e, em 1768, publica suas obras poéticas, cujas tornaram-se um marco em sua carreira poética.

Ademais, Cláudio Manuel da Costa fez parte da Inconfidência Mineira e, conseqüentemente, foi preso, em seguida, no dia 4 de julho de 1789 quando comete suicídio por causa de uma profunda depressão. Diante disso, Cláudio deixou várias obras poéticas e entre elas estão: O poemeto épico *Vila Rica* (1839), *Obras Poéticas* (1903) que reúne todo seu arquivo literário e *O Parnasano Obsequioso* (1931). Neste estudo, debruça-se sobre o Soneto XIII, com a finalidade de discutir tanto os aspectos árcades presentes em sua poética, como também a persistência do mito de Apolo e Dafne como modelos da tradição clássica.

A relação entre o mito e o soneto

A imitação de outros poetas no processo de criação poética perdurou perpassa por movimentos estéticos literários como o Classicismo, Barroco, Arcadismo e ao longo da tradição clássica. Até sofrer uma ruptura pelos interesses do movimento romântico, que rompe com os preceitos da imitação. O fazer poético estava associado à imitação (*imitatio*), ou seja, quanto mais fontes o texto se recorria aos clássicos, maior seria o seu valor literário. Beber de uma fonte significava conhecimento e assimilação dos poetas

modulares, segundo Dantes, uma forma de atingir a perfeição da criação poética. Vejamos:

Contudo, distingue-se dos grandes poetas, isto é, dos sujeitos a normas, porque aqueles compuseram os seus poemas em língua notável e com arte normativa, enquanto estes o fazem apenas sujeitos à causalidade, como já se disse. Precisamente por isto, acontece que, quanto mais fielmente os imitamos, com maior correção fazemos as nossas poesias. (Dante, 1982 *apud* Santos, 2016).

A tradição clássica nos modelos da imitação parte do princípio de que os grandes poetas são todos aqueles que produziram em língua notável e com um parâmetro de arte a qual o autor chama de normativa. Estes serviam não só como modelos, moldes, aos escritores e poetas, mas também como uma espécie de “correção” ao fazer poético. Sendo assim, quanto mais fiel fosse a imitação nos textos poéticos, maior seria a correção desses textos. Isto significa que mais adequado aos quesitos da normativa artística ele estaria de alcançar.

Adentraremos à obra de Cláudio Manuel da Costa e, desse modo, é bastante relevante destacar que esta obra poética está aberta para várias concepções com base nos estudos literários da Literatura comparada. Na Mitologia grega, Apolo era um dos deuses greco-latinos que se representavam como a divindade solar, sendo alto, formoso e muito belo e, também, é visto como a divindade da juventude e da luz e através da sua beleza e das suas habilidades, ele era desejado tanto por mulheres quanto por homens. “Muitas foram as vitórias e os fracassos amorosos do deus Sol e a lista poderia ser ainda grandemente ampliada.” (Brandão, 1987, v.2, p.88).

O mito do deus Apolo e da ninfa Dafne, aborda como o deus do sol grego foi induzido a se apaixonar por uma ninfa ao ser atingido por uma flecha de ouro do deus Eros, que também acertou Dafne com uma flecha de chumbo e faz a ninfa não corresponder ao amor de Apolo. Apolo, porém, começou a persegui-la e ela se sentiu horrorizada ao pensar em amar, preferindo caminhar pelos bosques e caçar.

Foi assim que, apesar da beleza de Apolo, a ninfa não lhe correspondeu aos desejos, mas, ao revés, fugiu para as montanhas. O deus a perseguiu e, quando viu que ia ser alcançada por ele, pediu a seu pai Peneu que a metamorfoseasse. O deus-rio atendeu-lhe as súplicas e transformou-a em loureiro, em grego δάφνη (dáphne), a árvore predileta de Apolo. (Brandão, 1987, v.2, p.87).

Nesse viés, enquanto Apolo permaneceu engajado a perseguir e suplicar pelo amor de Dafne, que extasiada pela flecha de Eros se recusava a se aproximar dele,

devastado pelo amor não correspondido, após Apolo testemunhar sua transformação torna-a sua árvore sagrada, trazendo-a sempre consigo em um ramo de louros. Uma das características do Arcadismo era preservar, resgatar e utilizar como referência alguns elementos da mitologia clássica e as suas inúmeras figuras mitológicas. Sendo assim, realizamos uma análise metodicamente crítica, entre o soneto XIII de Cláudio Manuel da Costa e o mito greco-latino de Apolo e Dafne, efetuando uma analogia como recurso literário para as similaridades presentes em ambos.

SONETO XIII

Nise? Nise? Onde estás? Aonde espera
Achar-te uma alma, que por ti suspira;
Se quanto a vista se dilata, e gira,
Tanto mais de encontrar-te desespera!

Ah se ao menos teu nome ouvir pudera
Entre esta aura suave, que respira!
Nise, cuidado, que diz; mas é mentira.
Nise, cuidei que ouvia; e tal não era.

Grutas, troncos, penhascos da espessura,
Se o meu bem, se a minha alma em vós se esconde,
Mostrai, mostrai-me a sua formosura.

Nem ao menos o eco me responde!
Ah como é certa a minha desventura!
Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde? (Moisés, 2012, p.92)⁴⁸

Portanto, assim como no mito citado anteriormente, em que a divindade solar persegue de forma obsessiva, pois anseia por achar a ninfa amada. No soneto de Costa, é notório a presença do descontentamento amoroso conforme no primeiro verso da segunda estrofe "Ah se ao menos teu nome ouvir pudera" pois além de clamar pela sensação de ouvir seu nome, ele expressa o anseio e o incontentamento pela ausência de Nise. Em sequência, no último verso da quarta estrofe "Nise? Nise? onde estás? onde? onde?" o eu-poético novamente questiona onde ela se encontra e destaca novamente a sua busca incessante para encontrar sua estimada.

⁴⁸ O Soneto de Cláudio Manoel da Costa foi encontrada e analisado através da obra de Massaud Moisés *A literatura brasileira através dos textos* (2012), por esses motivos, a citação do texto está referenciada com o nome do autor da obra e não do poeta.

Com base nessa concepção, é de suma importância ressaltar que apesar de ocorrer de formas diferentes, tanto no mito quanto no soneto citado, Cláudio Manuel da Costa realiza uma comparação e utiliza uma das características árcades que é o caso do descontentamento amoroso com intuito de expressar um sentimento de insatisfação e frustração do eu-lírico para encontrá-la, utilizando como referência alguns elementos e duas figuras da mitologia clássica com intuito de aperfeiçoar e expressar as emoções e pensamentos expostos ao decorrer do poema.

Nessa perspectiva, é relevante abordar os aspectos bucólicos presentes no soneto em questão, visto que esses pontos são uma característica predominante no Arcadismo. As musas da mitologia grega eram ninfas que representavam elementos da natureza e Dafne era a filha do rio-deus Peneu, isto é, ela era a ninfa da natureza, assim sendo, há uma ligação desse fato com os aspectos bucólicos do Arcadismo, outrossim, as ninfas tinham como habitat as fontes, lagos, riachos, rios, florestas, bosques e montanhas e, nesses lugares, viviam livres e independentes.

Dessa forma, no soneto é perceptível a presença do bucolismo na terceira estrofe em "grutas, troncos, penhascos da espessura", nesse sentido, relacionando os aspectos bucólicos com a mitologia greco-latina referenciada por Cláudio Manuel da Costa, é notório que a amada (Nise) foge e tenta se esconder do eu lírico com o intuito de não querer esse amor conforme citado anteriormente.

Logo, por ser um atributo de suma importância no movimento árcade, Cláudio Manuel da Costa enriquece seu poema abordando a analogia entre o mito citado e o soneto, uma vez que esse mito traz aspectos da natureza, como, por exemplo, árvores e ramos, diante disso, a relação existente entre ambos é bastante relevante para a obra de um poeta árcade, pois uma das particularidades do Arcadismo é a valorização e a busca pela vida no campo.

Diante disso, partindo do fato de que cada poeta possui seu estilo peculiar para criar obras poéticas, atentaremos à estética utilizada por Cláudio Manuel da Costa, sobretudo, no que concerne ao soneto mencionado. Em tal caso, no primeiro verso da quarta e última estrofe é dito o seguinte: "Nem ao menos o éco me responde", nesse sentido, Cláudio Manuel da Costa sugere ao leitor uma sensação de solidão e quietude em que nada se ouve e isso prevalece no poema, haja vista que o eu poético chama por Nise e ela não o responde. Por tratar-se de um estilo próprio do poeta, essa sensação de

solidão e silêncio são bastante comuns na poesia de Cláudio Manuel da Costa e está presente não só nesse soneto, mas também em outras obras e essa ideia de solidão e quietude nos transmite a sensação de que o eu poético busca excessivamente por alguém e não obtém nenhuma resposta.

Por conseguinte, o poeta representa tanto a solidão quanto o silêncio como um isolamento que ocorre mesmo sendo em um ambiente natural/bucólico, onde se busca o consolo e, também, Cláudio traz essa impressão da solidão como uma "mudez" que acontece para enfatizar o isolamento em que vive o eu lírico.

Considerações finais

Destarte, este ensaio crítico destaca a importância da abordagem mitológica clássica ser uma das características dos poemas árcades utilizada como referências por alguns poetas, visto que em algumas circunstâncias os aspectos mitológicos representam os sentimentos dos poetas ou determinados acontecimentos, em vista disso, Cláudio Manuel da Costa faz uso da figura mitológica analogicamente com a finalidade de estabelecer uma relação com os predicados presentes no Arcadismo e, conseqüentemente, em sua obra.

Desta maneira, é evidente que essa relação entre ambos deixa a obra do poeta rica em detalhes, pois situa-se como uma dimensão da mitologia greco-latina utilizada na época para realçar ideias que precisem de comparação, que em muitos momentos, necessita de conectivos para explicar o que sente, quando sente e porque sente dependendo da intenção poética. Então, levando em conta que Cláudio Manuel da Costa retoma as faces dos Clássicos, compreendemos o porquê ele retrata em seu *Soneto XIII* os traços do movimento árcade em consonância com o mito de Apolo e Dafne.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Melânia Silva de. **O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa**, 1973. p.134. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1973.

ALVES, Igor. Significados. **Características do Arcadismo**. Significados [S. 1.]. 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/características-do-arcadismo/>. Acesso em: 26. Jun. 2023.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1987. (volume II)

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CENTURIÓN, Pedro Guaglicano. **As naturezas nos sonetos de Cláudio Manuel da Costa**. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 209 p. 2016.

CHAMMA, Gladston Jafet. **Apolo e Dafne: uma história de amor não correspondido**. Jafet Numismática: São Paulo, [S. a.]. Disponível em: <https://jafetnumismatica.com.br/apolo-e-dafne>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 29 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 33 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

PEREIRA, Renata Gonçalves. **Ninfas, quem foram? História e importância para a mitologia grega**. Segredos do Mundo: [S. 1.], 2023. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/ninfas-mitologia/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTOS, Rui Manuel Formoso Nobre. **Nada se perde, tudo se transforma: a imitação dos modelos como princípio de criação artístico-literária**. Revista Investigações, Pernambuco, v.29, n.1, jan.2016.

VELOSO, Gabriela Lages. **O mar de vidro**. Belo Horizonte: Caravana, 2023.

Um mar de vidro e de emoções

José Neres⁴⁹

O mar é um dos elementos mais revisitados pelos amantes da literatura. Foi zingrando pelos mares que Ulisses enfrentou muitos dos mistérios que tentavam separá-lo de sua amada Penélope. Foi pelas ondas do mar que Dido pressentiu a partida de seu amado Enéias e então decidiu pôr fim à própria vida. É na empolgante narrativa de Victor Hugo intitulada *Os Trabalhadores do Mar* (1866) que muitas pessoas passaram a conhecer e a compartilhar a trágica sina de Gilliatt ao tentar enfrentar tanto as forças da natureza, quanto os desafios impostos pelo amor. É nas ondas mar que acompanhamos a obsessão do capitão Ahab em perseguir em eliminar a baleia Moby Dick.

É do mar também que pescamos um pouco da imensa solidão de Santiago, o protagonista de *O Velho e o Mar* (1952), obra-prima de Ernest Hemingway. É a partir do cenário marítimo que passamos a conviver também com o doentio ciúme de Mestre Severino, personagem marcante de *Cais da Sagração* (1971), de Josué Montello, e somos embalados pelos cantos de Guma, protagonista de Jorge Amado no poético romance *Mar Morto* (1936). Foi no mar também que Camões ambientou algumas das cenas mais emblemáticas de seu *Os Lusíadas* (1572). Quem não se lembra do episódio do Velho do Restelo, do Gigante Adamastor, da chegada dos navegantes à Ilha dos Amores?

O mar está presente em boa parte de nossa literatura. Seja como ambiente, seja como metáfora, seja como recordação. O mar emoldura toda uma tradição literária e serve como local propício para o contato com encantamentos e com personagens capazes de nos levar à reflexão sobre nosso ser e estar no mundo.

E agora, em pleno início de século XXI, a imensidão do mar, da terra e do próprio desconhecido Ser reaparece em aproximadamente setenta páginas do livro da jovem escritora Gabriela Lages Veloso, que já iniciou sua jornada, mas que agora

⁴⁹ Escritor, professor, crítico literário e membro das Academias Maranhense e Ludovicense de Letras. E-mail: joseneres.lettras@gmail.com.

decidiu enfeixar seus trabalhos poéticos em um livro com o significativo título de *O Mar de Vidro* (2023). Não o *Nariz de Vidro* (1984) já imortalizado por Mário Quintana, nem o *Coração de Vidro* (1964), romance de relativo sucesso de José Mauro de Vasconcelos, nem *O Jogo das Contas de Vidro* (1943), de Hermann Hesse, ganhador do Prêmio Nobel de 1946, mas sim *O Mar de Vidro* (2023), da maranhense Gabriela Lages Veloso...

Primeiro é preciso advertir que esse “Mar de Vidro” de que trata o título tem diversas significações. Tanto pode remeter à fragmentação do Ser, quanto à poluição, quanto às múltiplas fraturas sociais que são expostas nos versos do livro. De qualquer forma, é um livro de dilemas. E “Dilema” é, significativamente, o título de um dos poemas, que diz o seguinte:

*“Pessoas. Animais. Plantas.
Somos a natureza.
Então, por que ferimos a nós mesmos?*

*Para que tanta violência?
Fome é violência.
Desmatamento é violência.
Cárcere é violência.*

Ser ou não ser? Essa é a questão.” (p. 23).

Essa fragmentação de um vidro quebrado transparece também no estilo da autora, que não está preocupada em repetir formas e fórmulas, mas que não esconde suas referências e deferências com relação às suas leituras. Em alguns momentos, ela fragmenta também o discurso, mas sem romper seu fluxo e traz à memória do leitor o *Circuito fechado* (1978), que imortalizou Ricardo Ramos e *A Pesca* (1975), poema de Affonso Romano de Sant’Anna, em uma comprovação da tese do dialogismo defendido por Bakhtin e da intertextualidade, de Julia Kristeva conforme pode ser visto em “A Cidade”, que pode ser lido na página 24 do livro:

A Cidade.

*Trânsito.
Asfalto.*

*Luzes.
Pontes. Praças. Pedras.*

*Ruas.
Avenidas.
Rodovias.
Velocidade. Multidão. Lixo.*

*Casas.
Prédios.
Palafitas.
Rastros. Rostos. Restos.*

É possível notar nesses versos não apenas uma preocupação social, mas também um cuidado com a tessitura das palavras, com o ritmo dos versos, com o processo de logopeia associado ao de fanopeia, como nos ensinou Ezra Pound em seu *ABC da Literatura* (1934).

A divisão do livro se dá em três partes: *Gaia*, *Vênus* e *Atena*, todas elas bem articuladas entre si, com diversos poemas que já foram premiados em concursos, demonstra o cuidado da autora para com a construção de sua obra e com a defesa do que pode ser chamado Universo Feminino, com a preservação da natureza e com as possibilidades de (re)criação do tudo e do todo. *Vênus* remete à beleza, ao amor, mas, no livro, também remete às dúvidas do dia a dia, aos questionamentos acerca dos encontros e dos desencontros, presenças e ausência que marcam toda uma existência. Na última parte – intitulada *Atena* – impera o lado consciente e estratégico do olhar feminino, de uma tentativa de sobrevivência em meio às intempéries da vida.

Nessa última parte do livro, o leitor sente a sensação da tacocronia, da aceleração de um irrefreável tempo. Escutem o que diz a autora no início do poema “Relógio de Areia”, que está na página 59:

*Nunca se engane com as pequenas coisas,
elas são mais cruciais do que se imagina.
A arte nos faz sentir, ver, ouvir
e viver outras vidas,
por isso, tem sido como água
nesse deserto sem fim.*

O livro de Gabriela Lages Veloso está carregado de bons versos e, embora exija atenção a alguns detalhes que se escondem por trás das palavras, pode ser lido por pessoas de todas as idades e de todas as esferas sociais, pois nele sempre há algo que atinge cada um de nós.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. **Mar Morto** [1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas** [1572]. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2012.
- HEMINGWAY, Ernest. **O Velho e o Mar** [1952]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HERMANN, Hesse. **O Jogo das Contas de Vidro** [1943]. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HUGO, Victor. **Os Trabalhadores do Mar** [1866]. Tradução de Jorge Coli. São Paulo: Editora UNESP, 2023.
- MELVILLE, Herman. **Moby Dick ou A baleia** [1851]. São Paulo: Editora 34, 2019.
- MONTELLO, Josué. **Cais da Sagração** [1971]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- POUND, Ezra. **ABC da Literatura** [1934]. São Paulo: Cultrix, 2013.
- QUINTANA, Mário. **Nariz de Vidro** [1984]. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- RAMOS, Ricardo. **Circuito fechado**. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Poesia sobre poesia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- VASCONCELOS, José Mauro de. **Coração de Vidro** [1964]. São Paulo: Melhoramentos, 2019.
- VELOSO, Gabriela Lages. **O mar de vidro**. Belo Horizonte: Caravana, 2023.
- VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

MARQUES, Carvalho. *Halodomira*. São Paulo: Skull, 2021.

**Sóis e liberdade:
Halodomira, de Carvalho Marques**

Luciana Gonçalves Barros⁵⁰

Maria Aracy Bonfim⁵¹

Publicado em 2021, pela editora Skull, *Halodomira*, do jovem escritor maranhense Carvalho Marques, transporta os leitores para uma cidade mítica, mergulhada em elementos poéticos e surreais. A narrativa descreve uma cidade extraordinária, onde ruas de ouro são percorridas por “touro centelhantes” e carruagens fantasmas que por ali correm. Esta cidade é personificada, tendo olhos de mãe, boca de piche e um ventre de residências, refletindo uma relação íntima e maternal com seus habitantes.

O espaço mescla-se à ideia sensual e carnal de amor por uma cidade mágica. Narrativa datada como finalizada em agosto do fatídico ano de 2020, em que viveu o planeta sob as prerrogativas nefastas da epidemia de Covid-19, o livro de Carvalho Marques é uma ode à ilha de São Luís do Maranhão, escrita sob *lockdown*. A partir de um ponto, ilhado, na ilha, o autor enxerga uma cidade-mulher e a ela declara inebriante paixão. É inegável a filiação do autor às leituras dos textos de Osman Lins, em especial *Avalovara* (1973), *A Rainha dos Cárceres da Grécia* (1976) e *Nove, novena* (1966) em que colhe determinados aspectos muito peculiares da escrita mais tardia de Lins e abre destemidamente as possibilidades de sua própria escrita, funda seu texto e oferta alusões como chaves, desafiando o leitor.

O primeiro capítulo é abertamente dedicado a esta cidade, nomeada e humanizada, envolta em um halo de sensualidade e mistério: HALODOMIRA, que se oferece de modo genuíno e inteiro, deixando, no entanto, como que enigmas a desvendar. Já no segundo capítulo, a narrativa transita entre a admiração pela cidade e o retrato da vida de um escritor, destacando sua jornada desde a juventude até o auge da fama. O protagonista, que inicialmente se encanta pela escrita, aos poucos se desilude consigo

⁵⁰ Graduada em Letras - francês na UFMA. E-mail: lucianag.barros@hotmail.com.

⁵¹ Professora no Departamento de Letras da UFMA. Líder do Grifo Estudos Literários. E-mail: maria.aracy@ufma.br.

mesmo e com o reconhecimento que obtém, questionando a qualidade de suas próprias obras e alimentando uma visão pessimista sobre seu sucesso.

O capítulo “Ode ao Sumiço de Emisha” oferece vislumbres de uma *Halodomira* distópica, dividida entre as áreas de Baixa e Alta, habitadas por seres humanos inférteis e robóticos. Essa cidade cosmopolita reflete um futuro sombrio, onde a humanidade enfrentou um apocalipse e lida com suas consequências, mergulhando na incerteza e na desolação.

Nessa distopia, os diálogos entre personagens e reflexões profundas sobre a condição humana permeiam a narrativa, abordando temas como amor, desilusão, livre arbítrio e busca por sentido na vida. A obra transita entre o real e o fantástico, oferecendo uma visão complexa e multifacetada da existência.

No entanto, a densidade da narrativa, repleta de simbolismos e imagens poéticas, pode dificultar a compreensão de sua essência. A sobreposição de diversas camadas de significado e a estrutura não linear desafiam a imersão do leitor na trama. O romance está seccionado em capítulos e subtópicos inseridos neles que deixam uma sensação de que poderiam ganhar mais profundidade em questões relativas à cidade e mesmo aos personagens.

Vale a pena fazer menção à similaridade de *Halodomira* com a cidade de São Luís, capital do Maranhão. Com referências abertas à cidade histórica, o romance exhibe fortes elementos da cultura ludovicense aquecendo os corações de quem é apaixonado pela ilha, a quem, inclusive, é dedicada a obra. Dentre essas referências encontra-se a lenda folclórica da serpente gigantesca que circunda São Luís, e que um dia, quando a cabeça encontrar o próprio rabo, a destruirá completamente. Esta lenda é uma das mais antigas e mais conhecidas, ganhando força a cada vez que lembrada em obras contemporâneas como a de Carvalho Marques.

Outros elementos citados e que são marcas indeléveis da personalidade cultural de São Luís são: o reggae, gênero musical que pode ser ouvido reverberando das casas dos ludovicenses e nas “radiolas” que se espalham em festas e chegam a constituir espaço de encontro e marca da cultura ludovicense. Aparece também a figura mística do Cazumbá, personagem folclórico do Bumba-Meu-Boi maranhense e que se encaixa no universo surrealista de *Halodomira* como mais uma marca de ode, homenagem à cidade e sua alma cultural tão intensa. O afeto pela cidade como berço, acolhimento não se

esconde no texto. Brinca com incidências onomásticas e intertextualidade: “Nasci numa ilha bela, numa ilha magnética, filho de duas árvores, sem saber se era cachorro ou peixe” (MARQUES, 2021, p.11).

Tais referências poderiam parecer sem nexos se pensadas com a mentalidade racional ou sem a devida bagagem referencial da cultura de São Luís. “Ilha magnética” por exemplo é um termo comumente utilizado para se referir à capital do Maranhão, advém da canção homônima de César Nascimento, e no romance de Carvalho Marques, a ideia de magnetismo confere ao leitor a sensação de que a cidade se liga ao seu autor de um modo avassalador. Não se podendo deixar de fora a ideia de que a fatura do romance se deu no momento de isolamento compulsório.

A linguagem metafórica diversas vezes se confunde com a realidade na diegese de *Halodomira*. Não há um “parecer com”, mas há um “ser isso e ser aquilo” ao mesmo tempo, como é o caso da Halodomira mulher e a Halodomira cidade: não há distinção. Do mesmo modo, um homem pode ser um bicho, um pássaro ou um peixe, como o próprio narrador diz: “Queria ter asas ou poder voar. Pombas e baleias voam, por que eu não?” (MARQUES, 2021, p 11). Compreende-se então que nesse romance não há limites impostos ao corpo humano, que pode através da sua imaginação se transmutar em animal, ou quem sabe, a palavra se transforme e ganhe um corpo de carne e osso.

Subvertem-se textos e referências: no texto de Carvalho encontramos, por exemplo, o “Palácio dos Grifos” onde situa-se o “Palácio dos Leões”, residência oficial do Governador do Estado; o Hino da capital maranhense “Louvação a São Luís” composto por Bandeira Tribuzzi, aparece em versão transgredida logo no início à guisa de epígrafe, com referência atribuída ao suporte Padre Andrade, em 1956.

Em suma, *Halodomira* é uma obra desafiadora, que mistura fantasia, realidade e profundas reflexões sobre a existência humana, em uma teia intrincada de simbolismos e metáforas ricas. Carvalho Marques proporciona ao leitor uma experiência única, convidando-o a explorar os limites da imaginação e da compreensão da complexidade da vida e da criação literária, ao mesmo tempo em que celebra a riqueza cultural e folclórica da cidade de São Luís, enraizada nas entrelinhas dessa história.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Carvalho. *Halodomira*. São Paulo: Skull, 2021.

LINS, Osman. *Avalovara*. São Paulo: Melhoramentos: 1973.

NASCIMENTO, César. *Ilha Magnética*. Spotify (3:39 min), 1989.

TRIBUZZI, Bandeira. *Louvação a São Luís*. Online. Disponível em <https://saoluis.ma.gov.br/pagina/57/hino-e-brasao>

